

DC:

SANTA CATARINA
ANO 38 | Nº 12.262

AN

JOINVILLE
ANO 102 | Nº 23.548



BLUMENAU
ANO 53 | Nº 15.089

DE 1º A 7 DE JUNHO DE 2024

MULHERES AJUDAM **MULHERES**

Grupo de catarinenses se une na produção de roupas íntimas e arrecadação de absorventes para ajudar gaúchas em meio à tragédia que atinge o estado vizinho. Corrente de voluntárias encontrou na costura uma forma de apoiar a população atingida pela enchente **PÁGINAS 6 E 7**



nsccomunicacao.com.br

Presidente-executivo
Mário Neves

Conteúdo: César Seabra
Mercado: Adriano Araldi
Gestão e Finanças: Michel Chaowiche
Jurídico e Institucional: Paulo Gallotti

Comitê Editorial
Antônio Neto
César Seabra
Daniella Peretti
Luciano Calheiros
Raquel Vieira
Romí de Liz

Editor Responsável: Augusto Ittner
Projeto Gráfico: Maiara Santos

Produtos Digitais e Mercado Leitor: Jean Mannrich
Comercial: Cassia Todescat (AN)
Patrícia Rodrigues (Santa)
Mayara Marostica (DC)


FUNDADO EM 24 DE FEVEREIRO DE 1923

REDAÇÃO: Rua Pastor Guilherme Ráu, 250, Saguaçu, Joinville/SC
CEP 89221-020 - (47) 3419-8896

AN.COM.BR


FUNDADO EM 5 DE MAIO DE 1986

REDAÇÃO: Rua General Vieira da Rosa, 1570, Centro, Florianópolis/SC
CEP 88020-420 - (48) 3216-2500

DIARIOCATARINENSE.COM.BR


FUNDADO EM 22 DE SETEMBRO DE 1971

REDAÇÃO: R. Pres. Getúlio Vargas, 32, Centro, Blumenau/SC
CEP 89010-140 - (47) 3221-9922

SANTA.COM.BR

Integrantes do

Presidente
CARLOS EDUARDO SANCHEZ

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
0800 644 4001
atendimento.nsc@nsc.com.br

ANÚNCIOS
Florianópolis: (48) 3216-3216
Blumenau: (47) 3221-9902
Joinville: (47) 3419-8889
anuncie@nsc.com.br

PARA ASSINAR
0800-6444001
www.assinensc.com.br

PERCENTUAL APROXIMADO DE IMPOSTO 3,65%

EDITORIAL

Solidariedade é maior do que a maldade

Golpes aplicados durante tragédias tornam o crime ainda mais cruel e ainda mais desumano. Ao usar inteligência artificial e outras ferramentas virtuais para criar plataformas que enganam aqueles que querem doar e ajudar, os bandidos transformam o estelionato em maldade pura. Enquanto milhares de gaúchos esperam por roupa, comida e por ter a casa de volta, malfeitores se aproveitam da boa vontade alheia e da comoção social para lucrar.

Casos como os revelados nos últimos dias expõem duas coisas: a primeira delas é que, realmente, não há limites para a bandidagem — nem mesmo em uma calamidade pública. A segunda é que o fato de os crimes terem sido trazidos à tona pelo menos dá a sensação de que pode não haver impunidade para tamanha perversidade. A Operação Dilúvio Moral, que mostrou ao Brasil o esquema, chegou a respingar em Santa Catarina ao mostrar um adolescente de Balneário Camboriú que criava vaquinhas falsas. Algo desumano.

Em paralelo a essas atrocidades, pelo menos, há bons exemplos que precisam ser contados. E é isso, leitor, que você confere nas páginas 6 a 7 desta desta edição. Mulheres catarinenses se uniram para produzir roupas íntimas e arrecadar absorventes para irmãs gaúchas que sofrem por conta da enchente. São voluntárias que encontraram uma demanda por vezes esquecida e muito importante quando se fala de dignidade humana.

— Vi muita doação de calça e blusa, mas a roupa íntima é muito difícil de doar porque tem de ser uma coisa nova, não pode ser uma coisa velha — conta a professora Andréa Tenconi, uma das responsáveis pelo projeto catarinense que ajuda as moradoras do Rio Grande do Sul.

Que mais histórias de Andréas possam ser contadas daqui para frente e que as autoridades encontrem e prendam os parasitas que se aproveitam da tragédia para enganar os que querem fazer o bem.

> Enquanto milhares de gaúchos esperam por roupas, comida e por ter a casa de volta, malfeitores se aproveitam da boa vontade alheia e da comoção social para lucrar



A edição desta semana traz ainda uma reportagem que mostra o quanto o "atraso" do fenômeno La Niña pode fazer o inverno ser menos rigoroso em Santa Catarina (página 13).

Boa leitura.

CHARGE **ZÉ DASSILVA**



nsctotal.com.br/ze-dassilva @zedassilva @ze_dassilva



NESTA **EDIÇÃO**

nsctotal.com.br
No NSC Total você acompanha todas as notícias de Santa Catarina, do Brasil e do mundo 24 horas por dia.



CAPA AN, DC E SANTA | FOTO: Lucas Amorelli



DAGMARA **SPAUTZ**

nsctotal.com.br/dagmara
dagmara.spautz@nsc.com.br
@dagspautz
(47) 99186-8819

Câmeras corporais não devem ser **caixa-preta**

O uso de câmeras corporais pela Polícia Militar repercutiu nos últimos dias com a decisão do governo de São Paulo de alterar o modelo de acionamento e manutenção das imagens gravadas — o que levou a pedido de informação do Supremo Tribunal Federal e à publicação de um conjunto de normas pelo Ministério da Justiça sobre a utilização do equipamento. O caso trouxe à tona a atual "caixa-preta" das câmeras corporais em Santa Catarina, estado que se tornou exemplo para o país ao adotar de forma pioneira o equipamento para proteger os policiais e para conter eventuais abusos de atuação, a partir de 2019.

Ao que consta, o modelo de acionamento em SC já ocorre como foi sugerido pelo Governo de São Paulo, somente no início das ocorrências. A assessoria de imprensa da PMSC respondeu à coluna por escrito: "A regra básica é quando recebemos o chamado no COPOM (190), o atendente designa a ocorrência para a guarnição que está mais próxima e tem condições de atender com maior brevidade. Quando a guarnição policial é instada pelo aplicativo e o policial aceita o atendimento desta ocorrência, a câmera já começa a gravar".

Inicialmente, a gravação ocorria o tempo todo. Mas a PM avaliou que isso feria a privacidade dos policiais — inclusive nos momentos de descanso. Por isso o modelo foi alterado.

Em agosto do ano passado, o Ministério Público de SC instaurou um procedimento para apurar a utilização dos equipamentos e fazer sugestões. O prazo era de 60 dias, mas o resultado dessa apuração nunca foi divulgado.

Em março deste ano, em entrevista ao colega Renato Igor, o coronel Alessandro José Machado, subcomandante-geral da PMSC, disse que o programa atual é caro, ultrapassado e que está em estudo "um novo modelo mais moderno". Só que o Estado não fala a respeito, mesmo com o assunto "bombando" nacionalmente.

A PMSC recusou entrevista sobre o sistema de câmeras corporais e não indicou quem é o responsável atualmente por essa política dentro da corporação. É sabido que há resistência entre muitos policiais ao sistema — embora ele já tenha servido para inocentar pelo menos um policial em SC de uma acusação de agressão durante abordagem.

O fato é que segurança pública demanda transparência — do próprio órgão, e também dos órgãos de controle. Se a avaliação é de que há falhas, e correções a serem feitas, é legítimo repensar a política. Mas isso precisa ser discutido às claras.



BRUNO COLLAÇO, AGÊNCIA AL, DIVULGAÇÃO

QUEDA DE BRAÇO

Aposta do governo para reduzir o déficit da Previdência Estadual, o projeto que cria fundos imobiliários para negociar imóveis do Estado causou polêmica nesta semana na Alesc. Deputados da oposição e da própria base do governo estão reticentes em abrir mão da prerrogativa do Legislativo de autorizar a negociação de imóveis públicos, o que tende a causar dificuldades para o governo. Os "bombeiros" já estão em cena, e o argumento para acalmar os ânimos são as articulações para as eleições municipais.

LOGÍSTICA

Empresa do governo federal ligada ao Ministério dos Transportes, a Infra S.A. será a responsável pela elaboração do Plano Estadual e Logística de Transporte (PELT) de Santa Catarina. A Infra S.A. foi responsável pelo PELT Rondônia e atualmente desenvolve os planos do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais.

A contratação foi um pedido do Grupo de Trabalho das Ferrovias, formado pela Secretaria de Portos, Aeroportos e Ferrovias com participação de entidades externas. O contrato, de R$ 4,2 milhões, será custeado pela SC Participações e Parcerias com dividendos do Porto de Imbituba.

DERROTAS

A semana foi marcada por derrotas do governo Lula no Congresso e um momento de marcação de posição de um Legislativo que se firma conservador e avesso à pauta progressista do Planalto. Nos bastidores, dizem que a ficha enfim caiu no governo Lula 3: a composição com o Congresso não é mais a mesma dos governos anteriores e não se dobra a emendas parlamentares. Em ano eleitoral, a dificuldade de Lula tende a ser ainda maior.

SEGURANÇA

Uma evidência, que ficou clara com a derrubada do veto ao fim das "saidinhas" foi que a segurança pública será "a pauta" das eleições municipais de 2024. Em Santa Catarina, isso está posto: em um estado com maioria do eleitorado bolsonarista, os pré-candidatos já estão disputando "a unha" o título de "mais à direita" — e a segurança pública é onipresente nas discussões.

GUERRA

Na Grande Florianópolis, uma prefeitura chegou a anunciar a compra de fuzis para a Guarda Municipal — medida criticada pela própria Polícia Militar e pelas entidades que acompanham a segurança pública, por colocar armas de guerra nas mãos de uma guarda essencialmente patrimonial e que, pela Constituição, não é polícia. Pior: o município comprou 14 fuzis, mas hoje só tem três guardas treinados para usar, e sequer obteve autorização da Polícia Federal para colocar o armamento na rua até agora. Tudo para tentar fazer o atual prefeito surfar a onda bolsonarista.

ADVOGADOS

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou por unanimidade o Projeto de Lei que cria medidas de proteção para advogadas e advogados agredidos ou ameaçados no exercício profissional.

O vice-presidente nacional da OAB, o catarinense Rafael Horn, acompanhado do secretário-adjunto da Comissão Nacional de Legislação, Rafael Piva Neves, acompanhou a votação da proposta, que agora segue para votação na Comissão de Constituição e Justiça da Casa Legislativa.

A proposição tem origem em SC, após o caso da advogada catarinense Giane Bello. Agredida em 17 de outubro de 2023, em Florianópolis, em razão do exercício da profissão, ela chegou a precisar de atendimento hospitalar.

A ideia do projeto de lei é reproduzir a estrutura ágil e eficaz prevista na Lei Maria da Penha.



RENATO **IGOR**

nsctotal.com.br/renato
renato.igor@nsc.com.br
@renatoigor



Judicialização na Saúde em SC pode ultrapassar R$ 400 milhões

Projeções estimam que o montante do valor da judicialização na área da Saúde em Santa Catarina, em 2024, ultrapassará R$ 400 milhões. Entre janeiro e julho de 2023, segundo dados do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), o Estado gastou mais de R$ 242 milhões com judicialização de medicamentos e materiais, sendo mais de R$ 234 milhões (96,5%) somente com medicamentos para 16.911 pacientes. Como comparação, para atender até julho de 2023 os 13 hospitais de gestão própria foram gastos mais de R$ 30,3 milhões.

No entanto, alguns pontos de reflexão se destacam. Em 2023, o valor gasto com medicamentos judicializados que estão no rol de medicamentos disponíveis à população por algum programa de saúde supera 20% do dispêndio total. Outro ponto é que mais de R$ 128 milhões, 55% dos remédios judicializados, destinam-se à oncologia, valor gasto para atender 1.014 pessoas, sendo 6% dos pacientes que judicializam (mais de R$ 127 mil por paciente).

Dos pacientes que judicializaram em 2023, 70% ou 4.575 pessoas buscavam tratamento para diabetes, sendo ponto de atenção para uma política pública específica de saúde. Uma estratégia adequada poderia ser a retirada desses mais de 4,5 mil processos do Judiciário.

Os dez medicamentos mais caros judicializados em 2023 representam 46% do valor dos medicamentos judicializados (R$ 107,2 milhões) e cinco deles são para tratamento de câncer. Estes representam 70% do valor despendido entre os 10 mais caros (R$ 74,6 milhões) e 32% do total.

Entre as possibilidades de estratégias a serem implementadas frente a este cenário, apontadas pelo TCE, estão atuar nos 20% de processos referentes a medicamentos judicializados que estão no rol de medicamentos previstos em políticas públicas, e não deveriam ser judicializados, e nos 55% do valor da judicialização referente aos medicamentos de oncologia, possibilitando diminuição no valor de até 75% (estimado em R$ 300 milhões, considerando R$ 400 milhões para 2023).

Também em atuar de forma estratégica nos 70% de pacientes que judicializam em busca de medicamentos para diabetes e a criação de comissão para trabalhar a pré-judicialização, composta por Procuradoria-Geral do Estado (PGE), Secretaria da Saúde (SC) e Secretaria da Fazenda (SC), com colaboração de Defensoria Pública, Ministério Público (MPSC) e OAB.

Diante destes números, é elogiável a iniciativa do Poder Judiciário de SC de reforçar o Núcleo de Apoio Técnico ao Poder Judiciário (NatJus), com mais médicos e farmacêuticos que possam subsidiar os magistrados em suas decisões, qualificando o gasto público.



ACIF, DIVULGAÇÃO

ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA

Presidente da ACIF, Célio Bernardi, e o presidente da Câmara Municipal de Florianópolis, vereador João Cobalchini, firmam parceria para implantação de energia solar fotovoltaica no prédio do Legislativo.

DIVISÃO POLÍTICA NA UFSC TRAZ INCERTEZA SOBRE GREVE

É impressionante o que está ocorrendo na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O clima é de divisão política, incerteza sobre a greve e a continuidade do calendário acadêmico e até de denúncia de censura no âmbito administrativo.

Os servidores técnico-administrativos estão em greve desde 11 de março, os professores começaram a paralisação no dia 7 de maio. No dia 14 de maio, em ato chamado pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE) Luís Travassos, os alunos decidiram entrar em greve.

Na sexta-feira (24), a Associação dos Professores (Apufsc), finalizou uma sequência tensa de assembleia e votação e comunicou o encerramento da greve. Ato contínuo, O Comando de Greve diz que esse processo foi ilegítimo e antidemocrático.

Além disso, na segunda-feira (27), em Brasília, o presidente da Apufsc assinou acordo com o Governo Federal aceitando a proposta para a categoria. Em meio a isso, os grevistas conseguiram colocar na pauta do Conselho Universitário (CUn) a suspensão do calendário acadêmico de 2024.

Duas reuniões já trataram do tema na última semana e na próxima sexta-feira (7), no Auditório Garapuvu do Centro de Cultura e Eventos, haverá nova sessão, aberta à comunidade acadêmica, para tratar da suspensão do calendário. Se aprovado, é fato gravíssimo.

CENSURA

Em nota publicada pela Agência de Comunicação da UFSC (Agecom) na quarta-feira (29), a equipe aponta “constrangimento” e “interferência direta” da reitoria. “A Reitoria ordenou a retirada do ar de todas as publicações que informavam à comunidade universitária o resultado da votação da Apufsc-Sindical”, diz a nota da Agecom. Afirma ainda que “a gestão ainda determinou a publicação de um texto redigido pelo Comando Local de Greve Docente da UFSC”.

O espaço da coluna ficará aberto para uma manifestação da reitoria.

RETROFIT

O projeto do Retrofit, que tramita na Câmara de Vereadores de Florianópolis desde 2018, vai à votação nesta segunda-feira (3). O texto permite adaptações e reformas em prédios comerciais para que estes possam se tornar residenciais. Pode ser a retomada da vida e do dinamismo no Centro de Florianópolis. Grande notícia.

PADRE CONFESSA CONVITE PARA CANDIDATURA

O padre Vilson Groh, presidente do instituto que leva o seu nome (IVG), confessou, durante participação no programa Conversas Cruzadas da CBN Floripa, que já foi inúmeras vezes convidado para ser político e candidato nas eleições.

— Isso já aconteceu muito, mas hoje as pessoas sabem que o que eu sou mesmo é padre — disse o religioso.



ÂNDERSON **SILVA**

nsctotal.com.br/anderson
anderson.silva@nsc.com.br
@andersonsilvajor
(48) 3216-2995

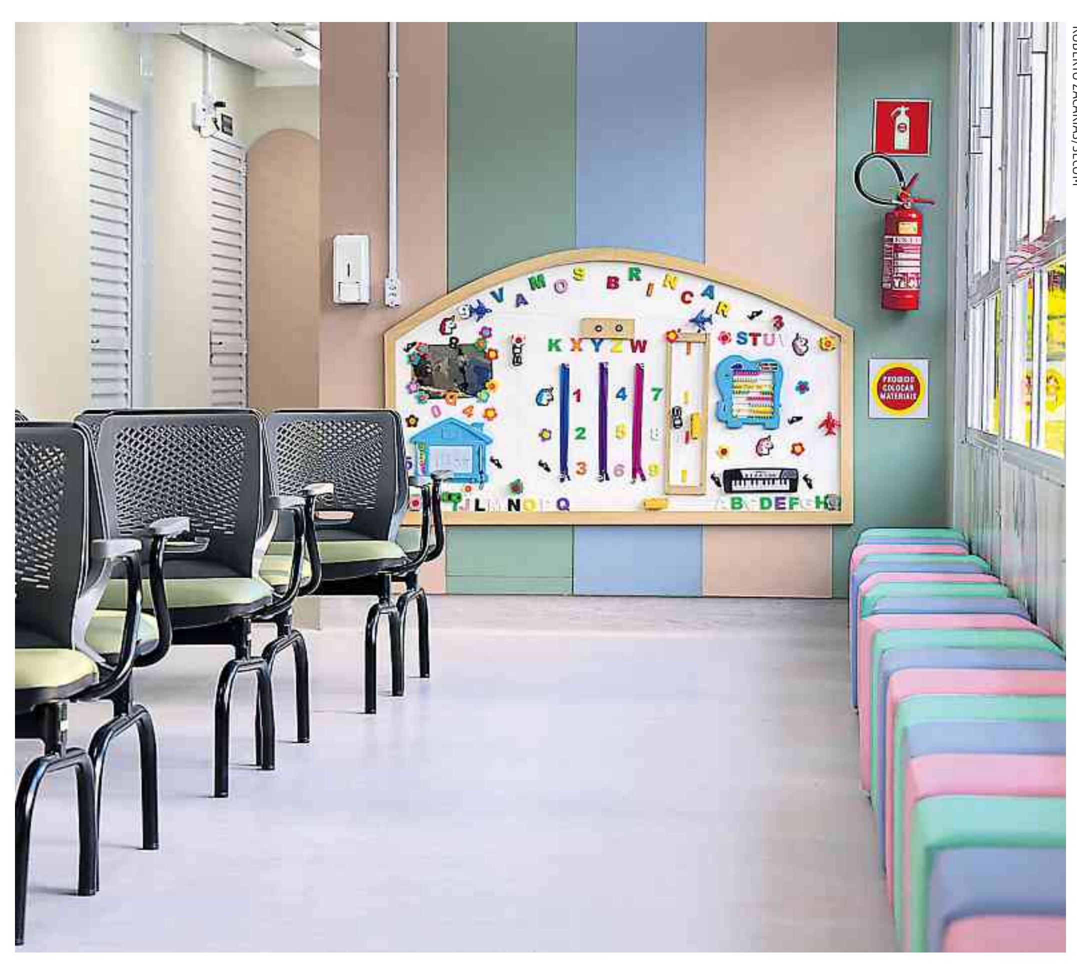


Por que Santa Catarina é referência **em Defesa Civil**

Desde que o Rio Grande do Sul teve como pensar em se reconstruir, depois que as águas começaram a baixar, um exemplo de reação a desastres naturais passou a ser latente para as autoridades gaúchas: o que é feito em Santa Catarina desde 2008, quando catarinenses perderam a vida, principalmente no Vale do Itajaí, e diversas cidades foram devastadas pelas chuvas. A Defesa Civil em SC foi estruturada a partir daquele momento, com uma consolidação de estrutura nos últimos anos.

É por isto que, atualmente, os catarinenses que gerem o órgão são procurados para aconselhamentos e sugestões do que deve ser feito em outras partes do país. A principal receita, entretanto, não é simples. O que o RS ainda não tem e sentiu falta para a reação ao desastre foi governança de Defesa Civil. Em SC, isto se construiu desde 2008, com uma estrutura que independe do agente político que está à frente do governo do Estado. Com o modelo atual, o monitoramento, o alerta e a resposta funcionam 24 horas por dia.

As equipes internas e externas são referência por conta do modelo adotado. Dentro da sede da Defesa Civil estadual, no bairro Capoeiras, em Florianópolis, há diversos tipos de profissionais. Todos atuando em suas áreas e com focos definidos. Para a a resposta, o órgão mantém uma ata de registro de preços ativa, em que empresas já estão definidas para enviar 24 itens humanitários em curtos prazos de tempo no caso de emergências. O sistema, então, funciona como uma engrenagem para atender os desastres, onde a última coisa que se quer é desorganização. Com um modelo ajustado, SC mostra eficiência e vira referência aos demais.



ROBERTO ZACARIAS/SECOM

VISTORIA DO GOVERNADOR

O governador Jorginho Mello fez questão de conferir os detalhes das entregas da terça-feira (28), no Hospital Infantil Joana de Gusmão. Uma de suas preocupações era com o fraldário. No ano passado, quando foi de surpresa visitar a unidade, um dos relatos que ouviu foi das condições precárias para trocar a fralda das crianças enquanto as mães esperavam atendimento. A nova sala de espera, inaugurada nesta terça-feira, passou por reformulação total, junto com outras obras.



Acesse outros conteúdos em **nsctotal.com.br**

DIRETAS

> A discussão sobre os terrenos de marinha, no Senado, colocou Santa Catarina em evidência. Lideranças do Estado foram chamadas a debater o tema e devem ter peso importante no que será feito na PEC em tramitação.

OS EFEITOS

Não há como a política ficar imune ao que ocorre nas investigações da operação Presságio. A prisão de Ed Pereira, que é filiado ao União Brasil, deve acelerar um processo em andamento na pré-eleição de Florianópolis. O que já era afastamento, entre o prefeito Topazio Neto (PSD) e o ex-prefeito Gean Loureiro (União Brasil), deve se tornar uma ruptura. Com o União Brasil fragilizado, o PL vai se tornando a âncora de Topazio. É nos liberais que o atual prefeito vai se fortalecendo e montando grupo para outubro. A ligação do prefeito com Jorginho Mello é intensa.



FOTO RICARDO WOLFFENBÜTTEL

RETA FINAL

O governo de SC tem focado em entregas na área da Saúde nas últimas semanas. Somente em um dia, foram três eventos diferentes em Florianópolis, sendo um deles no hospital Infantil Joana de Gusmão. É a reta final dos trabalhos da secretária de Estado da Saúde, Carmen Zanotto, que na semana que vem deixa o cargo para disputar a eleição em Lages.

SEPARAÇÃO

Um grupo de trabalho criado na secretaria da Fazenda do governo de SC vai analisar como pode ser feita a cisão total entre o Detran e a Polícia Civil. Atualmente, policiais civis fazem parte do quadro do órgão de trânsito, por exemplo. No caso da PC, a ideia é fortalecer a investigação com mais agentes atuando na ponta.



MÃOS À OBRA PARA **AJUDAR**

Mulheres de SC se unem em solidariedade às vítimas das enchentes do RS produzindo peças íntimas e arrecadando doações de absorventes para ajudar as irmãs gaúchas

JULIA VENÂNCIO
julia.venancio@nsc.com.br

Mariana Goulart estava aflita em casa, em Florianópolis, após acompanhar a situação das chuvas históricas do Rio Grande do Sul. Assim como milhares de brasileiros, a designer de moda pensava em maneiras de como ajudar o povo gaúcho em meio a uma situação de catástrofe que já somava mais de 169 mortes até a última quarta-feira (29). Foi quando, em uma noite, ela olhou para máquina de costura e se lembrou que poderia fazer a diferença com a produção de roupas para bebês vítimas das chuvas.

Assim como Mariana, outras mulheres de Santa Catarina se uniram para auxiliar os afetados pelas enchentes históricas do Rio Grande do Sul, em um laço de solidariedade. O trabalho das catarinenses está presente desde a confecção de roupas e peças íntimas ao voluntariado na área da saúde para ajudar aqueles que precisam de cuidados. No caso da designer, a ideia foi compartilhada com mais dez estudantes de Moda do Centro Universitário Estácio, em São José, na Grande Florianópolis. No local, os alunos embarcaram na missão de acudir os recém nascidos do Rio Grande do Sul.

— Naquela noite, chamei várias alunas no WhatsApp, nos grupos que nós temos das disciplinas, e perguntei se alguém seria parceira na empreitada. Quase todo mundo aceitou. Montamos uma escala de quem podia ajudar, recolhemos o que a gente tinha de material em casa e na segunda-feira a gente já se reuniu — disse.

Apesar de morar em Santa Catarina, Marina é gaúcha e tem família em Porto Alegre. Ela contou com o auxílio dos primos para saber as principais necessidades dos abrigos da região.

— O frio foi se aproximando e teriam muitas crianças sem roupas e com a necessidade também de novas peças mais quentes. Nós fizemos inclusive uma vaquinha interna e compramos tecido para fazer manta e começamos a fabricar essas peças — conta a designer.

As voluntárias produzem roupas para recém nascidos e crianças de até 2 anos. O foco, segundo Mariana, é por conta do molde, da quantidade de tecido utilizado e a praticidade na produção.

— Nós notamos que tem a funcionalidade de ser um molde menor, então algumas alunas já estavam produzindo umas peças, já tinham os moldes. Nós desenvolvemos mais alguns e por ser uma peça menor e mais fácil de confeccionar, seria mais rápido também — conta.

Gisa Lüdtke, aluna da universidade, nunca tinha trabalhado com costura para roupas de bebê. Entretanto, mesmo sendo a primeira vez da aluna confeccionando o tipo de peça, ela acredita que a ajuda para o estado gaúcho é mais importante do que nunca.

— Acho que todo mundo que está em casa se sente um pouco meio agoniado vendo tudo isso que está acontecendo e a gente sempre procura maneiras que a gente possa ajudar — fala a aluna.

Diferente de Gisa, Ana Priscila Padilha é acostumada com a confecção de roupas menores. Dona de uma loja de roupas para crianças, ela é uma das alunas que ajudam no projeto de doação ao Rio Grande do Sul.

— É algo que não é remunerado financeiramente, mas remunera no nosso interior, na nossa alma. Fazer algo pra alguém que a gente não conhece, mas que a gente sabe das necessidades e de tudo o que vem passando — fala.



LUCAS AMORELLI

Alunas da Escola Profissional de São José, na Grande Florianópolis, confeccionam peças íntimas para vítimas no Rio Grande do Sul

As roupas produzidas pelo grupo de alunas são enviadas assim que ficam prontas para não acumular. Segundo Mariana, as doações são mandadas para os primos que estão no Rio Grande do Sul, que entregam aos abrigos de Porto Alegre.

— O combinado é no mínimo uma vez por semana a gente enviar o que está pronto — explica.

Além das roupas, conforto é o que a designer espera entregar para as famílias e crianças atingidas pelas enchentes. Para as alunas, tem sido uma oportunidade poder ajudar com o conhecimento e mão de obra que possuem para oferecer.

— É um momento difícil. Pra gente tem sido uma oportunidade de poder ajudar. Então, no pouco tempo que algumas têm, qualquer forma de ajudar está sendo importante. A mão de obra é o que a gente tem e pode entregar mais rápido — fala

EMPATIA PARA PROTEGER GAÚCHAS DO FRIO

Assim como as voluntárias da universidade, as alunas da Escola Profissional de São José, na Grande Florianópolis, também utilizam da mão de obra para ajudar as vítimas do Rio Grande do Sul. No local, o auxílio é através da confecção de peças íntimas. Andréa Tenconi é uma das professoras de Corte e Costura da escola e responsável por coordenar a produção. Segundo ela, muitos alunos possuem familiares no estado gaúcho e, por isso,surgiu a ideia de ajudar.

— A gente resolveu fazer calcinhas infantis no início. Depois, peças adultas. Vi muita doação de calça e blusa, mas a roupa íntima é muito difícil de doar porque tem que ser uma coisa nova, não pode ser uma coisa velha — explica a professora.

A partir do momento que a ideia surgiu, todas as alunas abraçaram a iniciativa, explica Andréia. Agora, além das peças íntimas, o grupo também produz pantufas e roupões para os afetados pelas chuvas se protegerem do frio. Conforme a professora, parte do material usado para a produção das peças vem de doações do comércio. Além disso, as alunas também levam tecidos para as confecções.

— Tem muitas alunas que já tem ali a sua confecção e que já tem a sua loja. Então elas têm material de sobra — diz.

O sentimento que fica para a professora e alunas é o de empatia.

— A gente tem que ajudar o próximo, isso faz bem para a gente e faz bem pra eles. Lá na ponta a gente vê tanto sofrimento. Isso aqui é um é um carinho que vai ali e um pedacinho da gente que está lá. — conta Andréa.



A gente tem que ajudar o próximo, isso faz bem para a gente e faz bem pra eles. Lá na ponta a gente vê tanto sofrimento. Isso aqui é um é um carinho que vai ali e um pedacinho da gente que está lá

ANDRÉA TENCONI, professora

Em Chapecó, empresária ajuda a criar linha de produção voluntária

A Escola Profissional de São José não é o único local do Estado onde mulheres atuam na produção de roupas íntimas para as vítimas das enchentes. Em Chapecó, no Oeste de Santa Catarina, a empresária Marly Fávero, dona de uma loja de tecidos da região, criou uma espécie de linha de produção, onde cada voluntária tem uma função na confecção de calcinhas para as irmãs gaúchas.

— Nós percebemos a necessidade de roupa íntima porque, como trabalhamos com assistente social, a gente percebe que as pessoas não costumam doar esse tipo de peça. Eu convoquei as costureiras e alunas do curso de corte e costura e nós nos mobilizamos — conta.

As peças íntimas são confeccionadas em tecido de algodão e em todos os tamanhos. Silvana Dal Bosco é uma das alunas de corte e costura e voluntária do projeto. Segundo ela, o curso acontece duas vezes por semana, mas após as chuvas do Rio Grande do Sul, o encontro passou a ser mais frequente para dar conta da produção das peças.

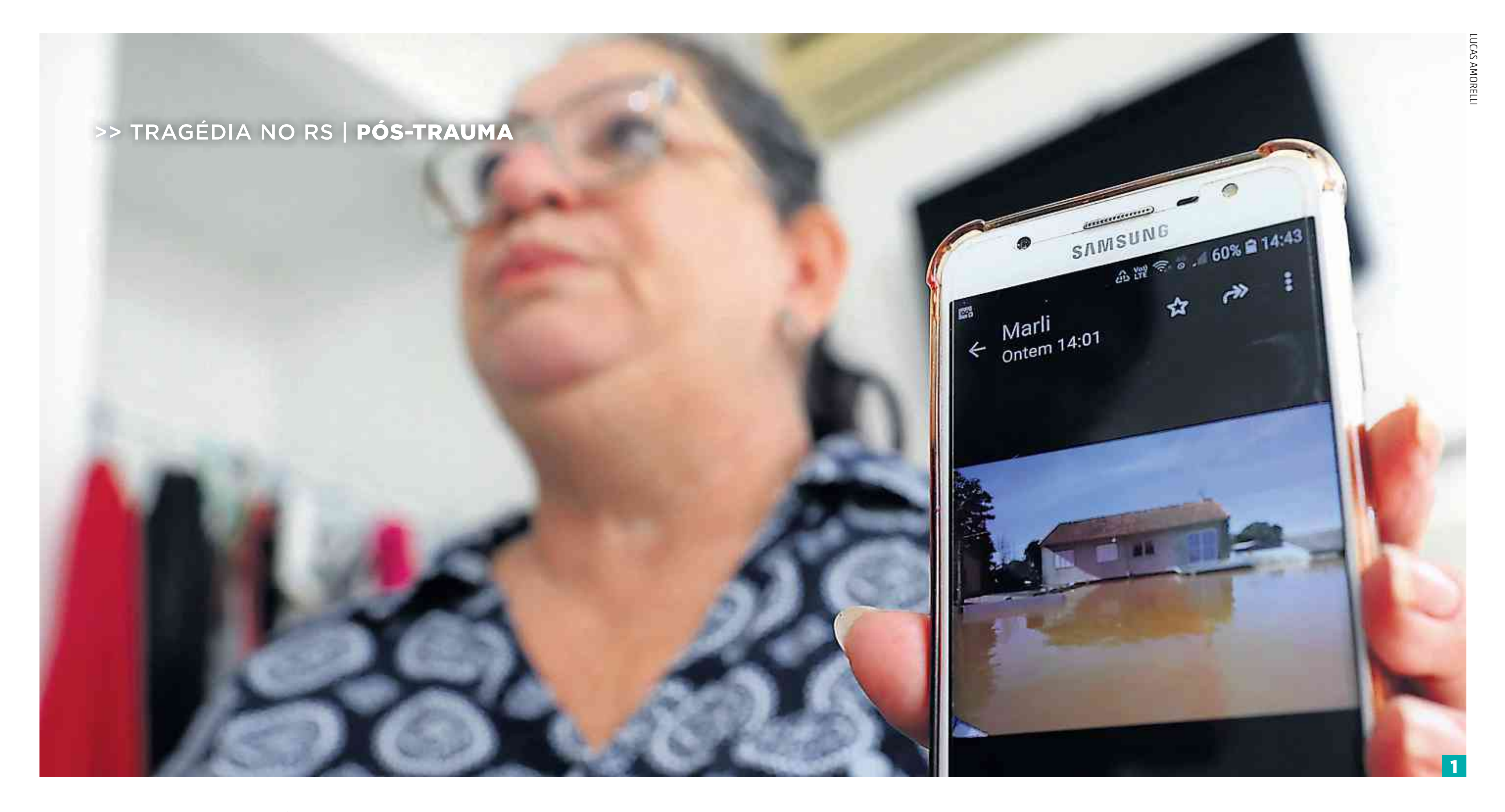
— A peça íntima é uma coisa muito particular. Foi por isso que optamos por ela. É algo que é importante ser novo — fala.

Além do grupo de alunas de corte e costura, outras mulheres de Chapecó também se uniram em solidariedade às irmãs gaúchas. Como é o caso de Cinara Kasper Machado, empresária, que está arrecadando doações de absorventes para as pessoas que menstruam no Rio Grande do Sul. Os itens são enviados junto com calcinhas para a cidade de Roca Salles, município gaúcho.

— A ideia surgiu quando a gente percebeu que a roupa íntima era uma coisa que não ia tanto nas doações e as mulheres têm necessidade desse produto novo — relata.

A empresária continua arrecadando absorventes e peças íntimas para ajudar as gaúchas. Para ajudar, com doações em dinheiro, o projeto dispõe de um chave pix (07545627946), com o nome de Cinara.

O maior desastre climático do Rio Grande do Sul — que teve a primeira grande chuva em 27 de abril e que começou a se agravar dois dias depois — completou um mês nesta semana. Como saldo desta tragédia, o estado registrava até quarta-feira (29) 169 mortes, 806 feridos e 44 pessoas desaparecidas até o momento. Até agora, mais de 626,7 mil pessoas ainda não conseguiram voltar para as suas residências.



LUCAS AMORELLI

1

CATÁSTROFE PEDE EMPATIA E CUIDADOS COM **SAÚDE MENTAL**

Além de perdas financeiras e mortes, vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul — e parentes distantes — sofrem com sentimentos de insegurança e incerteza sobre o futuro

SABRINA QUARINIRI
sabrina.silva@nsc.com.br

Jurema Ribeiro, de 84 anos, foi retirada do apartamento em que morava, em São Leopoldo, com a água da enchente batendo no pescoço. Não deu tempo de pegar nada, saiu apenas com a roupa do corpo. Ela ficou por mais de uma semana dormindo no chão de um abrigo. A filha, Marlene Ribeiro, de 58 anos, mora em Florianópolis, capital de Santa Catarina, a 466 quilômetros de distância, e há semanas vive a angústia de estar longe e não poder auxiliar a família em meio a tragédia.

— Bate um sentimento de desespero de não poder fazer nada por eles — diz.

Em Triunfo, a psicóloga Andréia Vasques está há dias cercada por um cenário de destruição. A maioria das famílias da região teve a casa alagada. A casa da profissional está coberta por lama e chegou a ficar embaixo d'água na primeira semana das chuvas. Ela também perdeu o consultório que havia inaugurado há quatro dias, em 27 de abril. Sem espaço para trabalhar, ela tem feito atendimento às vítimas no espaço de uma capela montado para receber doações.

A mesma situação se repete com o bombeiro gaúcho Luiz Jobim Rosa, de 44 anos, que atua em resgates desde o início da catástrofe e teve a casa inundada. Ele chegou a ficar nove dias sem acesso à cidade onde mora, São Leopoldo, mas se manteve nos plantões. Foram centenas de pessoas salvas em cenários chocantes e difíceis de serem apagados da memória.

Os três têm algo em comum: para além dos danos materiais, de forma direta ou indireta, foram expostos a eventos traumáticos que podem deixar marcas. Profissionais da área da psicologia dizem que sentimentos como insegurança, medo, estado de choque e incerteza do futuro são comuns entre os afetados e destacam a importância do acompanhamento psicológico. Além disso, citam a necessidade da empatia no acolhimento dessas vítimas e dão dicas de como abordar a situação sem que haja nova exposição e se reviva o trauma.

> Não adianta eu ir pra lá agora. Então estou esperando baixar [a água] pra ir limpar o apartamento para minha mãe, também o da minha irmã
>
> **MARLENE RIBEIRO,** empresária

FAMILIAR DE VÍTIMAS VIVE DIAS DE ANGÚSTIA

A mãe de Marlene Ribeiro foi resgatada do apartamento, em São Leopoldo, pouco depois da meia-noite de sexta-feira, 4 de maio. A idosa dormia quando foi acordada com gotas caindo da janela, que rompeu em questão de minutos e fez com que a água tomasse conta do lugar. O irmão e a cunhada, que vivem na mesma cidade, além da filha e do genro, que moram em Cachoeirinha (a 26 quilômetros de São Leopoldo) também foram afetados e ainda estão com água dentro de casa, cerca de três semanas após a trágica madrugada. Todos foram levados para abrigos.

A mãe, o irmão e a cunhada foram para o mesmo local e passaram mais de uma semana até conseguirem um apartamento de um quarto emprestado de um conhecido. A mais de 460 quilômetros de distância, Marlene quase não larga o celular e troca mensagens com a família para se atualizar da situação. Apesar da preocupação com todos, o que mais lhe deixa angustiada é a condição vivida pela mãe, dona Jurema.

— Naquele dia, a mãe começou a gritar e vieram socorrer ela, pela janela. Ela saiu só com a roupa de dormir, perdeu tudo. Nem calcinha, nem pijama, nenhuma peça de roupa ela tinha pra vestir. Só após quatro dias que ela ganhou dez litros de água para tomar um banho e uma muda de roupa. Mantimentos e água estavam difíceis, não chegavam até eles — relata.

Marlene tem um salão de beleza em

FOTOS ARQUIVO PESSOAL





1 Marlene Ribeiro, moradora de Florianópolis, vive a angústia de ter de acompanhar de longe o sofrimento da mãe e familiares no RS

2 A psicóloga Andréia Vasques havia inaugurado há quatro dias o novo consultório quando foi surpreendida pela enchente

3 O bombeiro Luiz Jobim Rosa seguiu trabalhando enquanto casa estava tomada pelas águas em São Leopoldo

Florianópolis e conta que tem triplicado os horários de trabalho para conseguir ajudar os familiares financeiramente.

— Não adianta eu ir pra lá agora, pra ficar mais uma pessoa na rua. Então estou esperando baixar [a água] pra ir limpar o apartamento para minha mãe, também o da minha irmã. Fico pensando em comprar uma cama para minha mãe. Vou trabalhar dobrado para poder ajudar ela — desabafa.

PSICÓLOGA TEVE CLÍNICA RECÉM-INAUGURADA ALAGADA

A psicóloga Andréia Vasques havia inaugurado há quatro dias o novo consultório quando foi surpreendida pela enchente, no início de maio. O nível da água bateu dois metros. Móveis, decoração, livros e equipamentos foram destruídos pela chuva. O que restou foram apenas entulhos distribuídos em meio a muita lama. Além de lidar com o próprio infortúnio e o dos pais, que também ficaram sem casa, a profissional tem atuado em uma comunidade de Triunfo, auxiliando na arrecadação de doações, acolhimento e, quando necessário, atendimento psicológico.

— É um desafio, mas estar vivendo o mesmo fica mais fácil de entender o que as outras pessoas estão sentindo. Atendi um caso de uma mulher que não foi atingida diretamente, mas estava abrigando 15 pessoas e diversos animais. Me ligou dizendo que estava passando mal, com um ataque de pânico. Ela precisou ser medicada e segue em tratamento — relata.

Ela destaca que, mesmo em meio a muita tristeza, a solidariedade ganha espaço.

— Comecei a acolher as pessoas que encontrava, dar um abraço, ouvir, procurar saber o que mais precisavam naqueles momentos e buscar ajuda, assim fomos nos unindo a essa grande rede de apoio que se formou.

BOMBEIRO QUE PERDEU TUDO PERMANECE ATUANDO

Adultos, crianças e animais disputando o espaço pelos corredores do hospital. Pacientes deitados no chão alagado pela enchente e pessoas que se abrigavam na unidade para fugir da chuva. A situação foi vivenciada pelo bombeiro gaúcho Luiz Jobim Rosa, 44 anos, quando atuou no resgate das vítimas internadas no Hospital de Pronto Socorro (HPS) de Canoas. As cenas daquele 3 de maio não saem da cabeça do profissional, que atua há mais de 20 anos na área — atualmente, é operador de suporte médico na companhia de operações aéreas do Batalhão de Busca e Salvamento do Corpo de Bombeiros Militar do RS.

Jobim mora em São Leopoldo, mas desde que começaram as enchentes mal parava no imóvel. Um dia antes de participar do resgate no HPS, a casa dele foi tomada pela água. No intervalo do trabalho, foi avisado por uma vizinha, que fez o resgate do cachorro. Mesmo tendo perdido tudo, o socorrista permaneceu trabalhando.

Jobim ficou sem acesso à casa por nove dias devido às cheias do Rio dos Sinos. Neste meio-tempo, sabendo que os filhos estavam bem e em segurança na casa da mãe das crianças, dedicou todas as forças nos trabalhos de resgate. O que o mantém firme é o sentimento de empatia.

— Seguimos trabalhando motivados por muitas vítimas que precisam de ajuda. Tu separa as coisas, porque no momento que estou trabalhando não consigo ficar pensando na minha casa, e me coloco no lugar das pessoas que a gente está ajudando naquele momento — diz.



Não devem ser compartilhados imagens ou relatos próximo ou diretamente para a vítima, para que não ocorra a exposição repetitiva ao evento traumático, que faz com que aumente o sofrimento psicológico

RAFAELA DE ROSSO, psicóloga

Cuidados ao lidar com vítimas pode evitar maior sofrimento psíquico

Para além de perdas materiais e danos físicos, catástrofes como a do Rio Grande do Sul têm um impacto significativo na saúde mental das pessoas envolvidas no desastre, sejam elas diretamente afetadas ou familiares das vítimas. Rafaela de Rosso é psicóloga e tem feito atendimentos gratuitos às vítimas das enchentes do Rio Grande do Sul. Ela destaca que os principais impactos psicológicos relacionados a eventos traumáticos são sentimentos de medo, ansiedade, insegurança, angústia, tristeza e sensação de desesperança devido à incerteza do futuro.

— Também pode desenvolver lembranças intrusivas ou involuntárias, sonhos angustiantes, medo em momentos que observa previsão do tempo com chuva,. A vítima tende a evitar situações que se assemelham ao episódio. No caso das enchentes, tudo que lembre o ocorrido, como andar de barco e sair de casa quando estiver chovendo — exemplifica.

A especialista destaca quenem sempre os primeiros socorros psicológicos são feitos por profissionais da área e, por isso, ressalta a importância de não fazer perguntas que façam com que a vítima reviva o episódio traumático.

— Em geral são importantes perguntas como: “Estou aqui para lhe auxiliar no que for necessário. Neste momento, em que eu posso ser útil para você?”. Mantenha a escuta ativa e de forma empática, olhando nos olhos. Após este acolhimento é avaliado se a vítima precisa de acompanhamento psicológico e ou psiquiátrico — destaca.

No RS, a maioria das cidades afetadas conta com grupos voluntários de profissionais para acompanhamento da saúde mental. A psicóloga Rafaela alerta que, a respeito do suporte social e comunitário, há a necessidade de um cuidado redobrado no momento de apoio às vítimas para que seus sentimentos ou dores não sejam invalidados ou minimizados. Do ponto de vista sistêmico, sua especialidade, reforça que cada pessoa possui um histórico de vida e um nível de resiliência para cada situação que devem ser levados em conta.

— Não devem ser compartilhados imagens ou relatos próximo ou diretamente para a vítima, para que não ocorra a exposição repetitiva ao evento traumático, que faz com que aumente o sofrimento psicológico da mesma. É importante que não utilizem falas como “Pelo menos você está vivo”, pois este tipo de fala minimiza o sofrimento da vítima. E, neste momento, todos querem ser ouvidos — orienta a profissional.

EX-SECRETÁRIO DA CAPITAL É **PRESO EM OPERAÇÃO**

Ed Pereira, que comandou pasta de Turismo, Cultura e Esportes de Florianópolis, teve prisão decretada junto a ex-servidores municipais em investigação sobre contratos públicos

JEAN LAURINDO
jean.laurindo@nsc.com.br

As prisões do ex-secretário de Turismo, Cultura e Esporte de Florianópolis, Ed Pereira, e de outros dois ex-servidores municipais e um contador na segunda fase da Operação Presságio dão sequência à investigação sobre contratos públicos em Florianópolis. O caso começou com a apuração de um suposto esquema ilegal de contratação de uma empresa terceirizada para a coleta de lixo — a companhia teria sido acionada para atuar durante uma greve da companhia de Melhoramentos da Capital (Comcap), mas permaneceu prestando serviço sem licitação por dois anos. Durante a investigação, os policiais também passaram a apurar supostas fraudes em contratos de eventos esportivos, repasses a organizações sociais e até em um estacionamento da Festa Nacional da Ostra, na Capital, em 2023.

EX-DIRETOR DE FUNDAÇÃO É UM DOS ENVOLVIDOS

Dos quatro presos na quarta-feira (29) na segunda fase da Presságio, dois são citados em uma representação de fevereiro deste ano da Polícia Civil, que detalhava parte das investigações, com fatos relacionados justamente às supostas irregularidades em eventos e repasses para organizações sociais. Trata-se do próprio ex-secretário Ed Pereira e de Renê Raul Justino, ex-diretor de projetos da Fundação Franklin Cascaes, submetida à secretaria comandada por Ed.

Na decisão judicial que autorizou a prisão dos quatro investigados na quarta, também são citados casos como uma suposta intervenção do então secretário Ed Pereira para favorecer uma empresa na contratação de instalação de estruturas metálicas na Cidade do Samba, em Florianópolis. Também são citados supostos pagamentos de um dono de uma empresa promotora de eventos ao ex-assessor de Ed, Renê Raul Justino, que posteriormente teria sido contemplado com um repasse de R$ 130 mil para apoiar um evento organizado pelo empresário.

O QUE SE SABE SOBRE A INVESTIGAÇÃO

RENÊ RAUL JUSTINO, EX-DIRETOR DE PROJETOS DA FUNDAÇÃO FRANKLIN CASCAES

A representação de fevereiro da Polícia Civil traz informações coletadas no telefone celular de Renê Raul Justino, apreendido na primeira fase da operação, em janeiro deste ano. O documento desta semana afirma que a análise das informações coletadas no celular ainda não chegou ao fim. Segundo a investigação, Renê seria o operador financeiro da suposta organização criminosa.

O documento de fevereiro cita uma conversa entre Renê e um interlocutor do ramo de lutas. Renê teria explicado que metade dos recursos públicos destinados à realização de eventos seria desviada para supostamente ser repassada ao secretário Ed Pereira.

Outro fato com suposta participação de Renê diz respeito a pagamentos feitos pela secretaria a organizações sociais. Uma delas, chamada Instituto Bem Possível, segundo os investigadores seria controlada por Ed Pereira. Segundo a Polícia Civil, as organizações sociais emitiriam notas fiscais frias, referentes a serviços não prestados, e repassariam os valores desviados "geralmente para Renê", segundo outro trecho da investigação. Renê também é citado na terceira frente da investigação, que envolve um estacionamento fraudulento que teria sido montado ao lado da Festa Nacional da Ostra (Fenaostra), em novembro de 2023, em Florianópolis.

No despacho que autoriza as prisões de Ed Pereira e dos outros três investigados, Renê também é citado como assessor que teria recebido dois orçamentos de Ed Pereira para elaboração de uma licitação para contratar a instalação de estruturas metálicas na Cidade do Samba, de Florianópolis. Segundo os investigadores, Ed teria repassado um áudio de um sócio da empresa a ser beneficiada em que ele daria orientações para elaborar o edital. Ao fim do processo, a empresa a ser beneficiada foi contratada por R$ 980 mil, em contrato prorrogável por até cinco anos.

Renê teria também intermediado o contato de Ed com um empresário do ramo de corridas. Ele teria recebido valores indevidos do dono da empresa promotora de eventos, e participado de negociações que resultaram em um repasse de R$ 130 mil com inexigibilidade de licitação para apoiar evento do empresário citado.

ED PEREIRA, EX-SECRETÁRIO DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE

A representação da Polícia Civil cita o ex-secretário nos mesmos fatos relacionados à participação de Renê Raul Justino na Operação Presságio. Ed Pereira é apontado por Renê como o beneficiário de recursos supostamente desviados de eventos esportivos, como uma competição realizada no Norte da Ilha e que teria rendido R$ 80 mil. O ex-secretário também é citado como beneficiário de recursos que seriam destinados pelo poder público a organizações sociais, e que depois seriam repassados a Renê. A investigação também apresenta mensagens em que Ed teria determinado mudanças nos valores pagos a prestadores de serviço do instituto. Segundo a polícia, isso indicaria que seria o ex-secretário quem comandaria a organização.

Outro fato citado no pedido de prisão é uma suposta irregularidade no patrocínio da Secretaria de Cultura, Turismo e Esporte a uma corrida de rua. Ed teria feito uma solicitação de que um empresário deste ramo pagasse valores mensais ao ex-assessor Renê, até a nomeação dele em algum cargo na prefeitura. Após a nomeação de Renê na direção da Fundação Franklin Cascaes, o empresário teria perguntado se Ed havia debatido com o assessor sobre o incentivo de R$ 200 mil para uma corrida. Ao fim das negociações, foi publicado no Diário Oficial uma autorização para repasse de R$ 130 mil ao evento pretendido pelo empresário.

LUCAS DA ROSA FAGUNDES, EX-GERENTE DE PROJETOS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Lucas da Rosa Fagundes é citado no pedido de prisão como um funcionário público em cargo de comissão na prefeitura. Ele teria tido a conta bancária usada por Ed Pereira para fazer operações e dificultar o rastreamento dos recursos obtidos. Lucas também seria coordenador de núcleos de uma associação beneficiada por recursos públicos. Os investigadores citam movimentações financeiras feitas em nome dele que apontariam para irregularidades.

CLEBER JOSÉ FERREIRA, CONTADOR

Já o contador Cleber José Ferreira é citado como um profissional que desempenharia "papel de articulador e operador", sendo uma espécie de braço direito de Renê no desvio de recursos que deveriam ser aplicadas em projetos sociais. Segundo os investigadores, Cleber seria o responsável por angariar laranjas para emissão de notas fiscais para prestação de contas de projetos beneficiados por verbas municipais.

CONTRAPONTOS

O advogado do ex-secretário Ed Pereira, Claudio Gastão da Rosa Filho, se manifestou por meio de uma nota oficial. Confira na íntegra: "Acompanhei meu cliente hoje de manhã no interrogatório na DEIC. Como ainda não tivemos acesso ao inquérito, ele optou por permanecer calado, não para exercer o direito constitucional, mas sim porque pretende prestar todos os esclarecimentos a partir do momento em que ele conhecer o conteúdo de toda a investigação. Eu terei acesso ao decreto de prisão somente à tarde, de modo que até lá não terei como me manifestar acerca dos fundamentos pelos quais o juiz entendeu agora decretar a prisão de uma pessoa primária, sem antecedentes, que estava colaborando com as investigações e sempre esteve à disposição da Justiça".

Procurada, a defesa de Renê Raul Justino e de Cleber Ferreira, comandada por Francisco Ferreira, diz que "vai se inteirar da fundamentação do decreto de prisão preventiva."



PEDRO **MACHADO**



nsctotal.com.br/pedro
pedro.machado@nsc.com.br

Unimed vai pagar R$ 225 mi **por hospital**

Uma negociação com condições amigáveis, considerando a dimensão do negócio, facilitou a venda do Hospital Santa Catarina para a Unimed Blumenau, sacramentada em assembleias na última semana. Pela centenária e tradicional unidade hospitalar, a cooperativa de médicos vai desembolsar R$ 225 milhões, apurou a coluna com fontes a par das tratativas.

O pagamento será feito em 180 parcelas mensais de R$ 1,25 milhão, ou seja, por um período de 15 anos, com correção de juros. O alongamento é pouco habitual em transações desta natureza. Para a Unimed, o negócio é particularmente favorável porque preserva o caixa em curto prazo, sem comprometimento imediato de um grande volume de dinheiro.

O negócio inclui apenas as instalações já existentes e não abrange o projeto do novo edifício que deve ser erguido em um terreno em frente. Este novo empreendimento, que abrigará salas comerciais voltadas à clínicas e laboratórios, permanecerá no guarda-chuva da União Paroquial Luterana, mantenedora do hospital.

Sondado por grupos nacionais de saúde, entre eles nomes como Dasa, Notre-Dame e D'or, apurou a coluna, o Hospital Santa Catarina optou pela saída mais caseira possível. A coluna já havia detalhado que os luteranos não abriam mão de algumas exigências em uma eventual venda, entre elas a manutenção de filantropias e parcerias com prestadores de serviços como a própria Unimed Blumenau. Um dos pontos que pesaram na concretização do negócio foi a garantia, por parte dos compradores, da manutenção de indicadores e padrões de atendimento, chancelados por certificados de qualidade.

Os novos donos assumem o Hospital Santa Catarina em julho, já com planos de ampliação que incluem a instalação de quatro novas salas cirúrgicas e, em outro momento, a criação de mais leitos de internação. Em uma segunda etapa, já aproveitando a potencial sinergia financeira do negócio, o plano é retomar a obra do hospital da Unimed abandonado na Vila Nova, que deve ser transformado em uma unidade de pediatria e maternidade.

Procurados, o Hospital Santa Catarina e a Unimed Blumenau informaram que, por questões de sigilo contratual, não comentam os termos financeiros do negócio.

40

É o número de prêmios internacionais já abocanhados pela destilaria catarinense Kalvelage. Na lista das conquistas mais recentes estão três medalhas de ouro no San Francisco World Spirits Competition (SFWSC), nos Estados Unidos, um dos principais e maiores concursos internacionais de destilados. O topo do pódio veio com três bebidas feitas pela empresa: whisky, gin e vodka.



DIVULGAÇÃO

JUNTOS PELO RS

O tradicional Hotel Plaza, de Blumenau, decidiu destinar 5% das receitas com diárias e estadias para o Instituto Cultural Floresta (ICF), de Porto Alegre (RS), que está atuando em prol das vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul. A campanha começou no dia 18 de maio e segue até o dia 30 de junho.
A rede que administra o empreendimento é gaúcha e, no estado vizinho, tem cedido quartos para voluntários que atuam nos trabalhos de recuperação das cheias. Em uma ação mais simbólica de apoio, o Plaza Blumenau também está sendo iluminado à noite com as cores verde, vermelha e gaúcha, que remetem à bandeira do Rio Grande do Sul.

EXPANSÃO EM POMERODE

A Lamitec, indústria de embalagens plásticas, vai ampliar a fábrica instalada no bairro Testo Central, em Pomerode. A unidade praticamente dobrará de tamanho, passando dos atuais 2,8 mil metros quadrados para 5,6 mil metros quadrados. Dois novos galpões serão acrescentados à estrutura já existente.

Um estudo para a expansão já tramita na prefeitura e será discutido em audiência pública convocada para o dia 13 de junho. Segundo o gerente geral da Lamitec, João Marcelo Olivo, um dos galpões será usado para armazenamento de mercadorias e o outro, para o setor administrativo. Eles serão erguidos em etapas diferentes.

OBRAS

Se tudo correr como o esperado pela empresa, as obras devem iniciar entre agosto e setembro. O valor do investimento não foi divulgado. Os produtos da Lamitec abastecem diferentes setores, como o alimentício, têxtil, de materiais elétricos e de construção, higiene e limpeza e artigos de festas, entre outros

ONTEM NÃO É HOJE

Adversários no segundo turno das eleições municipais em Blumenau há quatro anos, Mário Hildebrandt e João Paulo Kleinübing estão juntos novamente. Embora não sejam candidatos em 2024, os dois integram o projeto político do PL que tenta fazer de Egídio Ferrari o próximo prefeito da cidade do Vale do Itajaí. Inclusive ambos vêm posando juntos para fotos nas articulações que buscam robustecer a campanha do hoje deputado estadual. Hildebrandt, vale lembrar, foi secretário municipal na gestão JPK.

PARQUE DA NEVE

Em 2023, primeiro ano cheio de operação — a inauguração ocorreu em julho de 2022 —, o Alles Park, o parque da neve de Pomerode, teve receita operacional líquida de R$ 17,8 milhões. O dado consta em balanço publicado em nome da empresa Alles Park Ecoturismo e Entretenimento.



ESTELA **BENETTI**

nsctotal.com.br/estela
estela.benetti@nsc.com.br
@estelab



Economia de SC **cresce 3%** no trimestre, mostra prévia do PIB

O ritmo da dinâmica economia catarinense segue acima da média brasileira. O Estado alcançou no primeiro trimestre deste ano crescimento econômico de 3% de acordo com o Índice de Atividade Econômica Regional (IBCR-SC), apurado pelo Banco Central e considerado uma prévia do Produto Interno Bruto (PIB). A alta foi maior do que a média nacional no mesmo período, que subiu 1%.

No acumulado dos últimos 12 meses até março, segundo esse indicador, Santa Catarina cresceu 2,7%. No mesmo período, o Brasil alcançou crescimento de 1,7%. A alta de SC foi puxada pelos três setores que mais pesam na composição do PIB: serviços, comércio e indústria.

A maior alta foi do setor de serviços, que cresceu 5,9% no primeiro trimestre frente ao mesmo período de 2023. Nessa mesma comparação, a indústria teve alta de 3,5% e o comércio ampliado cresceu 4,1%. Nesse mesmo indicador, no Brasil, os serviços cresceram 1,2%, a indústria 1,9% e o varejo ampliado, 4,6%.

De acordo com o Observatório Fiesc, da Federação das Indústrias de Santa Catarina, que acompanha esse indicador, o crescimento da economia do estado no período foi puxado principalmente pela maior demanda doméstica em função do baixo desemprego e maior oferta de crédito devido à queda dos juros. O aumento das exportações também ajudou.

— As melhores condições de crédito decorrentes do recuo da taxa básica de juros e o mercado de trabalho aquecido têm sustentado o consumo das famílias, com reflexos em setores ligados a bens de consumo duráveis, bens de capital e bens intermediários. Isso explica o crescimento de 3,5% da atividade econômica da indústria catarinense no primeiro trimestre — analisou o presidente da Fiesc, Mario Cezar de Aguiar.

Os serviços tiveram a maior alta trimestral puxados pela retomada da economia nos primeiros meses do ano e também pelo turismo, que cresceu 3,6% nos três primeiros meses de 2024 frente ao mesmo período de 2023. Também a indústria, o agronegócio e o comércio puxam a alta dos serviços no Estado.

O crescimento do emprego, com a abertura de quase 80 mil novas vagas de janeiro a abril e a alta da arrecadação estadual acima da inflação são dados que confirmam o bom desempenho econômico. SC teve um mês de alta atividade também em abril, mas em maio a expectativa é de queda devido ao impacto da tragédia das chuvas no RS.

HURBANA, DIVULGAÇÃO



INOVADOR PASSEIO SAPIENS É INAUGURADO NO NORTE DA ILHA

Imagine um espaço urbano com praça de alimentação, mesas, cadeiras, bancos, árvores, floreiras e calçadas lisas que convidam a caminhar, ao lado de um imenso lago. Essa infraestrutura integra o Passeio Sapiens, projeto das empresas Hurbana – Cidade para as Pessoas e da Lagos Centrais (da Softplan), que será aberto ao público terça-feira (5), no Sapiens Parque, Norte da Ilha de SC, em Florianópolis.
Os projetos de praças com um espelho d'água e infraestrutura premium, que formam uma centralidade para as pessoas, são da Hurbana (nova empresa da Pedra Branca Empreendimentos) e já foram premiados no exterior. O modelo foi implantado na Cidade Pedra Branca, em Palhoça, e no Passeio Primavera, em Florianópolis.

CASAS PRONTAS AOS GAÚCHOS

Diante de cidades dizimadas pelas águas, o Rio Grande do Sul vai precisar de diferentes soluções para recuperar rapidamente moradias de milhares de famílias. Uma indústria do Sul tem uma alternativa: é a Fábrica de Casas, de Tubarão, que produz a preço de custo casas prontas modulares com um ou dois dormitórios e leva para local de instalação.

As casas são fabricadas na empresa em duas semanas e a instalação demora um dia. Como são unidades permanentes, elas podem ser mudadas de lugar, destaca o diretor de Operações da Fábrica de Casas, Lucas Machado. Esse modelo de casa é para produção urgente. Mas a empresa faz projetos maiores, como para uma pousada em Goiás e uma escola em Florianópolis.

LA NIÑA FICA **“PARA DEPOIS”** EM SANTA CATARINA

Com possibilidade de inverno rigoroso cada vez mais remota, chuva ainda será acima da média em junho no Litoral, mas deve ficar abaixo do esperado no restante da estação

BIANCA BERTOLI
bianca.bertoli@nsc.com.br



LUCAS AMORELLI, ARQUIVO NSC

Litoral de SC é única região que deve ter chuva acima da média ao longo do mês que se inicia

Com a ligeira mudança de um “atraso” na formação do La Niña, as chances de Santa Catarina ter um inverno 2024 rigoroso são cada vez menores. Agora, o fenômeno deve chegar entre agosto e setembro (e não mais em julho), o que significa que não haverá impacto na estação mais fria do ano.

A previsão foi feita nesta semana pelo Fórum Climático, um grupo de meteorologistas de diversas instituições do Estado que se reúne mensalmente para avaliar as tendências do trimestre. Pelos modelos analisados, o inverno terá temperatura média um pouco acima do esperado para o período. Isso não significa, obviamente, que não haverá dias mais frios. Os termômetros devem permanecer abaixo dos 20ºC e até dos 14ºC em áreas mais altas, como já antecipou o Instituto Nacional de Meteorologia.

Apenas em agosto há indicativo de a média ficar dentro do normal, justamente no período que deve ser confirmada a formação do La Niña, que consiste no resfriamento em um ponto do Oceano Pacífico perto do Peru. Com as águas mais frias, há interferências na atmosfera e a consequência mais conhecida no Sul do Brasil é a diminuição no volume de chuvas.

Porém, antes do resfriamento há o período de transição, já que até então o fenômeno vigente era o El Niño, que significa o oposto: o aquecimento das águas e, com isso, aumento das chuvas no Sul. A tragédia climática no Rio Grande do Sul, por exemplo, ocorreu no final desse ciclo 2023-2024 do El Niño. Com o fim dele, há meses de neutralidade no oceano, quando as águas ficam com a temperatura dentro do normal.

Este é o momento agora, da neutralidade, que caminha a passos rápidos para o resfriamento. Havia, inclusive, a expectativa do La Niña acontecer já em julho. Porém, deve ocorrer um “atraso” e as temperaturas negativas serão observadas provavelmente entre o final do inverno e início da primavera. As aspas são usadas porque climatologicamente não há um atraso, já que o fenômeno vai se concretizar rapidamente quando comparado a anos anteriores.

Essa atualização no panorama, então, traz a previsão de um inverno com temperatura média de até 1ºC acima do esperado. As chuvas, que já são menos volumosas nessa estação, devem ficar abaixo do normal em quase todo o Estado durante junho, exceto nas cidades próximas ao Litoral, que podem ter o total de precipitação acima da média mensal.

Já em julho e agosto o cenário é o mesmo para toda Santa Catarina: chuva abaixo da média para todos os municípios, com dias consecutivos sem precipitação.

FENÔMENOS TÊM EFEITOS DISTINTOS NO CLIMA

Segundo o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), o El Niño é o nome dado ao aumento na temperatura da superfície da água no Oceano Pacífico, fazendo ela evaporar mais rápido. O ar quente sobe para a atmosfera, levando umidade e formando uma grande quantidade de nuvens carregadas.

Com isso, no meio do Pacífico chove mais, afetando a região Sul do Brasil, pois a circulação dos ventos em grande escala, causada pelo El Niño, também interfere em outro padrão de circulação de ventos na direção norte-sul e essa interferência age como uma barreira, impedindo que as frentes frias, que chegam pelo Hemisfério Sul, avancem pelo país. Logo, elas ficam concentradas por mais tempo na região Sul.

O contrário, o resfriamento dessas águas, é chamado de La Niña. Normalmente, o El Niño perde força, a temperatura no oceano volta ao “normal” — o chamado período de neutralidade — e gradativamente vai ficando mais fria, entrando no La Niña. Os efeitos do La Niña para Santa Catarina são o oposto do outro fenômeno, já que as chuvas caem em menor volume no Estado.



Acesse outros conteúdos em **nsctotal.com.br**



JEFFERSON **SAAVEDRA**

nsctotal.com.br/saavedra
jefferson.saavedra@nsc.com.br
(47) 3419-2146



Joinville e Itajaí lideram **criação de empregos** em SC

O mapa do emprego em Santa Catarina neste ano mostra diferentes cidades na liderança, conforme o setor. A nova rodada do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) manteve Joinville na liderança na criação de vagas neste ano, com 7,5 mil novos postos de trabalho. O dado é referente ao conjunto dos setores, com atualização até o final de abril.

Líder geral, Joinville tem o melhor desempenho do Estado no setor de serviços, com 5,1 mil novas vagas neste ano. O número representa o saldo entre contratados e demitidos. Em segundo lugar está Itajaí, com 3,6 mil empregos criados até abril. A cidade do Litoral Norte lidera em Santa Catarina, no ano, no setor do comércio, com 472 novas vagas, seguida de Chapecó.

O setor industrial tem a liderança de Blumenau no Estado neste ano, com 1,8 mil novos empregos. Em segundo lugar está Brusque, com 1,7 mil vagas até abril. Com quase mil postos de trabalho criados no setor, São Joaquim está na frente no setor agropecuário, com Itajaí em segundo. Na construção civil, Itapema está em primeiro — na cidade, foram abertas 1,3 mil vagas. Balneário Camboriú está em segundo lugar, com 926 postos.

No ano, até agora, Santa Catarina registrou a abertura de 79,9 mil novos empregos.



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRESERVAÇÃO FERROVIÁRIA, DIVULGAÇÃO

TREM DOS TROPEIROS ENTRE SC E PR
No sábado e domingo, os passeios do Trem dos Tropeiros serão realizados entre Mafra e Lapa, no Paraná. O trajeto tem 43 quilômetros, percorrido em duas horas e meia por locomotiva movida a vapor, com vagões de passageiros. Joinville chegou a avaliar a possibilidade de retomada de passeios turísticos de trem, mas não há nenhuma tratativa em andamento.

A CONSEQUÊNCIA DO ATRASO

A revisão do traçado da duplicação da BR-280 entre Araquari e São Francisco do Sul é mais um exemplo do impacto negativo do atraso de obras, além da maior demora de entrega de uma melhoria na infraestrutura para os usuários. O projeto do lote 1 da ampliação da rodovia federal é do início da década passada, cuja execução deveria ter iniciado em 2014 e concluída em 2018. No entanto, as obras começaram somente em 2018 e pararam no final de 2022 com menos de 30% dos trabalhos previstos concluídos. O motivo da paralisação foi a necessidade de revisão do projeto: com o avanço da ocupação prevista, terão de ser providenciadas mudanças no traçado original da duplicação.

OUTRO ATRASO

Um dos motivos para a revisão do traçado do lote 1 da BR-280 tem relação com outro atraso na região Norte: o contorno ferroviário de Joinville. A obra está parada desde 2011 e, na atualização do projeto para a retomada dos trabalhos para a construção do novo trecho de ferrovia, foi constatado avanço da ocupação urbana em Araquari. Com isso, o traçado previsto para o contorno teve de ser alterado, com a criação da Variante Araquari — mudança que implica em novo licenciamento e, consequentemente, mais prazo para a autorização. Nos dois casos — lote 1 da BR-280 e construção do contorno ferroviário de Joinville — não há previsão de quando as obras serão retomadas.

PRIMEIRO DA LISTA

O complexo do Centreventos será o primeiro equipamento público de Joinville a ser concedido na gestão Adriano Silva. O Instituto Festival de Dança se habilitou à gestão e agora é a fase de conferência da documentação. Se houver a homologação, a nova gestão começa no segundo semestre. Além da arena multiuso, a concessão contempla o Expocentro Edmundo Doubrawa, Teatro Juarez Machado, Centro de Convenções Alfredo Salfer. A adoção de um modelo diferente ajudou o Centreventos a tomar a frente na lista de concessões da prefeitura de Joinville.

NA FILA DA MODELAGEM

Para a concessão do Centreventos, o processo foi mais simples: a própria prefeitura de Joinville definiu o modelo de gestão e fez o chamamento para entidades interessadas em administrar o complexo, sem etapas intermediárias. No caso da Arena Joinville, Cidadela Cultural e Mercado Público Municipal, a concessão teve etapa preparatória, com edital para empresas apresentarem a modelagem da concessão e, uma vez escolhido o modelo, a licitação é realizada. Em nenhum dos três equipamentos foi concluída ainda a fase de modelagem — portanto, não há como estimar quando será realizada a concessão.

MERCADO SE ADAPTA AO **CONSUMIDOR SOLITÁRIO**

Segundo pesquisa da Gallup e Meta, 38% dos brasileiros se sentem sozinhos; tendência cria oportunidades para inovação nos setores de habitação, varejo e tecnologia

NATHALIA FONTANA
nathalia.fontana@nsc.com.br

Uma pesquisa feita em parceria entre a Gallup, multinacional de análise e consultoria, e a Meta, dona do Facebook, Instagram e WhatsApp, buscou entender o estado global das conexões sociais. Nela, entre as perguntas dirigidas aos entrevistados estavam: "quão conectado às pessoas você se sente?" e "quão solitário você se sente?". A pesquisa, aplicada em 142 países, indicou que 24% da população se sente muito ou razoavelmente sozinha.

O estudo da Gallup e da Meta analisou o nível de conexão social e do sentimento de solidão da população, e também com quais grupos sociais as pessoas costumam interagir mais no dia a dia. Quando questionadas o quão conectadas as pessoas se sentem a outras pessoas, as respostas a nível global indicaram que 77% do público se sente muito ou razoavelmente conectado.

Nesse quesito, o Brasil ficou abaixo da média global, com os brasileiros menos conectados com outras pessoas do que o restante do mundo. Os dados mostraram que 55% dos brasileiros participantes da pesquisa afirmaram se sentirem muito ou razoavelmente conectados a outras pessoas.

Já no quesito solidão, o Brasil tem uma porcentagem abaixo da média: 15% afirmaram que se sentem muito ou razoavelmente solitários. Já 38% se sentem um pouco solitários e 47% nem um pouco solitários. De acordo com a psicóloga Lili Zacharia, esse movimento de pessoas cada vez mais solitárias ocorre por conta de uma mudança na forma de viver.

— Eu entendo que essa intensificação da solidão vem ocorrendo diante de uma vida mais egoica mesmo. De uma vida onde o que é da comunidade não interfere na minha vida e não faz parte da minha vida. Cada vez mais se vive só para si e por si. Isso acaba intensificando a solidão — explica a psicóloga.

Entre as mudanças que resultam nesse maior isolamento estão o modo de vida de competição excessiva, principalmente no campo profissional, e a forma "descartável" como muitas pessoas têm se sentido nas relações, explica Zacharia.

— E aí as pessoas vão buscando morar sozinhas, fazer as coisas sozinhas, assistir filmes sozinhas, comer sozinhas. Não que isso não seja uma coisa agradável, mas é para evitar coisas desagradáveis que as pessoas acabam fazendo isso, o que é um perigo na nossa sociedade — destaca.

A pandemia da Covid-19 e o período de isolamento social que veio como parte das medidas de contenção do vírus tiveram grande impacto nessas mudanças de comportamento e organização social. Com o isolamento, também cresceu o uso da internet, que tem grande papel nesse isolamento e solidão, já que coloca as pessoas em um conforto de fazer tudo de casa, pelo celular, evitando contato e interação.

— Em vez de ir ao cinema, eu assisto um filme recém-lançado no streaming. Na hora que eu estiver com vontade de conversar, eu falo uma coisa qualquer numa rede social e alguém vai me ouvir, vai me responder, nem que seja só com uma curtida, e eu vou me sentir ouvida. Não se estabelece mais conversa, tanto é que as pessoas não sabem mais conversar — afirma.

Com as mudanças no comportamento e a maior escolha por uma vida solitária, crescem os serviços de streamings, videogames e delivery. A Pesquisa Game Brasil 2024, desenvolvida pelo Sioux Group e Go Gamers, em parceria com Blend New Research e ESPM, aponta que 73,9% dos brasileiros têm costume de jogar jogos eletrônicos. Entre os "gamers", 70,5% afirmam que ao jogar sentem que se desconectam dos problemas do "mundo real". Em contrapartida, 71,6% dizem já ter feito amizades em partidas online.

Outros setores acabam sentindo o impacto dessas mudanças. É o caso do setor da habitação que cada vez mais tem lançado imóveis compactos. Marcos Alcauza, vice-presidente de Compra e Venda do Secovi de Florianópolis e Tubarão, explica que essa mudança é sentida de forma gradativa nos últimos 15 anos.

— Esse movimento veio mudando da antiga unidade para a família, que era de três dormitórios, primeiro para dois, depois para um quarto e agora para studios. Hoje, nos lançamentos imobiliários na Grande Florianópolis, o maior número, pelo menos na Ilha, é de studios — destaca.


BANCO DE IMAGENS

A pandemia da Covid-19 teve grande impacto nas mudanças de comportamento e organização social



Confira infográficos sobre a pesquisa em **nsctotal.com.br**



Produtos repensados para quem vive só

O "estar mais sozinho" reflete também na forma de agir, se comportar e comprar do ser humano. O professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e doutor em Finanças Comportamentais, Jurandir Sell Macedo Júnior, explica essa mudança quando se fala em consumo.

— Então, se você está sozinho, uma das coisas que tem-se observado é que as pessoas acabam, por exemplo, em compras de supermercados, comprando bens de valor mais elevado. Por exemplo, você compra produtos com mais qualidade, porque você está sozinho — destaca.

Contudo, mesmo que a escolha seja por produtos de mais qualidade, nem todos os "solitários" necessariamente gastam mais, o que varia conforme o perfil do consumidor. Ainda assim, as pessoas que vivem sozinhas optam por aquilo que mais lhe interessa, mesmo que seja mais caro. Ele afirma que há oportunidade para as empresas que souberem atender esse público com qualidade. O setor supermercadista tem oferecido opções menores e porções individuais, que atendem bem esse nicho. A mudança, que vem desde a indústria, segue uma tendência de famílias menores, explica o diretor de marketing do Bistek Supermercados, Wagner Ghislandi.

— Isso é uma tendência. As famílias são menores, então há um estudo desde a indústria que traz para nós novos formatos de embalagens para atender essa fatia de mercado — destaca.



RODRIGO **FARACO**

nsctotal.com.br/faraco
rodrigo.faraco@nsc.com.br
@RodrigoFaraco



O jogão do final de semana

O Criciúma faz enfim neste final de semana seu retorno ao Campeonato Brasileiro. Com dois empates contra Juventude e Atlético-MG e uma vitória — a goleada estrondosa diante do Vasco, em São Januário —, o Tigre é o time com menos jogos realizados na competição. Menos até que os gaúchos, Grêmio, Inter e Juventude.

Mas, neste domingo, o Heriberto Hulse vai receber uma das partidas mais esperadas da temporada. Desde que o Criciúma voltou ao Brasileirão, fala-se dos jogos contra Palmeiras, Flamengo, Corinthians, São Paulo... os times mais expressivos do futebol brasileiro atual.

O Palmeiras de Abel Ferreira, bicampeão brasileiro, é o primeiro a desafiar o Tigre na casa dele. E mesmo que o treinador português esteja suspenso e que a jovem estrela Endrick não venha, o jogo promete bastante. Vai ter casa cheia e muita festa para tornar o ambiente ainda mais especial do que normalmente já é.

O Criciúma pode surpreender. Com um time que tem mostrado bastante competitividade e tem agradado nos grandes jogos, o Tigre vai tentar causar ainda mais espanto.



Time com menos jogos disputados na Série A, Criciúma recebe o Palmeiras no domingo

CELSO DA LUZ, CRICIÚMA EC, DIVULGAÇÃO

O MOMENTO DE VINI JR.

É neste sábado, em Londres, o jogo mais esperado da temporada. A final da Liga dos Campeões da Europa 2023/2024 reúne desta vez Real Madrid e Borussia Dortmund. Pode ser o jogo da consagração da estrela brasileira do futebol mundial, Vinícius Júnior.

Com uma temporada espetacular, em que foi destaque na conquista de La Liga e comandou o Real Madrid na campanha até a final da Champions, Vini Jr. tem os argumentos para ser o craque da temporada no mundo.

É claro que pra isso vai precisar erguer mais uma vez o troféu de campeão da Europa. A semifinal contra o Bayern já foi um grande momento para ele.

VITOR SILVA/CBF



Estrela brasileira do futebol mundial, Vini Jr. joga final da Liga dos Campeões da Europa neste sábado pelo Real Madrid

PRESIDENTE DO AVAÍ PEDE TEMPO PARA PAGAR SALÁRIOS

Quatro vitórias depois, é possível perceber um ambiente mais leve no Avaí. A chegada de Gilmar Dal Pozzo trouxe resultados expressivos contra adversários diretos e fortes candidatos por uma vaga na Série A, e um alívio momentâneo de tensão para a direção do clube.

O foco principal das tensões agora é a incômoda questão com os jogadores que têm seus salários atrasados e seguem protestando contra isso com greve de silêncio, treinos fechados e sem concentração antes das partidas.

O presidente Júlio Heerdt não fugiu das perguntas sobre salários atrasados no Avaí durante longa entrevista ao Estádio CBN desta semana. O mandatário não deu prazo, mas garantiu que o problema vai ter fim:

— Essa questão financeira vai ser resolvida em breve, mas ela vai precisar de um certo tempo, tem toda uma burocracia, tem toda uma situação que a gente tá vendo, mas eu creio que em breve a gente vai resolver essa situação.







Tecnologia impulsiona produção de mel em Santa Catarina

Financiamento viabilizado pelo Sicoob permitiu a compra de máquina inovadora

Como a inteligência artificial pode ajudar o agronegócio?

Tecnologias auxiliam na tomada de decisões para otimizar o manejo da terra



Inovação impulsiona o **agronegócio catarinense**

Setor é responsável por 30% do PIB de Santa Catarina

Santa Catarina é referência nacional quando o assunto é agronegócio. Com a economia baseada na agricultura familiar e com a forte atuação das cooperativas, o estado é responsável por produzir alimentos para o Brasil e para o mundo. O setor primário da economia, principal motor das exportações estaduais, responde por cerca de 64% dos produtos que ultrapassam as fronteiras nacionais. De acordo com informações divulgadas pelo Governo de Santa Catarina, em 2022, o setor produtivo obteve um faturamento de U$ 7,5 bilhões, com destaque aos produtos de origem animal.

Já em 2023, ainda segundo o Governo Estadual, o Valor da Produção Agropecuária (VPA) de Santa Catarina alcançou um recorde histórico: R$ 64,3 bilhões, representando um crescimento nominal de 6,6% sobre o VPA de 2022, que era até então o maior índice registrado no estado. Todo esse potencial econômico resulta em um resultado significativo para a economia. Conforme informações da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina, a produção catarinense é responsável por 30% do PIB estadual.

Além de contribuir para o desenvolvimento estadual, o agronegócio também desempenha um papel significativo para manter o bem-estar e a segurança alimentar da população. Todo o resultado vem dos esforços do setor, seja para adaptar modelos de gestão de propriedades e negócios, ou para investir em transformar o campo através da tecnologia e conhecimento científico. Esses diferenciais têm posicionado Santa Catarina como vanguardista quando o assunto é inovação no agronegócio.

FREEPIK



Em Santa Catarina, agricultura e inovação têm andado lado a lado

Expediente

Produção: Débora Damas, Marina Favero (especial)

Coordenação: Débora Martins

Diagramação: Talyta Ritti

Revisão: Augusto Ittner



ADOBESTOCK



O agro é desenvolvimento

Os bons índices do agronegócio catarinense são o reflexo de diversas características, entre elas, a diversidade agrícola presente no estado. Do cultivo de grãos ao manejo de rebanhos suínos e avícolas, o solo catarinense abraça uma variedade impressionante de insumos. De acordo com a CIDASC, Santa Catarina é o maior produtor nacional de suínos, produzindo mais de 50% da carne de todo o país. Na avicultura, é um dos locais que mais produzem e o segundo que mais exporta. Outro destaque é a maricultura, já que o litoral catarinense representa cerca de 90% da produção de ostras do país. Essa diversificação amplia as oportunidades de mercado e também fortalece a estabilidade econômica entre os produtores.

Além disso, o agronegócio é uma fonte primordial de empregos. Desde trabalhadores rurais até profissionais altamente especializados em agroindústrias, o setor oferece uma gama diversificada de oportunidades. De acordo com informações da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Faesc-Senar), a agroindústria sustenta 60 mil empregos diretos e 480 mil indiretos, além de contar com uma base produtiva, no campo, formada por 66 mil produtores rurais integrados. Com isso, é possível sustentar inúmeras famílias, além de manter a sustentabilidade social e econômica das comunidades rurais.

Atualmente, Santa Catarina é referência nas condições de sanidade animal, vegetal e inspeção sanitária, o que permite ao estado adentrar outros mercados com facilidade.

Inovação no campo

O agronegócio catarinense floresce em um cenário marcado pela inovação constante, moldando um setor vital para a economia regional. Em meio a campos férteis e uma cultura agrícola rica, Santa Catarina se destaca não apenas pela tradição, mas também pela vanguarda tecnológica e práticas sustentáveis. Por meio do uso de práticas agrícolas muitas vezes simples, os produtores locais estão transformando o campo ao conseguirem aumentar a eficiência e reduzir os impactos ambientais.

Conforme aponta o Observatório do Agronegócio, os investimentos feitos pelos produtores são interessantes para contribuir com o desenvolvimento do setor, mas também para os consumidores. Uma projeção feita pela União das Nações Unidas indica que até 2050, a população mundial deverá atingir o marco de 9,7 bilhões de pessoas, e para suprir a demanda alimentícia, otimizar as produções agrícolas será cada vez mais necessário.

A era da agricultura digital se faz presente através da adoção de diversos mecanismos que têm contribuído com a rotina no campo, como drones, GPS para guiar tratores com precisão e sistemas de sensoriamento remotos. Essas ferramentas contribuem para otimizar o uso de recursos, como a água e os fertilizantes, além de maximizar a produtividade e garantir uma produção mais sustentável.

Mas a inovação vai além do campo. Laboratórios de pesquisa e desenvolvimento exploram a fronteira da biotecnologia e do melhoramento genético, criando variedades de plantas mais resistentes a pragas e doenças, adaptadas às peculiaridades locais de solo e clima. Enquanto isso, a produção orgânica e sustentável ganha terreno, em resposta à crescente demanda por alimentos saudáveis e ecologicamente responsáveis.

Um exemplo de aplicação tecnológica em Santa Catarina está no Oeste do estado. Para aumentar a produtividade nas pequenas propriedades, de acordo com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), os municípios investiram em tecnologias que garantam a alta produtividade, o que resultou em um impacto de 12,43% no resultado. Através de parcerias com cooperativas, os produtores têm acesso a incentivos para embarcar tecnologia nas suas produções, garantindo um aumento significativo na qualidade das safras.

A agricultura e inovação têm andado lado a lado. As empresas de tecnologia estaduais têm apostado em tecnologias para aumentar a competitividade no meio rural, e para aproximá-las dos produtores, surgiu em 2023 o Núcleo de Inovação Tecnológica para Agricultura Familiar (NITA). O espaço é localizado no Parque Tecnológico Alfa, em Florianópolis e atua no apoio e promoção de startups, pequenas e médias empresas voltadas ao agronegócio

Acesse o canal do Agro 5.0 no gl e saiba mais



Apicultores catarinenses investem em tecnologia para otimizar produção

Financiamento viabilizado pelo Sicoob permitiu a compra de máquina inovadora

A apicultura é uma arte milenar, historicamente registrada pela primeira vez no Egito Antigo. No Brasil, o cultivo de abelhas foi documentado pela primeira vez em 1839, quando o padre Antonio Carneiro trouxe de Portugal 100 colônias da espécie Apis mellifera. Definida pela Associação Brasileira de Estudo da Abelha (A.B.E.L.H.A.) como a prática que resulta na produção de diversos itens, como mel e própolis, a apicultura transformou-se ao longo de sua história, com abordagens inovadoras e tecnológicas.

O mel é um alimento altamente nutritivo e versátil, consumido em diversos países por suas propriedades medicinais. Para Santa Catarina, a produção de mel e derivados da abelha é essencial, já que o estado se destaca como o maior produtor do país. Os apicultores catarinenses são responsáveis por fornecer não apenas o mel, mas cera, pólen, própolis, geleia real e outros itens para o país e o mundo.

Conforme informações da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), a apicultura está presente em 16,8 mil propriedades rurais catarinenses, responsáveis por colher 6,5 mil toneladas de mel por ano. A média produtiva é de 68kg/km² – um índice muito superior à brasileira, que é de 5kg/km². O estado produz mais de 100 tipos diferentes de méis silvestres, com uma variedade de cores, aromas, sabores e consistências.

Apicu ltura, uma arte que ultrapassa gerações

A prática da apicultura evoluiu ao longo do tempo, com métodos de criação e manejo das colmeias se adaptando às necessidades e tecnologias disponíveis. Um exemplo desta transformação é a história dos apicultores Rubens Sommer e Cristiane M. Sommer, de Mafra, no Norte de Santa Catarina. A história da família com o mel é centenária: teve início em 1924, quando o bisavô de Rubens migrou da Alemanha para o Brasil.

— Trabalho com abelhas desde pequeno. Fiz a minha primeira carteirinha de apicultor com 9 anos. Mas, minha família trabalha com apicultura desde que se instalou neste município, na propriedade que trabalhamos até hoje — comenta o apicultor.

Além do mel, Rubens e a família também produzem própolis, pólen, cera bruta e alveolada. Ao todo, 80% da produção do mel é armazenada em tambores, para a exportação a granel, e 20% é fracionada em embalagens menores. Para garantir a continuidade da operação, a família Sommer conta com uma operação sustentável, focada no uso otimizado dos recursos para preservar a natureza e garantir que o processo de polinização das abelhas seja preservado.

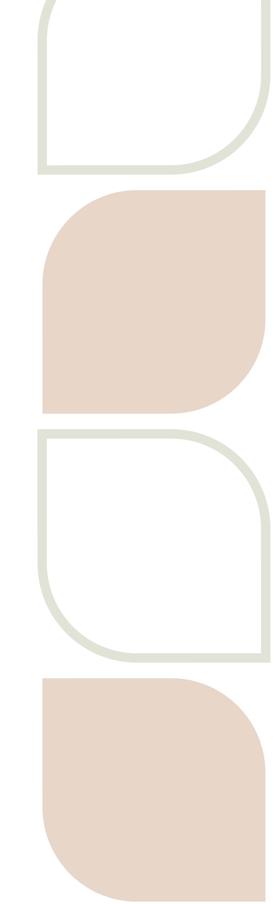
Na propriedade da Família Sommer, os apicultores fazem a coleta da água da chuva para abastecer algumas etapas da produção, o que resulta na economia de água. Além disso, eles também optaram por gerar energia limpa através da instalação de um sistema de energia solar.

Tecnologia para otimizar a produção

Ele conta que, desde que a família começou a produção, novas tecnologias surgiram para melhorar a produtividade da produção — o que fez com que a família Sommer buscasse formas para otimizar a propriedade. Para manter a tradição da família, melhorar a qualidade dos produtos, e ainda, contribuir com o agronegócio e a sustentabilidade catarinense, o casal, associado ao Sicoob desde 2017, buscou a Cooperativa para viabilizar o investimento.

— Recentemente, investimos em um equipamento para produção de cera alveolada, o qual facilitou e agilizou muito o processo devido à diminuição da mão de obra. Conseguimos adquirir o equipamento com auxílio financeiro do Sicoob, e contamos com um financiamento para viabilizar a compra. Desta forma, conseguimos trabalhar em família, sem demandar de mão-de-obra de fora, podendo garantir qualidade com menor tempo de produção — conta Rubens.

Com o investimento, a Família contribuiu não só com a própria produção, mas ajudou diversos apicultores regionais, já que a máquina é a única disponível na cidade. Rubens comenta que as tratativas com o Sicoob foram ágeis, permitindo que a família pudesse ter acesso rápido ao equipamento.





DIVULGAÇÃO

Apicultores Rubens Sommer e Cristiane M. Sommer

CONTEÚDO PRODUZIDO POR


Entenda como a **IA pode transformar o agronegócio**

Robôs, sensores e drones permitem que o agronegócio tenha mais precisão

A era da inteligência artificial (IA) chegou, e com ela, diversas áreas produtivas têm sido transformadas através das novas tecnologias. Os investimentos estão só começando, e de acordo com uma pesquisa do IDC Worldwide Artificial Intelligence Spending Guide, os gastos globais com o desenvolvimento de software, hardware e serviços para sistemas centrados em IA devem ultrapassar os US$ 300 bilhões até 2026. Um dos segmentos que têm recebido esses investimentos é o agronegócio, que está se tornando cada vez mais preciso e tecnológico.

Por meio de algoritmos avançados e soluções inovadoras para a análise de dados, a IA auxilia os agricultores na tomada de decisões precisas, que envolvem desde o monitoramento do clima e do solo até a gestão da colheita e da cadeia de suprimentos. Sensores remotos, drones e outros dispositivos fornecem dados em tempo real, o que permite a aplicação de uma agricultura de precisão, que reduz o desperdício. As novas tecnologias estão contribuindo para a sustentabilidade e a segurança alimentar, tornando o agronegócio mais inteligente, eficiente e sustentável.

IA no agronegócio

A inteligência artificial é um conceito em ascensão, e segundo a Oracle, uma das maiores empresas de tecnologia do mundo, ela pode ser definida através do uso de sistemas e máquinas que imitam a inteligência humana. Esses equipamentos e sistemas são programados para coletar e interpretar dados, indicar soluções e efetuar tarefas. Essa tecnologia tem contribuído para aumentar a produtividade humana em várias esferas, inclusive, no campo.

Através da aplicação da IA no campo, é possível transformar completamente a operação das propriedades rurais. É o que explica Valder Zacarkim, diretor da AgTech, Vertical de Agronegócios da Associação Catarinense de Tecnologia (ACATE). Segundo ele, a agricultura de precisão já tem contribuído para reduzir custos e ganhar eficiência, mas no futuro, será fundamental para a tomada de decisões no segmento agro em sua totalidade.

— A IA já é aplicada no campo através de sensores inteligentes, GPS, softwares agrícolas, câmeras de campo, drones, veículos autônomos e plataformas digitais. Todos eles acabam abarcando, em algum nível, a utilização de inteligência artificial para poder tomar decisão e dar mais autonomia à solução tecnológica — reforça.



ADOBESTOCK

As novas tecnologias estão contribuindo para a sustentabilidade e a segurança alimentar

Iniciativas em Santa Catarina

Esse cenário já é uma realidade nas propriedades brasileiras. Segundo uma pesquisa da Secretaria Executiva da Comissão Brasileira de Agricultura de Precisão (CBAP), a tecnologia já está presente em cerca de 67% das propriedades agrícolas do Brasil. Entre os recursos utilizados, estão sistemas para a facilitar a área de gestão dos negócios, atividades de cultivo e colheita da produção.

A agricultura de precisão já está presente em diversos estados do país, e segundo a CBAP, Santa Catarina é uma das regiões em que o uso dessa tecnologia mais cresce — junto com outros estados da região Centro-Sul, a exemplo do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A meta do governo brasileiro é de que, nos próximos anos, seja possível fazer um levantamento completo sobre a temática no Brasil.

Santa Catarina é, também, um estado de destaque tecnológico, com quase duas mil empresas no formato de Startup, conforme dados da Startup Report Santa Catarina 2023, relatório de plataforma do Sebrae. Parte dessas empresas, as chamadas Agrotechs, têm a atuação focada no desenvolvimento de tecnologias para atender o agronegócio.

Para centralizar as iniciativas do estado, a Agtech conta com cerca de 45 empresas associadas, que atendem exclusivamente às demandas tecnológicas do agronegócio. Valder comenta que a vertical da ACATE promove eventos e capacitações que ocasionam debates sobre a inteligência artificial entre os empresários e profissionais catarinenses. O objetivo destes debates é aproximar o mercado tecnológico do estado com o futuro do agronegócio.

— Nosso papel é fomentar esse tipo de debate e trazer especialistas do segmento para que possamos unir forças, inclusive, com outras verticais. Um exemplo é o mercado financeiro, que pode usar inteligência artificial para beneficiar o produtor rural na análise de crédito — explica.



FERNANDA **NASSER**

nsctotal.com.br/fernanda
contato@fernandanasser.com.br
@nandanasser



Wine **Park**

O mau tempo adiou a 7ª edição do Wine Park Decanter, que foi remarcado para o dia 8 de junho, em Blumenau. O aguardado evento vai rolar no pátio da enoteca, que fica no bairro Ponta Aguda, e vai trazer receitas elaboradas pela chef Jana Rickmann e as delícias dos food trucks parceiros como Wood & Smoke BBQ, El Mexicano, Sublime Doces e O Chocolateiro. Vai ter serviço de vinhos em taças e garrafas com preços especiais e música ao vivo com o músico Ravas. Com entrada gratuita, o Wine Park Decanter começa ao meio-dia e segue até às 16h. Ah, o encontro é pet-friendly e as mesas são compartilhadas, promovendo um clima bem interativo. Vamos?

DEGUSTA CAMBORIÚ

A próxima edição do Degusta Camboriú, evento gastronômico que ocorre de 5 a 9 de junho, promete muitas novidades. O tema será a brasilidade, destacando nos cardápios as cinco regiões do país. Serão 16 estabelecimentos participantes, mais do que o dobro da última edição realizada neste formato de Vila Gastronômica, e o desafio de mostrar ao público a fusão da gastronomia, trazendo receitas de outros Estados com ingredientes locais.

A estrutura contará com quiosques para a venda de produtos para levar como pães especiais, vinhos e espumantes, suco natural e saladas prontas, além de uma loja de produtos coloniais da Associação das Mulheres Agricultoras de Camboriú e um quiosque com artesanato local. Crianças terão um espaço exclusivo. A entrada em todos os dias é gratuita.

PREMIAÇÃO

Três licores e dois gins feitos em SC foram premiados em uma das principais competições de bebidas do mundo, em Londres. O júri da London Spirits Competition reconheceu em abril a alta qualidade e o sabor dos produtos fabricados pela Brennstube, pequena destilaria de Pomerode fundada em 2017.

O Limoncello da marca é o primeiro feito no Brasil a ganhar um prêmio internacional, e outras bebidas também levaram medalhas. Fundada pelo alemão Andreas Odenthal e pela esposa, a catarinense Jeane Odenthal, a Brennstube tem produção 100% artesanal e marcará presença no 18º Festival Gastronômico de Pomerode, de 4 a 21 de julho.

FOTOS PEDRO WALDRICH



Camila Garcia Marchetti é uma das debutantes de 2024 do Tabajara Tênis Clube. Ela é filha de Joice Adélia Garcia Marchetti e Rodrigo Emanuel Marchetti

BAILE CAIPIRA

Foi lançado oficialmente o tradicional Baile Caipira de Indaial, evento que chega a sua 59º edição e mobiliza a cidade em julho. FA festa está prevista para o dia 6 de julho, a partir das 20h30min, na Sociedade Recreativa Indaial, e os grupos que se inscreverem para o desfile podem ser premiados.

O baile tem parceria com entidades do município, como a Associação Autismo Indaial, a Apae e a Ivone Simão Protetora de Animais, que estarão com barracas vendendo alimentos. Convites no site BlueTicket ou em pontos de venda.

NOVOS ARES

Em mais um passo significativo em direção à consolidação da empresa, a Guru — vencedora do Prêmio Live Marketing 2023 nas categorias Brand Experience e Agência de Live Marketing Sul — vai inaugurar sede em Blumenau. O local escolhido tem um propósito: montar um QG para atender a Oktoberfest. Os sócios já estão estruturando a equipe da nova agência, no bairro Fortaleza. Agora, Blumenau se junta a Florianópolis e São Paulo como bases de operação. Sucesso!

CURTAS

> O evento Bacalhau Solidário, que ocorreu nos salões do Tabajara Tênis Clube, foi um sucesso e reverteu toda a renda arrecadada da noite para a ONG Casa de Jairo. As fotos estão nos site!

> A catarinense Eloise Antunes de Lima foi para os Estados Unidos participar da maior feira de ciência e engenharia do mundo, a Regeneron ISEF (International Science and Engineering Fair). Ela representou o Brasil através da Mostratec, onde foi premiada. O evento ocorreu em Los Angeles.



Os cozinheiros do evento Bacalhau Solidário 2024, que capricharam em suas receitas



Zeca Müller, Alemão Souza, Fúlvio Ferreira, Rafael Roncaglio, Alvaro Bruch e Adrian Censi, organizadores do jantar Bacalhau Solidário 2024, que ocorreu no Tabajara Tênis Clube



Sandra Mansur Botelho, com a filha Martina e a amiga Helena Steiner, prestigiaram a noite beneficente



A nova geração engajada na ação social. Com apenas 16 anos, Lorenzo Baumgarten Hering foi um dos cozinheiros da noite. Na foto com a irmã Isabelli e os amigos Massimo Censi, Augusta Nasser Passold e Catarina Klam

NEXXERA TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A. CNPJ - 03.813.865/0001-65

BALANÇO PATRIMONIAL Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	**6.501**	14.007
Contas a receber de clientes	5	**13.364**	11.981
Impostos a recuperar		**614**	669
Outras contas a receber	7	**1.583**	2.059
Antecipação de dividendos	8	**8.264**	9.073
Total do ativo circulante		**30.326**	37.789
Não circulante			
Depósitos judiciais	6	**202**	40
Outras contas a receber	7	**208**	36
Partes relacionadas	8	**7.554**	7.632
Impostos a recuperar		**97**	97
Impostos diferidos	21	**5.116**	3.731
Outros Investimentos	9	**43.267**	4
Imobilizado	10	**4.130**	3.665
Intangível	11	**390**	361
Total do ativo não circulante		**60.964**	15.566
Total do ativo		**91.290**	**53.355**

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	13	**2.517**	2.072
Empréstimos e financiamentos	12	**40.452**	3.703
Obrigações sociais e trabalhistas	14	**4.886**	5.117
Obrigações tributárias	15	**1.374**	1.975
Dividendos a pagar	8	**105**	323
Partes Relacionadas	8	**1.089**	-
Outras contas a pagar	16	**1.516**	225
Total do passivo circulante		**51.939**	13.415
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	**1.764**	3.655
Obrigações tributárias	15	**585**	651
Outras contas a pagar	16	**2.799**	2.573
Contingências	6	**13.296**	10.783
Total do passivo circulante		**18.444**	17.662
Total do passivo		**70.382**	31.077
Patrimônio líquido			
Capital social		**8.639**	8.639
Reservas legal		**1.728**	1.728
Reserva de lucros retidos		**10.540**	11.911
Total do patrimônio líquido	17	**20.907**	22.278
Total do passivo e patrimônio líquido		**91.290**	**53.355**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	18	**86.630**	90.013
Custo dos serviços prestados	19	**(30.352)**	(24.969)
Lucro bruto		**56.278**	65.044
Despesas comerciais	19	**(1.623)**	(1.416)
Despesas gerais e administrativas	19	**(39.655)**	(41.743)
Outras receitas (despesas) operacionais	19	**722**	493
		(40.556)	(42.666)
Resultado antes dos efeitos financeiros		**15.722**	22.378
Receitas financeiras	20	**1.218**	1.724
Despesas financeiras	20	**(1.093)**	(1.723)
		125	1
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**15.847**	22.379
Imposto corrente	21	**(3.179)**	(7.419)
Imposto diferido	21	**1.385**	921
		(1.794)	(6.498)
Resultado do exercício		**14.053**	15.881
Lucro por ação		**0,01392**	0,01573

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício	**14.053**	15.881
(=) Resultado abrangente do exercício	**14.053**	15.881

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	**15.847**	22.379
Ajustes para:		
Depreciação e perdas por desvalorização do imobilizado	**925**	806
Juros apropriados - empréstimos e financiamentos	**1.885**	626
Provisão para Impairment Passivo – Partes relacionadas	**78**	-
Provisão para contingências	**2.513**	1.885
Provisão para perdas com clientes	**244**	259
	21.492	26.032
Redução (aumento) nos ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes	**(1.627)**	(154)
Depósitos judiciais	**(162)**	871
Impostos a recuperar	**(1.330)**	(1.590)
Outras contas a receber	**304**	(211)
Fornecedores	**445**	456
Obrigações sociais e trabalhistas	**(231)**	740
Obrigações tributárias	**(667)**	(772)
Valores a pagar – Partes Relacionadas	**1.089**	-
Outras contas a pagar	**1.516**	(201)
Juros pagos	**(532)**	(626)
Imposto sobre renda pagos	**(1.794)**	(6.498)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**18.503**	18.047
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Adições ao imobilizado	**(1.897)**	(2.326)
Baixa de ativo imobilizado	**478**	77
Outros Investimentos	**(43.263)**	(3)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(44.682)**	(2.329)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Dividendos distribuídos	**(14.832)**	(19.022)
Captação de empréstimos e financiamentos	**37.514**	1.582
Partes relacionadas - recebimentos	**-**	2.074
Pagamento - empréstimos e financiamentos	**(4.009)**	(3.231)
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de financiamento	**18.673**	(18.597)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	**(7.506)**	(2.879)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**14.007**	16.886
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**6.501**	14.007

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

		Reserva de lucros			
	Capital social	Reserva legal	Lucros retidos	Lucro do exercício	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2022	8.639	1.728	13.820	-	24.187
Resultado do exercício	-	-	-	15.881	15.881
Destinação de lucros	-	-	(13.820)	-	(13.820)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(3.970)	(3.970)
Constituição de reserva de lucros	-	-	11.911	(11.911)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**8.639**	**1.728**	**11.911**	**-**	**22.278**
Resultado do exercício	**-**	**-**	**-**	**14.053**	**14.053**
Destinação de lucros	**-**	**-**	**(11.911)**	**-**	**(11.911)**
Dividendos mínimos obrigatórios	**-**	**-**	**-**	**(3.513)**	**(3.513)**
Constituição de reserva de lucros	**-**	**-**	**10.540**	**(10.540)**	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**8.639**	**1.728**	**10.540**	**-**	**20.907**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional • A Nexxera Tecnologia e Serviços S.A. ("Companhia"), com sede e foro na Rua Madalena Barbi, 181, Centro, na cidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina, CEP 88.015-190, constituída em 25 de Abril de 2000, é uma Companhia de capital fechado e tem por objeto social a prestação de serviços de automação de negócios nas áreas de compra, venda e logística, bem como, serviços de conectividade entre bancos e Companhias, transmissão de dados, meios de pagamento, pagamento móvel e sistemas "Business to Business" diversos para otimização de gestão de negócios. **1.1 Continuidade operacional •** A Companhia apresentou um desempenho financeiro sólido, refletido pela geração de caixa operacional positiva e pela manutenção de um patrimônio líquido robusto, acompanhado de um saldo positivo de disponibilidades. Apesar desses indicadores favoráveis, é importante destacar que o capital circulante líquido da Companhia registra um índice negativo. Esse indicador é decorrente da reclassificação de empréstimos que, em 31 de dezembro de 2023, foram reenquadrados para o curto prazo devido a uma quebra de covenants financeiro. Conforme descrito na nota explicativa 12, a Companhia já conseguiu negociar com o credor, no caso o Banco Santander, a obtenção de um "waiver". Esse acordo implica que o banco se compromete a não exercer a cláusula de vencimento antecipado dos empréstimos em questão para o próximo exercício. Importante destacar que a obtenção deste recurso financeiro foi necessário para suportar um investimento relevante que irá gerar caixa nos próximos exercícios. A administração da Companhia, diante desse acordo, entende que não há riscos que comprometam a continuidade operacional do negócio visto que se considerar o escalonamento normal dos vencimentos deste empréstimo, o capital circulante líquido é positivo em 31 de dezembro de 2023. **2. Base de preparação • 2.1. Declaração de conformidade •** As demonstrações financeiras foram elaboradas e aprovadas pela diretoria em 22 de maio de 2024 e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas – NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresa, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade. As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas – NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresa requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. **2.2. Base de mensuração •** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação •** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos •** Na preparação destas demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Incertezas sobre premissas e estimativas • As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota 5 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas na determinação da perda esperada; Nota 6 - Provisão para contingências: principais premissas e sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; Nota 10 - Vida útil e valor recuperável do ativo imobilizado; Nota 21 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. **3. Principais políticas contábeis • 3.1. Reconhecimento de receitas e despesas •** A Companhia reconhece as transações de receita quando há o cumprimento das obrigações de desempenho pactuadas contratualmente com seus clientes. Essas obrigações de desempenho normalmente são cumpridas quando há o serviço é prestado para o cliente. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. As despesas são reconhecidas nas demonstrações financeiras de acordo com o período de competência em que incorrem. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa •** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor). **3.3. Contas a receber •** As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de realização duvidosa. A provisão para créditos de realização duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. **3.4. Instrumentos financeiros •** Inicialmente, os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e subsequentemente, são mensurados ao seu valor justo a cada data de balanço. O método de reconhecer o ganho ou a perda na demonstração financeira depende do fato de o derivativo ser ou não designado como um instrumento de hedge. Nesse caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido. A Companhia utiliza contratos de câmbio a termo para limitar sua exposição ao risco cambial nas operações de compra e venda em moeda estrangeira. Esses derivativos são designados como hedge - ou seja, protegem contra o risco cambial associado a operações de venda prevista como prováveis. Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia possui instrumentos financeiros básicos e complexos, os quais são avaliados pelo método do custo amortizado e pelo valor justo, respectivamente. O método da taxa efetiva de juros é um método para calcular o custo amortizado de ativos ou passivos financeiros (ou grupo de ativos e passivos financeiros), e de alocar os rendimentos de juros ou despesas com juros durante o período correspondente. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros de caixa estimados, durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, por um período mais curto, ao valor contábil do ativo ou passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é determinada com base no valor contábil do ativo ou passivo financeiro no reconhecimento inicial. Ativos e passivos financeiros que não possuem taxa de juros declarada, e que são classificados como ativos e passivos circulantes, são avaliados, inicialmente, com base no valor não descontado. Para os instrumentos financeiros classificados como complexos a Companhia apura seu valor justo considerando o preço cotado para ativo idêntico em mercado ativo ou por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações. A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros principalmente caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias e políticas operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetuou transações em caráter especulativo ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco. A Companhia apresenta exposições aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: Risco de crédito • Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. A Companhia possui em 2023 aproximadamente 19% de seus recebíveis concentrados em três clientes. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeiras de seus clientes, e administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito. Em relação às instituições financeiras a Companhia somente realiza operações com instituições consideradas de primeira linha. A administração avaliou em 31 de dezembro de 2023 as duplicatas vencidas e análise individual da situação financeira do devedor e considerou necessária uma provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R$1.340 (R$ 1.096 em 31 de dezembro de 2022), conforme nota explicativa 5. Os valores contábeis dos principais ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	**6.501**	14.007
Contas a receber de clientes	**13.364**	11.981
Total	**19.865**	25.988

Risco de liquidez • Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação das empresas. A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, são mantidos saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa. A Companhia investe o excedente de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (vide Nota Explicativa nº 4) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de dezembro de 2023, os equivalentes de caixa mantidos pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez Risco de taxa de juros • Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de taxa de juros estão assim representados:

Valor contábil	31/12/2023	31/12/2022
Instrumentos de taxa variável		
Caixa e equivalentes de caixa	**6.467**	13.239
Instrumentos de taxa fixa		
Empréstimos e financiamentos	**42.216**	7.358

Risco operacional • Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos. Gestão de capital • A política da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do acionista, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável Instrumentos financeiros - valor justo • Diversas políticas contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros para propósitos de divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àqueles ativos ou passivos. Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a seguir: Instrumentos financeiros

	Custo amortizado	
	31/12/2023	31/12/2022
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	**6.501**	14.007
Contas a receber de clientes	**13.364**	11.981
Outras contas a receber	**1.791**	2.095
Partes relacionadas	**15.818**	16.705
Passivos		
Empréstimos e financiamentos	**42.216**	7.358
Fornecedores	**2.517**	2.072

Contas a receber e fornecedores - decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável ou relevante. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações. Empréstimos e financiamentos - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas. Outras contas a receber - compõe adiantamentos a fornecedores, antecipações de férias, despesas pagas antecipadamente, cauções, empréstimos para terceiros e demais créditos. **3.5. Empréstimos • Os e**mpréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. **As d**espesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são registrados em despesas financeiras. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **3.6. Imobilizado •** i) Reconhecimento e mensuração Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. ii) Depreciação • Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. São depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, conforme taxas utilizadas em 2022 e 2023:

Benfeitorias	10%
Equip. comunicação	20%
Informática - hardware	20%
Instalações	10%
Máq. e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Veículos	20%

3.7. Intangível • Marcas registradas, licenças e relações contratuais com clientes • As marcas registradas, as licenças (incluindo licenças de software) e as relações contratuais adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico menos amortização e perdas por impairment acumuladas. Quando tais ativos são adquiridos em uma combinação de negócios, o custo destes ativos corresponde aos seus valores justos na data da aquisição. *As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e preparar os softwares para sua utilização. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável, sendo esta de 5 anos.* **3.8. Demais passivos circulantes e não circulantes •** São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias. **3.9. Receitas e despesas financeiras •** As receitas financeiras abrangem receitas de aplicação, descontos obtidos de fornecedores, juros recebidos de clientes e juros de atualização da taxa selic. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias, despesas com juros sobre empréstimos, juros sobre atualização de parcelamento de tributos, juros e multa sobre atraso dos impostos, descontos concedidos a clientes e juros de atualização da taxa selic. **3.10. Imposto de renda e contribuição social •** A Companhia é tributada pelo Lucro Real em 2023 e 2022 sendo que a alíquota dos impostos é de 15% para imposto de renda, 10% para o excedente a R$240 ao ano para o adicional do imposto de renda e 9% para contribuição social. **3.11. Demonstração dos fluxos de caixa •** As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas – NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresa, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	-	1
Bancos conta movimento	**34**	767
Aplicações financeiras	**6.467**	13.239
	6.501	14.007

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essas razões, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. As aplicações financeiras tiveram o seguinte percentual de remuneração em 2023 e 2022:

Modalidade	Taxas	31/12/2023	31/12/2022
Bradesco – Fundo FIC FI RF Simples	11,54% a.a	**-**	4
Bradesco - CDB	12,96% a.a	**-**	30
Bradesco – Aplicação automática	0,588% a.a	**-**	3.475
Bradesco	5,3748% a.a	**3**	-
Bradesco	5.5427% a.a	**115**	-
Itaú - Aplicação automática	0,2352% a.a	**-**	400
Itaú - Aplicação automática	0,0240% a.a	**1.215**	-
Itaú - Fundo TRUST DI	12,51% a.a	**-**	284
Banco do Brasil - Rende Fácil	12,288% a.a	**-**	136
Banco do Brasil	4,3271% a.a	**58**	-
Banco Planner	0,5280% a.a	**1.598**	-
Banco Manchester	0,5840% a.a	**2.012**	-
Banrisul - CDB	12,189% a.a	**-**	13
XP Investimentos – Fundo Riza Lotus FIRF Referenciado DI	13,09% a.a	**-**	1.230
XP Investimentos – Fundo ARX Vinson Advisory FIC FIRF CP	13,4% a.a	**-**	1.254
XP Investimentos - CDB	13,17% a.a	**-**	1.576
XP Investimentos – Fundo Occam	2,4530% a.a	**511**	-
Safra – Fundo Safra Executive	11,47% a.a	**-**	863
SICREDI - Aplicação automática	5,07% a.a	**-**	1.095
SICREDI - Aplicação automática	5,6074% a.a	**220**	-
SICREDI - Poupança	6,46% a.a	**-**	1
Caixa – Fundo FIC GIRO EMP DI	11,34% a.a	**-**	45
BTG Pactual - Fundos	12,28% a.a	**-**	2.315
Daycoval - CDB	12,3085% a.a	**-**	356
Alfa - Fundo	0,3630% a.a	**703**	-
Santander – Aplicação automática	0,3466% a.a	**-**	88
Santander – Aplicação automática	1,9632% a.a	**27**	-
Santander – Aplicação PIX	0,0090% a.a	**1**	-
Paraná Banco - Aplicação CDB	9,37% a.a	**4**	-
Paraná Banco - Aplicação CDB	12,89% a.a	**-**	74
		6.467	13.239

5. Contas a receber de clientes

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber no país	**14.704**	13.077
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(1.340)**	(1.096)
	13.364	11.981

Abaixo demonstramos *aging list* de clientes:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	**12.813**	11.229
Vencidos em:		
Até 30 dias	**591**	754
31 a 60 dias	**188**	169
61 a 90 dias	**71**	145
91 a 180 dias	**143**	226
181 a 360 dias	**463**	115
Mais de 360 dias	**435**	439
	14.704	13.077

A política da Companhia para provisão para perda leva em consideração o prazo médio de recebimento e a análise individual de perda esperada para cada cliente. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada a seguir:

	2023	2022
Saldo no início do exercício	**(1.096)**	(837)
Reversão	**2.063**	496
Constituição de provisão	**(2.307)**	(755)
Saldo no final do exercício	**(1.340)**	(1.096)

6. Contingências e depósitos judiciais • Depósitos judiciais • Abaixo é demonstrada a composição dos depósitos judiciais por natureza e o detalhamento dos principais depósitos judiciais da Companhia:

	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas (i)	**202**	40
	202	40

(i) Correspondem aos valores depositados em juízo, relativos a ações trabalhistas, realizados para garantir a execução dessas ações. Dentro do saldo de 2023 destaca-se o processo no montante de R$151, cujos valores correspondem a depósitos efetuados em relação a ação trabalhista de uma única parte.

Contingências • O cálculo da provisão para contingências foi feito em consonância com o relatório das ações de natureza tributária, civil e trabalhista, com base na avaliação dos consultores jurídicos externos, e considera as ações nas quais a Companhia é ré e para as quais a classificação de perda é provável. Em 31 de dezembro de 2023 o total destas causas

NEXXERA TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A.

heGgBJGgBDEfeeeJhDE

w, + 2)w1 4 12)w2) =5JGgHAD m=5JegGBG 4 GJ o 4 u,1 HeHHg

	31/12/2023	31/12/2022
m M	49	B
Trabalhista	137	JDB
: ,P( )0,Rw	13.110	JeqDeC
	13.296	JeqDBG

4 1 R 2)w 1 w/ ,1 P 1 /w,w,P 1+),R( )0,R+j),wuwMPw+ m P +)0 w , + 2)w w21 - (wh dro abaixo:

	Tributários	Trabalhistas	Cível
Saldos em 31 de dezembro de 2021	BeGAJ	FAA	B
P + n wPw+j Mh(Pw+	HeHJD	(331)	h
Saldos em 31 de dezembro de 2022	JeqDeC	JDB	B
P + n wPw+j Mh(Pw+	2.503	(31)	41
Saldos em 31 de dezembro de 2023	13.110	137	49

14 /w2 Rv) 4 w + 2w)(, ow+ m M),wuwMPw),R( )0,Rv 2 1M 2 1 ,P 1+ / , w M++P2 w 1+/ Mrw 4 P2P),w 1 14 1/ 1++m Pj 14 uw+ 2ww wRw 1 + (+w++ ++1, +MRwPj /w,ww+-(wP 2 1 0/ ,1 P 1 12+)P(mwj 12T,4 14 /1+R 1 +)R wPww+ R(P

	31/12/2023	31/12/2022
m P	214	JAF
Trabalhistas	544	FAA
	758	DAG

7. Outras contas a receber

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos	216	HJE
Despesas antecipadas	798	BAE
I)(1 14), P 1+ rP	2.767	HCBA
rH *Impairment* 4 I)(1 14), P 1+ rP	(2.753)	rHGEG
Outros	763	AFA
	1.791	HeAE
P (M2)	1.583	HeEA
Não circulante	208	36

rP d 4 wu,PM HeJB w 14 /w2 Rvz,4 1(12),w)1 4 I)(1 14 w 4 / , +wdM w2)j Pw2 1 Rh uRRw, 1 y(r 1 wPw +)w 4 / , +ww),wt + , 4 (2 ,w 1 ( ),1+ 12 R 2) 14 1 4 , w 1 Pw2 1 (4 w/ 1++m Mw,)PPw 1 T( )(,w wPM)4-(/ 1 ,Rv1 1,, , w ,P,P w+/w,) +gd4 +) 4 u,1 HeJA w 14 /w2 RvP2R, ++1(14 1u,w2vw r),w PRM21 2)w2)1j /1, 2 1 w , +(++1j 4 2 1 HeHe wP)1(h+ w 1 1u,w2vw PRM4 14 2)1 4 - (w 14 /w2 Rv P 2)P 1(w 2 ++Pw / ,1 P 1 1 wM, 4 P(wuwPw r/)w)Pw P2 ,) ow , h),1,21g +wM1 +) 4 I)(1 14 w dM w2) t =5 HGEG 4 GJ o 4 u,1 HeHG HeHH) +)w2 1)1)wM 2) / ,1 PP2w 1g + 4 wP wM, +-( )1)wRw4 =5 JF 4 HeHG =5 D 4 HeHH 1T,w4 4 I)(1+, wRw 1+ 4 HeHH) 12 w 4 P2P),w 1 2) 2 2 1 w, *impairment*g

8. Partes relacionadas

• A tabela a seguir apresenta o valor total das operações que tenham sido Mu,w w+ 14 /w,) + , M P2w w+/w,w w w w , / 1,) w , + 2)w wg

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
Direitos com acionistas		
Antecipação de dividendos	8.264	AqeCG
Empréstimos a partes relacionadas		
Nexxera Holding (i)	7.554	GeEF
Luiz Dutra (ii)	-	CB
	7.554	GqDGH
Total dos ativos com partes relacionadas	15.818	JDqDeE
Passivo		
Dividendos a pagar	105	323
8wM, + w/ wRw, h=w) P	1.089	h
Total dos passivos com partes relacionadas	1.194	323

rP d4 HeJFj w 14 /w2 RvM ,1(wM, +w)r)M+ 4 I)(1+w+(w 12),1M 1,w rr ,wa 1M2R) wg21 wM, =5 GEEF 14 /wo1 2 R 2)1 2) ,4 2w 1j + 4 1/wRw4 2)1 ( ),1+gd4 GJ o 4 u,1 HeHG 1+wM1 12)P2(w+ 2 1 =5 GEEFgrP d4 HeJG w 14 /w2 Rv Mu,1(12),w)1 4 I)(1 14 +(w/w,) , M P2w w (R b(+)w 1 ( ),w 2 o +21 wM, =5 JEej 21 2)w2)1j T P w ,w 1 w 2w+ =5 CE w)r)M 4 I)(1+ /wR1 =5G, T, 2) wl ` c w1/ ,w 1j + 4 , 4 (2 ,w 1 z2Pw/ , Rv4 2) 2 R 2)1 2) ,4 2w 1gd4 GJ o 4 u,1 HeHG TP, 12 P 1 1 R 4 /wR4 2) 21 wM,)1)wM =5 B 4 P(wuwPw r/)w)Pw 2 ,) ow ,),1,21g

4 1 R 2)w 1 PP 2 1+ +)0 w , + 2)w w21 - (w ,1 wuwP1

	Antecipação de dividendos ativo	Dividendos a pagar passivo	Movimentação líquida DMPL
Saldos em 31 de dezembro de 2021	BqECH	JqeEH	h
Destinação de lucros 2021	rBqECH	EqHFA	JGgBHe
Antecipação de lucros 2022	JHqAHF	JHqAHF	h
PP 2 1+ 1u,RwN,R+ HeHH	rGqBEel	120	h
PP 2 1+ P),R(m1+ V c	h	rJAqeHH	h
Outros	(1)	h	h
Saldos em 31 de dezembro de 2022	AqeCG	323	h
Destinação de lucros 2022	(11.553)	358	11.911
Antecipação de lucros 2023	14.152	14.152	-
PP 2 1+ 1u,RwN,R+ HeHG	(3.408)	105	-
PP 2 1+ P),R(m1+ V c	-	(14.832)	-
Outros	-	(1)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	8.264	105	-

= 4 (2 ,w 1 1 / ++1wM w ww 4 P2P),w 1 / ++1wM w w 4 P2P),w 1 2 MP1+ P)1, + +)w)( )0,R+j (w+w),R(R + 2 1M 4 1/1 , R 1 1 12),1M w+w)PPw + w 14 /w2 Rg , 4 (2 ,w 1 1/ ++1wM w w 4 P2P),w 1)1)wM (=5JBe 4 GJ o 4 h u,1 HeHG m=5JDA 4 GJ o 4 u,1 HeHHg +) wM, +) 1 2RMuw 1+u 2 TmP+ (,h)1/ ,wo1j - (1,, +/ 12 4 w rP/ ,NMu,1, 1(121,0,R /wR1 . P),1,R(wP1 uL2(+/ wR1 . P),1,Rv rRP 1( ),1+ u 2 TmP+j 14 1/M21 +wl g 14 /w2 Rv2 1 12 w+ (+ w 4 P2P),w 1, + u 2 TmP+/ N+ 4 / , R1 f1(u 2 TmP+ , + R 1 12),w)1),wuwM1j wM4 1+/ , P)1+ / M MRPMw 1 w R0 lgl / ++1wM w w 4 P2P),w 1 2 1/1++(Ru 2 TmP+ M2R1 / ,wo1j 14 1/M21 / 2+ 1j /M21 , 4 (2 ,w 1 4 w +j 2), 1( ),1+g

9. Outros Investimentos

	31/12/2023	31/12/2022
Rw2)w4 2)1 /w,wc( )(,1 (4 2)1 (,, rP	43.261	h
1)w w RwM 4 11/ ,wPw , t P1	6	4
	43.267	4

rP = T, h+ w w R2)w4 2)1 z2w2 P1 /w,ww o(,, a 14 M/u < d) w) Pw2 1 (4 T( ),1 w(4 2)1 w Rw2w 4 / , +wg wM, 1 w Rw2)w4 2)1 t +)wu M P1 4 , wP wt 1 4 12)w2) =5 FEgeeegeeejeeg

10. Imobilizado

	eJfeJfHeHH	Adições	Baixa	31/12/2022	Adições	Baixa	31/12/2023
Edifícios e benfeitorias	JqDGG	301	h	2.034	149	-	2.183
`2T1,4 0)PwV w, s w,	EqJJB	JqEeJ	h	6.619	1.530	(701)	7.448
0- (P2w+ equipamentos	CJC	26	h	743	101	(337)	507
N P ( ) 2+mP+	JqCAJ	364	h	1.755	63	(597)	1.221
8 m(M+	CC	h	rCC	-	-	-	-
Outros	AH	134	h	226	-	(50)	176
	AqJHB	HqGHD	rCC	11.377	1.843	(1.685)	11.535

	Taxa	eJfeJf 2022	Adições	Baixas	31/12/ 2022	Adições	Baixas	31/12/ 2023
/ , g R mP+ benfeitorias	Je3	rJqGFel	rJBCl	h	(1.526)	(61)	-	(1.587)
/ , g2T1,4 0)Pwh w, s w,	He3	rFqeeJI	rFAB	h	(4.496)	(668)	471	(4.693)
/ , g4 0- (P2w+ equipamentos	Je3	rEAE	rFC	h	(642)	(45)	301	(386)
/ , g4 N P utensílios	Je3	rBCH	rJHE	h	(987)	(119)	411	(695)
/ , g m(M+	He3	rCC	(1)	CC	-	-	-	-
/ , g1( ),1+	Je3 He3	rFB	(13)	h	(61)	(7)	24	(44)
		rDqAHH	rBCG	CC	(7.712)	(900)	1.207	(7.405)
Total		HqHeD	JqFEA	H	3.665	943	(478)	4.130

d4 GJ o 4 u,1 HeHG HeHH) w w 4 P2P),w 1 12 M P 2 1 w , 2 ++Pw 12+)P),R 1 / ,1 P 1 /w,w/ , w 1 wM, (/ ,0 M 1 w)P 1 R 1uRRw 1g 14 /w2 Rv2 1 /1++(P ativos imobilizados para os quais tenha titularidade restrita ou que foram dados em garantia para /w++P1+g 1 rP) 4 14 / ,14 P ++1+ 12),w(wP+/ w,ww-(P R 1 wP1 R 1uRRw 1g

11. Intangível

	eJfeJfHeHH	Adições	Baixas	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023
w, w+j P, P 1+ / w) 2) +	313	h	h	313	-	-	313
<P) 4 w+ w/ Rw)P 1+ h+1T)s w, +	GqJBB	h	h	3.188	54	-	3.242
	GqEeJ	h	h	3.501	54	-	3.555

	Taxa	eJfeJfHeHH	Adições	Baixas	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023
/ , g<P) 4 w+ h+1T)s w, +	He3	rGqJHF	(16)	h	(3.140)	(25)	-	(3.165)
		rGqJHF	(16)	h	(3.140)	(25)	-	(3.165)
Total		GCC	(16)	h	361	29	-	390

12. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Taxas	31/12/2023	31/12/2022
w+P2R wp 1 wMGJJAC	JJjHCDE3 wgwg	218	331
w+P2R wp 1 wMGeEBC	AjABAE3 wgwg	177	HAD
w+P2R wp 1 wMGHDEA	GHAHEB3 wgwg	1.254	JqFHA
w+P2R a cP2w2 RwMGGeAE	JEjDEJJ3 wgwg	849	h
w+P2R a cP2w2 RwMFFFBDDCBCFGFBDGC = H	JEjHAHD3 wgw	489	h
w4 uP <w2)w2 ,	GBJ wgw `	37.020	h
d4 / ,t+)R 1+ , w + 1	CjCFEG3 wgwg	2.209	EqGeH
		42.216	CqGEB
P (M2)		40.452	GqCeG
Não circulante		1.764	GqDEE

12.1. Cláusulas restritivas • d4 GJ o 4 u,1 HeHG w 14 /w2 Rv/ 1++(mw 4 / ,t+)R 1+ z2w2 Rv4 2)1+ 2)1 w1 w2 1 <w2)w2 , +(P)1+ w M(+(M+, +),P)Pw+ rS 1 2w2)+; l , M P2w w+ w1 2m M 2 PPw4 2)1 . 1u ,)(,w 1+/wRw4 2)1+ mPw+g

Cláusula restritiva relativa ao:	Frequência de mensuração	Indicadores para a mensuração	Requerido	Atingido
Banco Santander	Anual	(i) índice obtido por dívida Mh(Pwz2w2 Rw/ d `: g	mPwMh(Pwz2w2 Rw d `: $ Hje6 w)t 1/ ,wo1 z2wM PRq2 Rv w1/ ,w 1	Não

, Mw 1 2), w mPw Mh(Pwz2w2 Rw 1 d `: , +(M(4 (4 R 2 P +(/ ,P, w1 M P +)wu M P1 Hje6j P2 Pw2 1 w+ R w-(u,w 1+ 1 2w2)+g 14 /w2 Rv 12+ R(P 2 R1 Rv 14 1 , 1,j 21 w+1 1 w2 1 <w2)w2 ,j w1u) 2v 1 (4 SwP ,; 4 P P 1 4 eG 4 wP HeHFgd++ w 1, 1 R /Rw-(1uw2 1+ 14 h / ,14) w2 1 r , w M(+(M 2 R 2)1 w2) Pw 1 1+ 4 / ,t+)R 1+ 4 - (+) 1 /w,w +) r , mPg**12.2. Cronograma de amortização da dívida** • + 4 / ,t+)R 1++ 1 Rw,w2)P 1+/ 1, w wP P)w+ / ,1 R w4 w 4 ,R 2 RM w ++1 w ,t P)1+gd4 GJ o 4 u,1 HeHG w+/w, M+ 1 2 1 P,(M2)) 4 w+ R(P2) 14 /1+R 1 /1, ano de vencimento:

HeHE	JqHDe
2026	FEe
HeHC	EF
Total	1.764

12.3. Movimentação da conta

	2023	2022
Saldo inicial	7.358	AqeeB
w/)w 1	37.514	JqEBH
Juros	1.885	626
4 1,)Rw 1 ,P2 P wM	(3.805)	rGqHGJI
Amortização de Juros	(736)	(626)
Outros	-	(1)
<wM1 cP2wM	42.216	CqGEB

13. Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
c1,2 1, +2w P2wP	2.512	HqeGH
c1,2 1, + +),w2R P 1+	5	40
	2.517	HqeCH

14 /w2 Rv2 1 1/ ,w 14 ,P 1 +w w 1 w1 1+ T,2 1, +g

14. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2023	31/12/2022
cb : < w, 1M ,	189	HeE
` << w, 1M , hT Mw/ wRw4 2)1	605	641
` << w, 1M , h+ , R 1+)14 w 1+	7	6
<wM,P+	1.161	JqGJH
,NMu1,	11	11
,1 P 1 T,R+	2.913	HqAFH
	4.886	EqJJC

15. Obrigações tributárias

	31/12/2023	31/12/2022
`==c T Mw / wRw4 2)1	502	ECe
w, M4 2)1 d=:	711	CDC
1z2+w, 1M ,	226	343
(P+) , 12 R 2)1 , Rwh *cut-off*	298	DAA
Outras	222	HFC
	1.959	HqDHD
P (M2)	1.374	JqACE
Não circulante	585	DEJ

16. Outras contas a pagar

	31/12/2023	GJfJHfHeHH
Outras contas a pagar	15	6
,1 P + / w,w, uw) + rP	2.799	HqECG
Adiantamentos	1.501	HJA
	4.315	HqCAB
P (M2)	1.516	HHE
Não circulante	2.799	HqECG

rP rr ,w: 21M R Rw/1++(R(4 12),w)1 14 w8wM <g g12 +)0 +)P(Mw 1 (4 / , 2)(wM He3 , uw) +1u, w, P,wu,(wg + w/) +) 1 - (wRw2 1 1 2) 2 R 2)1/ w,w P(Pww 1 +) w g

17. Patrimônio líquido • _w P wM1 RwM w P wM1 RwM =5 BqDGA PPP1 4 JqeeAqBee r(4 4 M 1j 21 4 RM 1P1 2)1+ lw +1, P20,R+j)1 w+ 214 P2w)Pw+ + 4 wM, 214 P2wg

Reservas de lucros

	31/12/2023	31/12/2022
Reserval legal	1.728	JqCHB
Reserva de lucros retidos	10.677	JJqAJJ
	12.405	JGqDGA

+wM1 , + , w+ M ,1+ +)0 4 wP,-(1 w P wM1 RwM 1P , T, h+ w1 M ,1 1 w21 HeHG-( ) ,0 +(w +)P2w 1 z2Pw2w/ ,N R w ++ 4 uMRvb ,wM r),w1, P20,Rv w P)1,Rj-(w 12) ,0 21 1,, , HeHg Remuneração dos acionistas 14 /w2 Rv, 4 (2 ,w+ (+w P2P)w+ 14 PP 2 1+ 1u,RwN,R+ HE3 1M ,1 1 r , mPj w N+w +)P2w 1 /w,w= + , w RwM r)1+ + P , 21 M P He3 g< 2 1 - (P),R(R + w P P 2w P+ 1 w ,1 w w+ 4 ++ 4 uMRvb ,wg + PP 2 1+ 1u,RwN,R+)P ,w4 w+ R(P2) uw+ 0M M destinação:

	2023	2022
Lucro líquido	14.053	JEqBBJ
Base de cálculo	14.053	JEqBBJ
Dividendos obrigatórios - 25%	3.513	GqACe
Destinação dos dividendos:		
PP 2 1+ 1u,RwN,R+ w2) Pw 1+	3.408	GqBEe
PP 2 1+ 1u,RwN,R+ w/ wRw,	105	120

18. Receita operacional líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Receita de serviços	95.045	ABqHCe
Receita *cut-off*	(1.631)	334
`4 / 1+)1++1u, 2 w+	(7.185)	rBqDeB
`4 / 1+)1+ *cut-off*	401	JC
	86.630	AeqeJG

19. Custos e despesas por natureza e função • 14 /w2 Rv1/)1(/ 1, w , + 2h)w, w 4 12+),w 1 1 , +(M w 1/ 1, T(2v 1g / , + 2)w4 1+ w+ R(P 1 wMw4 2h to da demonstração do resultado por natureza:

Demonstração resultado	31/12/2023	31/12/2022
(+)1+ 1++ , R 1+/ , +)w 1+ 1+/ ,1 ( )1+ 2 P 1+	(30.352)	rHFqADA
Despesas comerciais	(1.623)	rJqFJD
Despesas gerais e administrativas	(39.655)	rFJqCFG
Outras receitas operacionais	722	FAG
Total	(70.908)	rDCqDGE

	31/12/2023	31/12/2022
b w+)1+ 14 / ++1wM	(45.166)	rFJqeBJ
(+)1+ P2T w +) ( )(,w : `	(9.094)	rDqCFB
b w+)1+ 14 +) ( )(,w	(3.195)	rHqAJe
Serviços com consultoria e assessoria	(2.834)	rGqeHH
Despesas comerciais e com vendas	(1.623)	rJqFJD
Serviços com marketing	(518)	rJqCCB
Depreciação e amortização	(925)	rBeD
,1 P 1f, ,+ 1 / w,w ,t P 1 M P(Pw 1 (P1+w	(244)	rHEA
Doações	(438)	(604)
Despesas com viagens e reembolsos	(438)	(641)
, w+ wuwPw wP 1+	(78)	h
12)PRq2 Rv	(2.513)	rJqBBE
`2 2Pw + 1( ),w+ (+w+ (PRP	(12)	rGqECH
Outros gastos e receitas	(3.830)	rHqGJD
Total dos custos e despesas	(70.908)	rDCqDGE

20. Resultado financeiro líquido

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Juros recebidos	110	JJA
(,1+w M w +z2w2 Rw+	982	JqECA
Descontos obtidos	-	4
8w,Rw 1 w4 uRwM	1	h
( ),w+ , Rw+ z2w2 Rw+	125	22
:)wM , Rw+ z2w2 Rw+	1.218	JqCHF
Despesas financeiras		
(,1++1u, 4 / ,t+)R 1+	(857)	(623)
Juros pagos e incorridos	(8)	rCJA
Multas	(2)	(13)
8w,Rw +4 12)0,R+	-	(3)
Descontos concedidos	(126)	(244)
+/ +w+ uw2 0,Rw+	(44)	(41)
( ),w+ +/ +w+ z2w2 Rw+	(56)	rBeI
:)wM +/ +w+ z2w2 Rw+	(1.093)	rJqDHG
Total do resultado financeiro	125	1

21. Imposto de renda e contribuição social • d4 HeHH HeHG w 14 /w2 Rv T P),R( )w w/ M (1 = wg 4 12+),w 1 1 R / 1+)1 , 2 w 12),R(R 1 +1 RM 21 , +(M 1 +)0 4 12+),w ww+ R(P

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes dos impostos	15.847	HHqDCA
Mh(1)wu0+Pw	34%	GF3
`4 / 1+)1 wM(M 1 / M+ wM h(1)w+ z+ wP	(5.388)	rCqDeA
Exclusões (adições) permanentes		
Multas e patrocínios	(28)	(44)
Benefício Lei do Bem	3.466	BAe
8wM, ( )m M P= 1(w2)	59	130
8wM, ( )m M : n ,1R w4 w de Alimentação do Trabalhador)	59	136
Outras adições e exclusões permanentes	38	(1)
Resultado efetivo de imposto de renda e contribuição social	(1.794)	rDqFAB
`4 / 1+)1 1,, 2)	(3.179)	rDqFJA
`4 / 1+)1 P T,P1	1.385	AHJ
Mh(1)w T Pw3	11%	HA3

R / 1+)1 , 2 w 12),R(R 1 +1 RM P T,P 1+ w P1+, T, 4 h+ w P T, 2vw+) 4 / 1,0,Rw+ w+ - (wP + , 1, wRw w+ 14 M ,1+),R( )0,R+ T( ),1+j 14 uw+ 21 (,+1 21,4 wM w1/ ,w 1 w 14 /w2 Rg 14 /w2 Rv2 1 / 1++(Ruw+ 2 Rw)Pw R / 1+)1+ +1u, 1 M ,1g R / 1+)1 , 2 w 12),R(R 1 +1 RM P T,P1+ reconhecidos têm a seguinte origem:

	31/12/2023	31/12/2022
IR e CS diferidos ativos		
(P+) , 12 R 2)1 w , Rwh, Rwu,(w *rcut-off*)	263	h
,1 P 1 h, uw) +	570	FAG
,1 P 1 12)P2Rq2 Rv( ) PRM	63	60
,1 P 1 12)P2Rq2 Rv),R( )0,Rv	3.181	HqGGe
w, M w/ ,1 P 1 / , w+ com clientes não dedutível	217	HeB
Impairment 4 I)(1+	962	AGD
	5.256	FqeHC
IR e CS diferidos passivos		
(P+) , 12 R 2)1 w, Rwh R / 1+)1++f 2 w+ r *cut-off*)	(140)	(4)
(P+) , 12 R 2)1 w , Rwh, Rwu,(w *rcut-off*)	-	rHAH
	(140)	rHAD
Imposto de renda e contribuição social diferido	5.116	GqDGJ

22. Seguros • 14 /w2 Rvw 1)ww/ 1M Pw 12),wM, 1u ,)(,w + R(,1+/w,w 1+u 2+ +(O P)1+ w,P +/ 1+/1, 4 12)w2) + 12+P ,w 1+ +(z P2) +/ w 1u,P 2h)(wP+P2P),1+j 12+P ,w2 1 w2w)(, ow +(ww)PPw gd4 GJ o 4 u,1 HeHG w 1u ,)(,w + R(,1+ 12),w,P 1+ 1/ ,w P2wP t 14 /1+)w/ 1, =5 HAqFeA /w,w w21+4 w) ,RwP =5 Fee /w,w, +/ 12+wuRPw PRg 14 /w2 Rv2 1/ 1++(P / 1+)1+ +1u, 1 M ,1g R / 1+)1 , 2 w 12),R(R 1 +1 RM P T,P1+ t , +/ 12+wuRPw w 4 P2P),w 1 w 14 /w2 Rj-(w 12+P ,ww -(w w /w,w 1u,P 2)(wP+P2P),1+g

Edson Silva | Diretor

Edenir Silva | Diretor

Noeli Krueger | Contadora
CPF: 03246399964
= < eHEDeef

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Nexxera Tecnologia e Serviços S.A.
cM,R2N 1R n< l

Opinião

d rw4 P2w4 1+ w+ 4 12+),w w + z2w2 Rw+ w rr ,w: 21M R Rw < , R 1+ rS 14 /w2 Rv lj -(14 / , 2 4 1 uwM2v1 / w),R 12R M 4 GJ o 4 u,1 HeHG w+, +/)Pw+ 4 12+),w w + 1, +(M w 1j 1 / w1 w w2 1 w wM, +) r , mP z2 1 2 ++w w),u 4 14 1 w+ 1,, +/ 12 2) +21)w+ r/ M wP Pw+ ,w M w P2w t 14 /1+)w/ 1, =5 HAqFeA /w,w w+ 4 w) ,RwP ...

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais w(P),Rg 1++w+ , +/ 12+wuRPw w+j 4 12T,4 Pw 14 wP 21,4 w+j +) 1 + ,Rw+ 2w+ v 1 w+ R(P) P2)P(M w S +/ 12+wuRPw + 1 w(P),/ M w(P),Rv w+ 4 12+),w w+ z2w2 Rw+;g<14 1+ P / 2 2) + 4 , Mw 1. 14 /w2 Rvj w 1, 1 14 1+ / ,P2 rhP + t) P 1+, M w2) + / , P)1+ 21 N R R1 7) Pw ,1z+ P 2wM1 1 12)w 1, 2w+ 21,4 w+ / ,1z+ P 2wP 4 PPw+ / M 12+ M1 c ,wM 12)wuRPw j (4 / ,R 1+ 14 w+ 4 wP +/ 12+wuRPw + t)Pw+ w 1, 1 14 ++w+ 21,4 w+g , Rw4 1+ - (w Pq2 Rv w(P),Rv1u)Pw t +(z P2) w ,1/ ,Rv w/ w,w2 w4 2)w 21++w1/ P2P1g

NEXXERA TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A. CNPJ - 03.813.865/0001-65

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 22 de maio de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SC-000048/F

Fabiano Agostini
Contador CRC-SC-029999/O

Reivax S/A Automação e Controle - CNPJ/MF nº 79.942.645/0001-01

NIRE 42300032051 - **Ata de Assembleia Geral Ordinária (Extrato de Ata, Conf. § 3º do Art. 130, Lei 6.404/76) - Data e Horário:**23/05/2024, às 17h00. **Local:** Sede Social da Empresa e via videoconferência. **Presidente:** Nelson Zeni Junior; **Secretário:** Fernando Happel Pons. **Presenças: (1)** acionistas representando a totalidade do capital social**; Publicações:** Dispensada em virtude da presença da totalidade dos acionistas. **Deliberações: (1)** prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes; **(2)** destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(3)** eleição e posse dos membros do Conselho de Administração; **(4)** fixação do montante global anual da remuneração dos Administradores, na forma do artigo 15 do Estatuto Social da Companhia. **Transcrição e Arquivamento:** Ata transcrita no Livro de Atas de Assembleias Gerais nº 02, às fls. 24 a 26, arquivada na **JUCESC** sob o Nº20244027994 e Protocolo 244027994 de 27/05/2024, Chancela 658878539595780.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
DA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTAS DE BENEFÍCIOS DO VALE EUROPEU
CNPJ nº 53.136.455/0001-03

O Presidente da **ASSOCIAÇÃO MUTUALISTAS DE BENEFÍCIOS DO VALE EUROPEU,** usando das atribuições que lhe confere o Estatuto, convoca seus associados, em pleno gozo de seus direitos e deveres, para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada na Rua Japão, N° 444, Das Nações, Timbo/SC – CEP: 89.120-000, em **12/07/2024** às 09:00 horas em 1ª convocação, ou, às 09:30 horas, em 2ª convocação, independendo do número de associados presentes, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(I) Alteração do endereço da sede da associação; (II) Alteração no Estatuto Social; (III) Alteração na razão social; (IV) Aprovação das contas do ano de 2023; (V) Renúncia de membro da Diretoria Executiva; (VI) Eleição e posse de membro da Diretoria Executiva.**

Timbo/SC, 03 de julho de 2024.

ENDERSON GIOVANI NEGHERBON
Presidente

GDC ALIMENTOS S.A.

NAUTERRA



88

CNPJ 02.279.324/0001-36

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota Explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	102.457	29.331	112.091	32.228
Contas a receber	6	168.513	147.795	173.364	157.400
Contas a receber - partes relacionadas	6 - 9	22.090	8.011	870	-
Estoques	7	377.868	490.985	381.861	502.581
Impostos a recuperar	8	46.972	53.342	50.342	66.269
Despesas antecipadas		6.394	5.834	6.415	5.909
Dividendos a receber		-	2.747	-	-
Contas a receber alienção controlada	27	8.514	-	8.514	-
Outras contas a receber		33.605	39.308	33.874	39.525
Total do ativo circulante		766.413	777.353	767.331	803.912
NÃO CIRCULANTE					
Impostos a recuperar	8	9.970	41.353	9.970	41.353
Contas a receber alienção controlada	27	31.039	-	31.039	-
Impostos diferidos	22	3.298	19.247	3.615	20.812
Depósitos judiciais	11	12.989	10.828	12.989	10.829
Investimentos	4	157	27.423	-	-
Ativos de direito de uso	12	22.447	10.905	22.447	12.275
Imobilizado	14	189.219	146.108	189.441	156.855
Intangível	13	17.765	18.265	17.765	18.265
Total do ativo não circulante		286.884	274.129	287.266	260.389
TOTAL DO ATIVO		1.053.297	1.051.482	1.054.597	1.064.301

PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO	Nota Explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
CIRCULANTE					
Fornecedores - terceiros	15	84.812	125.817	85.572	129.288
Fornecedores - partes relacionadas	9 - 15	598	2.342	707	3.170
Empréstimos e financiamentos	16	216.057	244.637	216.100	244.819
Passivos de arrendamento	12	9.275	7.377	9.275	8.807
Salários e encargos sociais		20.314	18.663	20.590	19.542
Impostos a pagar		2.625	5.159	2.698	5.273
Parcelamento de impostos		1.128	713	1.128	713
Provisão para participação dos empregados		10.470	7.769	10.470	7.919
Instrumentos financeiros derivativos	3	610	795	610	795
Dividendos a pagar	21	8.000	-	8.000	916
Verbas a pagar	17	26.506	21.833	26.506	21.833
Risco sacado fornecedores	18	12.153	7.480	12.153	7.480
Outras contas a pagar	19	23.514	42.094	23.552	42.478
Total do passivo circulante		416.062	484.679	417.361	493.033
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	16	65.552	-	65.552	-
Instrumentos financeiros derivativos	3	1.247	-	1.247	-
Parcelamento de impostos		2.956	2.519	2.956	2.519
Passivos de arrendamento	12	14.523	3.935	14.523	3.935
Provisões para riscos	20	7.603	6.834	7.603	7.234
Total do passivo não circulante		91.881	13.288	91.881	13.688
		507.943	497.967	509.242	506.721
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	21	60.423	60.423	60.423	60.423
Reserva de ágio	21	104.968	104.968	104.968	104.968
Reserva de reavaliação		1.049	1.157	1.049	1.157
Ajustes de avaliação patrimonial		(9.192)	(3.730)	(9.192)	(3.730)
Reserva legal	21	12.085	12.085	12.085	12.085
Reserva de lucros a distribuir		21.469	-	21.469	-
Reserva de incentivos fiscais	21	354.552	378.612	354.552	378.612
Patrimônio líquido atribuível aos proprietários da controladora		545.354	553.515	545.354	553.515
Participação dos não controladores		-	-	1	4.065
Total do patrimônio líquido		545.354	553.515	545.355	557.580
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.053.297	1.051.482	1.054.597	1.064.301

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais - R$)

	Nota Explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	23	1.265.736	1.244.960	1.277.541	1.292.301
CUSTO DOS PRODUTOS E MERCADORIAS VENDIDAS	24	(1.037.853)	(1.011.214)	(1.025.721)	(1.029.305)
LUCRO BRUTO		227.883	233.746	251.820	262.996
RECEITA (DESPESAS) OPERACIONAL					
Despesas com vendas	24	(139.530)	(122.302)	(143.889)	(128.875)
Despesas gerais e administrativas	24	(65.528)	(56.645)	(70.382)	(64.136)
Outras receitas(despesas) operacionais, líquidas	25	41.615	2.505	41.685	2.551
Resultado por equivalência patrimonial	4	(9.318)	(1.761)	-	-
LUCRO ANTES DOS RESULTADOS FINANCEIROS		55.122	55.543	79.234	72.536
Despesas financeiras	26	(59.636)	(60.906)	(87.602)	(77.459)
Receitas financeiras	26	31.323	43.541	35.169	45.067
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		26.809	38.178	26.801	40.144
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	22	(5.559)	10.207	(5.559)	9.296
Diferidos	22	(15.949)	15.788	(15.949)	15.788
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		5.301	64.173	5.293	65.228
LUCRO ATRIBUÍVEL					
Acionistas da controladora				5.301	64.173
Participações não controladoras				(8)	1.055
				5.293	65.228
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÕES		0,12	1,42	0,12	1,45

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais - R$)

	Nota Explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		5.301	64.173	5.293	65.228
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES					
Efeitos de variação cambial sobre investimentos no exterior, líquido dos efeitos tributários	4	(12.707)	(8.178)	(12.713)	(8.183)
Efeitos inflacionários sobre investimentos no exterior	4	6.833	11.135	6.841	11.144
Realização da reserva de reavaliação		108	110	108	110
Reclassificação alteração na participação do capital social em controlada por alienação		412	-	412	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(53)	67.240	(59)	68.299
RESULTADO ABRANGENTE ATRIBUÍDO					
Participação dos acionistas controladores				(53)	67.240
Participação dos acionistas não controladores				2	1.059
				(51)	68.299

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais - R$)

	Nota Explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		26.809	38.178	26.801	40.144
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa aplicado nas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	24	27.862	22.990	28.112	25.577
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	363	37	337	11
Provisão para perda de estoque	7	7.340	231	7.340	231
Resultados não realizados sobre investimentos	4	(100)	199	-	-
Reclassificação alteração na participação do capital social		412	-	412	-
Equivalência patrimonial	4	9.318	1.761	-	-
Ganho na alinação de controlada		(57.495)	-	(57.495)	-
Perda (ganho) na venda e/ou baixa de ativo imobilizado		65	239	392	249
Encargos financeiros, derivativos e variação cambial, ajuste a valor presente sobre financiamentos, empréstimos, arrendamento, alienação, obrigações fiscais e mútuos		48.202	21.138	48.314	21.432
Crédito tributário transitado em julgado	8	(9.970)	(16.484)	(9.970)	(16.484)
Provisão para contingências	25	1.500	(20.344)	1.509	(20.317)
Provisão verbas a pagar clientes		4.673	(2.395)	4.673	(2.395)
Provisões para participações nos resultados		12.377	7.637	12.391	7.748
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber		(35.160)	(42.387)	(26.065)	(34.887)
Estoques		105.777	(168.673)	103.281	(173.544)
Impostos a recuperar		(6.215)	8.407	(728)	3.813
Despesas antecipadas		(560)	(389)	(607)	(420)
Outras contas a receber e depósitos judiciais		5.040	(82)	4.720	2.327
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(42.728)	26.238	(35.466)	28.262
Salários e encargos sociais		(8.025)	(7.915)	(7.923)	(7.609)
Impostos a pagar e parcelamento de impostos		46.697	17.469	46.765	17.428
Risco sacado fornecedores		4.673	(443)	4.673	(443)
Outras contas a pagar		(18.580)	25.478	(18.575)	25.411
Provisões para contingências pagas		(2.230)	(1.512)	(2.229)	(1.539)
Imposto de renda e contribuição social pagos no exercício		-	(4.565)	-	(5.476)
Juros pagos - empréstimos e arrendamentos		(31.681)	(11.927)	(31.689)	(12.220)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		88.364	(107.114)	98.973	(102.701)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Dividendos recebidos	4	5.920	2.747	5.920	-
Liquidação de investimento	4	-	168	-	-
Recebimento por alienação de controlada líq. da saída de caixa		17.553	-	14.814	-
Aquisição de imobilizado	14	(60.182)	(44.749)	(60.979)	(47.616)
Adições ao intangível	13	(78)	(709)	(78)	(709)
Recebimento pela venda de imobilizado		17	300	52	300
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(36.770)	(42.243)	(40.271)	(48.025)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captação de financiamentos - terceiros	16	267.685	288.000	268.013	288.626
Mútuo entre partes relacionadas		-	(177)	-	-
Pagamento de dividendos	21	-	-	-	(915)
Pagamento de arrendamento mercantil	12 (b)	(9.372)	(8.731)	(9.487)	(9.702)
Pagamento de financiamentos		(236.781)	(158.878)	(237.365)	(159.322)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) ativ. de financiamento		21.532	120.214	21.161	118.687
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQ. DO CAIXA E EQUIV. DE CAIXA		73.126	(29.143)	79.863	(32.039)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		29.331	58.472	32.228	64.265
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		102.457	29.331	112.091	32.228

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais - R$)

	Nota Explicativa	Capital social	Reserva de ágio	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva de lucros a distribuir	Reserva de Incentivos Fiscais	Lucros acumulados	Total da participação dos acionistas controladores	Total da participação dos acionistas não controladores	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		60.423	104.968	1.267	(6.687)	12.085	-	314.329	-	486.385	4.837	491.222
Realização da reserva de reavaliação	21	-	-	(110)	-	-	-	-	110	-	-	-
Efeitos de variação cambial sobre investimentos no exterior, líquidos dos efeitos tributários	4	-	-	-	(8.178)	-	-	-	-	(8.178)	(5)	(8.183)
Efeitos inflacionários sobre investimentos no exterior	4	-	-	-	11.135	-	-	-	-	11.135	9	11.144
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	64.173	64.173	1.055	65.228
Destinação do lucro líquido do exercício:										-		-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	21	-	-	-	-	-	-	64.283	(64.283)	-	-	-
Distribuição de lucros realizada por controlada		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.831)	(1.831)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		60.423	104.968	1.157	(3.730)	12.085	-	378.612	-	553.515	4.065	557.580
Realização da reserva de reavaliação	21	-	-	(108)	-	-	-	-	108	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	5.301	5.301	(8)	5.293
Efeitos de variação cambial sobre investimentos no exterior, líquidos dos efeitos tributários	4	-	-	-	(12.707)	-	-	-	-	(12.707)	(6)	(12.713)
Efeitos inflacionários sobre investimentos no exterior	4	-	-	-	6.833	-	-	-	-	6.833	8	6.841
Reclassificação alteração na participação do capital social em controlada por alienação					412			(24.060)	24.060	412	-	412
Reversão de reserva de incentivos fiscais	21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de lucros a distribuir	21	-	-	-	-	-	29.469		(29.469)	-	-	-
Distribuição de dividendos	21	-	-	-	-	-	(8.000)	-	-	(8.000)	-	(8.000)
Destinação do lucro líquido do exercício:												
Distribuição de lucros realizada por controlada	4										(1.058)	(1.058)
Alienação de investimento em controlada	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.000)	(3.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		60.423	104.968	1.049	(9.192)	12.085	21.469	354.522	0,00	545.354	1	545.355

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações Gerais • 1.1. Contexto Operacional • A GDC Alimentos S.A. ("Companhia" e, em conjunto com as suas investidas, "Grupo") é uma sociedade anônima de Capital Fechado, com sede no município de Itajaí, Estado de Santa Catarina. A Companhia tem como principais objetivos a fabricação e comercialização de produtos alimentícios em geral, preparados, esterilizados de pescado e conservas alimentícias, bem como a fabricação de embalagens metálicas. A Companhia exerce as suas atividades principais nas unidades industriais localizadas no município de Itajaí, Estado de Santa Catarina, sendo uma fábrica de conserva de produtos cárneos e de pescado e uma fábrica de embalagens metálicas, que além de industrializar embalagens metálicas, também comercializa outros produtos alimentícios, com a visão de ser líder do segmento de pescados em conserva e referência de empresa de alimentação no Brasil, sinônimo de produtos saudáveis, inovadores e de qualidade. A Companhia comercializa seus produtos na Argentina, através da GDC Argentina S.A., à qual é sua controlada, possuindo uma participação no seu capital de 99,93%. A controlada também comercializa outros produtos, além dos produtos produzidos pela controladora. No ano de 2016, a Administração decidiu ampliar sua cadeia produtiva, passando a utilizar o subproduto de pescado gerado pela indústria de conserva, em uma nova empresa BFP Bio Produtos de Pescado Ltda. Em 1º de fevereiro de 2023, a Companhia alienou integralmente sua participação na BFP Bio Produtos de Pescado Ltda., na qual possuía uma participação de 75% do capital. A alienação ocorreu para uma empresa que tem expertise na produção e comercialização dos subprodutos de pescados e se manteve como parceira na destinação dos subprodutos gerados pela Companhia. Maiores detalhes estão na Nota 27. Em novembro de 2023 houve a mudança da sua Marca Corporativa, passando a utilizar a Marca "Nauterra" em lugar de utilizar a Marca do seu principal produto "Gomes da Costa", essa mudança além de fortalecer esforços no sentido da sustentabilidade, pretende unificar sua imagem nos mais de 65 países em que opera, a nova identidade busca aproximar a empresa que sempre esteve ligada ao mar e à terra, abrindo oportunidade a novos negócios. As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram aprovadas e autorizadas para publicação pelos Administradores em 22 de maio de 2024. 1.2. Base de preparação • As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 29. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Os instrumentos derivativos têm seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2. 1.3. Consolidação • A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na Nota 4 e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas na Nota 29. 1.4. Mudança nas políticas contábeis e divulgações • As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os exercícios iniciados após 31 de dezembro de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis - CPC. Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Empresa considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor em 1º de janeiro de 2023: • CPC 50 (IFRS 17) - Contratos de Seguro - O CPC 50 estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui o CPC 11 - Contratos de Seguro. A norma descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. O modelo geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos, mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a abordagem da alocação de prêmios. O modelo geral usa premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza. Ele leva em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos titulares de apólices. O grupo não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o CPC 50. • Alteração ao IAS 1/CPC 26 (R1) e IFRS "Practice Statement 2" - Divulgação das políticas contábeis - As alterações modificam as exigências contidas no CPC 26 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo "principais políticas contábeis" por "informações materiais da política contábil". As informações da política contábil são materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral, tomadas com base nessas demonstrações financeiras. Os parágrafos de apoio do CPC 26 também são alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições imateriais são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser materiais devido à natureza das correspondentes transações, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são materiais por si só. O IASB preparou ainda orientações e exemplos para explicar e demonstrar a aplicação do "processo de materialidade em quatro passos" descrito na Declaração de Prática 2. • Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como no período atual. • Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a Empresa não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. O IASB alterou ao CPC 32 para clarificar que a norma se aplica aos tributos sobre o lucro decorrentes da legislação fiscal promulgada ou substantivamente promulgada para implementar as regras modelo do Pilar Dois, publicadas pela OCDE, incluindo a legislação fiscal que implementa impostos nacionais mínimos qualificados descritos nessas regras. As alterações introduzem uma exceção temporária aos requisitos contábeis para impostos diferidos no CPC 32, de modo a que uma entidade não reconheça nem divulgue informações sobre ativos e passivos diferidos relacionados com tributos sobre o lucro do Pilar Dois. Novas normas e interpretações ainda não emitidas • A Companhia não adotou as seguintes CPC novas e revisadas, já emitidas e ainda não aplicáveis, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023: • Alterações ao IAS 1/CPC 26 (R1) - Classificação do Passivo como Circulante e Não Circulante - Alterações ao CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com "Covenants". As alterações indicam que apenas "covenants" que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses "covenants" afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do "covenant" é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um "covenant" com base na condição financeira da entidade na data do relatório que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório). • Alterações ao IAS 7 "Demonstração dos Fluxos de Caixa" e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" - As alterações acrescentam um objetivo de divulgação no CPC 03 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, o CPC 40 foi alterado para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez. O termo "acordos de financiamento de fornecedores" não é definido. Em vez disso, as alterações descrevem as características de um acordo para o qual a entidade deveria fornecer as informações. • Alterações ao IFRS 16 - "Arrendamentos" - As alterações ao CPC 06 acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e "leaseback", que satisfazem as exigências do CPC 47, para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revisados" de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início. As alterações foram avaliadas pela Administração da Companhia, não havendo impactos nas demonstrações financeiras, bem como para novos pronunciamentos emitidos e em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, para os quais a Administração vem fazendo acompanhamento, concluindo que não haverá impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia. 2. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos** • As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem imposto de renda e contribuição social diferidos, provisão para riscos decorrente de contingências judiciais e trabalhistas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente. 2.1. Estimativas e premissas contábeis críticas • Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. (a) Imposto de renda e contribuição social • O Grupo está sujeito ao imposto sobre a renda em todos os países em que opera (Brasil e Argentina). O Grupo também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. (b) Provisão para riscos • O Grupo reconhece provisões relacionadas as ações trabalhistas e ações judiciais decorrentes de processos de natureza cível e fiscal. As estimativas estão embasadas nos relatórios emitidos pelos assessores jurídicos e são registradas as importâncias com possibilidade de perda provável. 3. **Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros** • 3.1. Fatores de risco financeiro • A Companhia e sua controlada mantêm operações com instrumentos financeiros ativos e passivos, inclusive instrumentos financeiros derivativos, esse último com o objetivo de minimizar os impactos da exposição cambial de operações de empréstimos e financiamentos e fornecedores em moeda estrangeira e manter empréstimos e financiamentos a taxas indexadas à variação da taxa o CDI em um ciclo de queda. A política de utilização de instrumentos financeiros derivativos da Companhia tem como objetivo proteger seus compromissos assumidos em dólar e euro de oscilações nos preços futuros, de forma a proporcionar maior previsibilidade em suas operações financeiras. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação. Conforme as condições estabelecidas pelo pronunciamento CPC 48, as operações que envolvem instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos, estão registradas contabilmente pelos seus respectivos valores justos. As descrições dos riscos da Companhia são descritas a seguir: (i) Risco de Mercado: Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção, principalmente de pescado. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia, não sendo possível à Companhia assegurar possibilidade de repasse, parcial ou mesmo total, desses custos no preço de venda de seus produtos. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques pela formação de estoques reguladores destas matérias-primas. (ii) Risco Operacional: São riscos de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologias e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, como riscos de crédito, mercado e liquidez, assim como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar os riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões de gerenciamento da Companhia para a administração de riscos operacionais. (iii) Risco de concentração de crédito: As vendas financiadas da Companhia são administradas através de rigoroso programa de qualificação e concessão de crédito. Os créditos de liquidação duvidosa, quando necessários, estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face as perdas esperadas na realização destes. (iv) Risco de exposição às variações cambiais: A Companhia mantém operações no mercado externo que estão expostas a riscos de

GDC ALIMENTOS S.A. NAUTERRA  88 CNPJ 02.279.324/0001-36

mercado decorrentes de mudanças nas cotações de moedas estrangeiras. Qualquer flutuação da taxa de câmbio pode aumentar ou reduzir os referidos saldos. A composição dessa exposição é como segue abaixo, onde foi utilizada para conversão a taxa do dia 31 de dezembro de 2023 e de 2022 respectivamente:(a) Exposição em Dólar (consolidado):

Passivo	Moeda de conversão	2023	2022
Fornecedores no exterior	Dólar	(1.924)	(6.547)
Empréstimos	Dólar	(44.078)	(9.904)
Passivo exposto		(46.002)	(16.451)
Ativo			
Cliente no exterior	Dólar	7.328	5.372
Ativo exposto		7.328	5.372
Exposição líquida (Reais mil)		(38.674)	(11.079)
Exposição líquida (US$ mil)		(7.990)	(2.122)

(b) Exposição em Euro (consolidado):

Passivo	Moeda de conversão	2023	2022
Fornecedores no exterior	Euro	(20.265)	(38.491)
Passivo exposto (EURO mil)		(3.788)	(6.910)

Análise de sensibilidade na Exposição Cambial • Em função da exposição da Companhia em relação as moedas estrangeiras (Dólar e Euro exposição passiva), foram efetuadas simulações que consideraram uma valorização do Dólar e do Euro frente ao real, em relação ao cenário provável indicado pela Companhia. Esta análise é baseada na variação da taxa de câmbio, na qual a variável de risco é avaliada com oscilação de 10% (cenário II) e 20% (cenário III), em relação ao cenário-base estimado pela Companhia na data de elaboração das demonstrações financeiras. Esta análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, são mantidas constantes. O cenário-base (cenário I) para o ano de 2024 foi definido através das taxas de câmbio para venda disponíveis no mercado na data de 30 de abril de 2024 (Fonte: Banco Central do Brasil - BACEN).

b.1) Análise de sensibilidade - **Dólar**

Exposição cambial	Risco	Divulgado	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Taxa do dólar	Alta do Dólar	4,84	5,17	5,69	6,20
Posição ativa		7.328	7.828	8.615	9.387
Posição passiva		(46.002)	(49.139)	(54.081)	(58.928)
Exposição líquida (R$ mil)		(38.674)	(41.311)	(45.466)	(49.541)
Exposição líquida (US$ mil)		(7.990)	(7.990)	(7.990)	(7.990)
Impacto Potencial (R$ mil)			(2.637)	(4.155)	(8.230)

b.2) Análise de sensibilidade - Euro

Exposição cambial	Risco	Divulgado	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Taxa do euro	Alta do Euro	5,35	5,53	6,08	6,64
Posição ativa		-	-	-	-
Posição passiva		(20.265)	(20.947)	(23.030)	(25.151)
Exposição líquida (R$ mil)		(20.265)	(20.947)	(23.030)	(25.151)
Exposição líquida (EURO mil)		(3.788)	(3.788)	(3.788)	(3.788)
Impacto Potencial (R$ mil)			(682)	(2.083)	(4.204)

Com o objetivo de se proteger frente à volatilidade das exposições passivas (variação cambial) decorrentes de empréstimos e financiamentos, a Companhia contratou operações de "swap", as quais são negociadas na Bolsa de Mercadorias e Futuros e registrados na CETIP, e a operação de proteção (instrumento financeiro derivativo) estão vinculadas e em valores e prazos iguais. (v) Risco da taxa de juros: Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia sempre avalia as alternativas de curto e longo prazo nos empréstimos e financiamentos e no cenário econômico de subida das taxas de juros, manter seu nível de financiamento em níveis saudáveis para seu balanço. Em função da exposição passiva da Companhia em relação à taxa e juros foram efetuadas simulações que consideraram um aumento na taxa de juros. Esta análise é baseada na variação no CDI, na qual a variável de risco é avaliada com oscilação de 10% (cenário I) e 20% (cenário II), em relação ao cenário divulgado, o impacto potencial está considerando o efeito líquido entre as aplicações financeiras, empréstimos e derivativos de taxas de juros.

Análise de sensibilidade da taxa de juros

Exposição taxa de juros	Risco	Divulgado	Cenário I	Cenário II
	Alta da taxa de juros	12%	13%	14%
Empréstimos		(153.860)	(153.860)	(153.860)
Derivativo taxa de juros		(95.177)	(95.177)	(95.177)
Passivo exposto		(249.037)	(249.037)	(249.037)
Impacto Potencial (R$ mil)		(29.884)	(32.375)	(34.865)
Investimentos (Remuneração 70% CDI)		102.457	102.457	102.457
Impacto Potencial (R$ mil)		8.606	9.324	10.041
Impacto Potencial líquido (R$ mil)		(21.278)	(23.051)	(24.906)

(vi) Operações com derivativos:

	Controladora e Consolidado 2023	2022
"Swaps" de taxa de juros (a) - Ativo	-	-
"Swaps" de taxa de juros (a) - Passivo	(1.857)	(795)
Líquido	(1.857)	(795)
Circulante	(610)	(795)
Não Circulante	(1.247)	-

(a) "Swap" de taxas de juros - CDI x US$ flutuante x pré-fixada: Os valores de referência ("*notional*") dos contratos de "swap" de taxas de juros, em aberto em 31 de dezembro de 2023, correspondem a US$9.362. Com o objetivo de se proteger frente à volatilidade das exposições passivas (variação cambial) decorrentes de empréstimos e financiamentos, a Companhia contratou operações de "swap", as quais são negociadas na Bolsa de Mercadorias e Futuros e registrados na CETIP, cujos saldos de face apresentam os seguintes montantes e condições: • US$6.252 (saldo contratado) - posição ativa em US$ + 7,33% a.a. e passiva em CDI + 1,48% a.a., com vencimento em 21 de janeiro de 2025. • US$2.587 (saldo contratado) - posição ativa em US$ + 7,90% a.a. e passiva em CDI + 1,95% a.a., com vencimento em 29 de setembro de 2025. Em 31 de dezembro de 2023 o valor justo dessas operações corresponde a R$1.247 registrado sobre a rubrica de instrumentos financeiros derivativos (passivo – não circulante). (b) "Swap" de taxas de juros - CDI x pré-fixada: Os valores de referência ("*notional*") dos contratos de "swap" de taxas de juros, em aberto em 31 de dezembro de 2023, correspondem a R$ 94.636. Com o objetivo de manter empréstimos e financiamentos a taxas indexadas à variação da taxa o CDI em um ciclo de queda, a Companhia contratou operações de "swap", as quais são negociadas na Bolsa de Mercadorias e Futuros e registrados na CETIP, cujos saldos de face apresentam os seguintes montantes e condições: • R$50.000 (saldo contratado) - posição ativa em 11,39% a.a. e passiva em CDI + 0,69% a.a., com vencimento em 01 de agosto de 2024. • R$40.000 (saldo contratado) - posição ativa em 10,92% a.a. e passiva em CDI + 0,68% a.a., com vencimento em 09 de agosto de 2024. Em 31 de dezembro de 2023 o valor justo dessas operações corresponde a R$610 registrado sobre a rubrica de instrumentos financeiros derivativos (passivo - circulante). O valor justo das operações com derivativos foi calculado pela Companhia e representa o valor de mercado na data de encerramento do exercício. O valor justo é passível de alteração subsequente em função de alterações nas variáveis de mercado em datas posteriores, principalmente, com relação à variação nas taxas de câmbio. O cálculo do valor justo das operações com instrumentos financeiros derivativos foi apurado pelo fluxo de caixa descontado, onde os fluxos de caixa futuros são estimados com base em taxas de câmbio a termo (a partir de taxas de câmbio a termo observáveis no fim do período de relatório) e taxas contratuais a termo, descontadas a uma taxa que reflete o risco de crédito de diversas contrapartes (Hierarquia do valor justo - **Nível 2**). As operações de derivativos financeiros contratadas não demandam margens em garantia, apenas sendo realizados ajustes de valores, a crédito ou a débito, nas datas pactuadas. 3.2. Gestão de capital • Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos e operações com derivativos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido atribuível aos controladores, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	Consolidado 2023	2022
Dívida bruta (a)	283.509	245.614
Caixa e saldos de bancos (b)	(112.091)	(32.228)
Dívida líquida	171.418	213.386
Patrimônio líquido	545.354	553.515
Total do capital	716.772	766.901
Índice de alavancagem financeira - %	24%	28%

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo e derivativos. (b) Disponibilidade em tesouraria e depósitos bancários.

3.3. Categoria e valor justo de instrumentos financeiros • A Companhia e sua controlada efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter efeito relevante nos valores de realização estimados. Ativos financeiros não derivativos: Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, partes relacionadas a receber e outras contas a receber são classificadas como custo amortizado. Seus respectivos valores contábeis aproximam-se de seus valores de mercado, tendo em vista o curto prazo de recebimento destas operações. Passivos financeiros não derivativos: Os empréstimos e financiamentos, fornecedores, obrigações com partes relacionadas, passivo de arrendamento, dividendos a pagar e outras obrigações são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, e seus respectivos valores contábeis aproximam-se de seus valores de mercado, tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações. Instrumentos financeiros derivativos são classificados pelo valor justo por meio de resultado, hierarquia de valor justo nível 2.

	Controladora 31/12/2023	31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
Ativo	Custo amortizado	Custo amortizado	Custo amortizado	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa	102.457	29.331	112.091	32.228
Contas a receber de clientes	190.603	155.806	174.234	157.400
Contas a receber alienação controlada	39.553	-	39.553	-
Total do Ativo	332.613	185.137	325.878	189.628
Passivo	Custo amortizado	Custo amortizado	Custo amortizado	Custo amortizado
Fornecedores	(85.410)	(128.159)	(86.279)	(132.458)
Empréstimos e financiamentos	(281.609)	(244.637)	(281.652)	(244.819)
Passivos de arrendamento	(23.798)	(11.312)	(23.798)	(12.742)
Dividendos a pagar	(8.000)	-	(8.000)	(916)
Risco sacado fornecedores	(12.153)	(7.480)	(12.153)	(7.480)
	Valor Justo por meio do resultado	Valor Justo por meio do resultado	Valor Justo por meio do resultado	Valor Justo por meio do resultado
Instrumentos financeiros swap	(1.857)	(795)	(1.857)	(795)
Total do Passivo	(412.827)	(392.383)	(413.739)	(399.210)

Os instrumentos financeiros reconhecidos nessas demonstrações financeiras ao custo amortizado são substancialmente semelhantes ao seu valor justo, exceto os empréstimos que estão reconhecidos conforme os contratos. No entanto, por não possuírem mercado ativo, poderiam ocorrer variações no caso da Companhia decidir por liquidar ou realizá-los antecipadamente.

4. Investimentos • Os investimentos estão registrados pelo método de equivalência patrimonial, conforme demonstrado abaixo:

Informação da empresa controlada	GDC Argentina
Participação - no Capital Total - %:	99,93%

Movimentação investimentos:

	2023	2022
Saldo no início do exercício	15.245	17.416
Resultado de equivalência patrimonial	(9.313)	(4.929)
Efeitos de variação cambial sobre investimentos no exterior	(12.707)	(8.178)
Efeito inflacionário em investida	6.833	11.135
Reversão lucro não realizado	687	488
Constituição de lucro não realizado	(588)	(687)
Saldo no final do exercício	157	15.245

Informação da empresa controlada	BFP Bioprodutos de Pescado Ltda.
Participação - no Capital Total - %:	
2022	75,00%
2023	-

Movimentação investimentos:

	2023	2022
Saldo no início do exercício	12.178	14.495
Distribuição de lucros (*)	(3.173)	(5.494)
Resultado de equivalência patrimonial	(5)	3.177
Baixa de investimento por alienação de controlada	(9.000)	-
Saldo no final do exercício	-	12.178

(*) Em 22 de abril de 2022, a investida efetuou a aprovação da distribuição de lucros no montante de R$7.325, sendo R$5.494 destinados à Companhia e R$1.831 ao sócio não controlador. Em 2022 foi realizado o pagamento de 50% da distribuição de lucros aprovada. Em junho de 2023 foi realizado o pagamento dos 50% restantes. Em 31 de janeiro de 2023, a investida efetuou a aprovação da distribuição de lucros no montante de R$4.230, sendo R$3.172 destinados à Companhia e R$1.058 ao sócio não controlador. Em junho de 2023 foi realizado o pagamento da distribuição de lucros aprovada. Durante o exercício, a Companhia alienou integralmente a sua participação acionária na BFP Bioprodutos de Pescado Ltda. O ganho da alienação foi divulgado na Nota 27. O quadro abaixo apresenta o total das movimentações de investimentos:

	2023	2022
Saldo no início do exercício	27.423	32.088
Resultado de equivalência patrimonial	(9.318)	(1.761)
Efeitos de variação cambial sobre investimentos no exterior	(12.707)	(8.180)
Efeito inflacionário em investida	6.833	11.137
Liquidação do investimento	(9.000)	(168)
Dividendos recebidos/propostos	(3.173)	(5.494)
Reversão lucro não realizado	687	488
Lucro não realizado	(588)	(687)
Saldo no final do exercício	157	27.423

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras das controladas:
Balanço patrimonial sintético

	GDC Argentina 2023	2022	BFP 2023	2022
Ativo circulante	22.725	25.029	-	12.975
Ativo não circulante	539	2.054	-	11.629
Total ativo	23.264	27.083	-	24.604
Passivo circulante	22.519	11.144	-	7.968
Passivo não circulante	-	-	-	400
Patrimônio líquido	745	15.939	-	16.236
Total passivo e patrimônio líquido	23.264	27.083	-	24.604

Demonstração do resultado sintética:

	GDC Argentina 2023	2022	BFP 2023	2022
Receita operacional líquida	54.513	59.868	2.889	30.657
Lucro (prejuízo) do exercício	(9.320)	(4.933)	(6)	4.236

5. Caixa e equivalentes de caixa • Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são compostos como segue:

	Controladora 2023	2022	Consolidado 2023	2022
Caixa e bancos	1.214	846	1.525	1.103
Aplicação Financeira – CDB	101.243	28.485	110.566	31.125
Total	102.457	29.331	112.091	32.228

As aplicações financeiras possuem as seguintes características: (i) Não possuem nenhuma cláusula restritiva de resgate. (ii) Os rendimentos das aplicações financeiras estão divulgados na Nota 26, com uma remuneração média de 70% do CDI.

6. Contas a receber

	Controladora 2023	2022	Consolidado 2023	2022
Nacional	170.101	152.351	174.958	158.205
Exportação	6.458	1.589	6.458	5.372
Partes relacionadas	22.090	8.011	870	-
Verbas a pagar clientes (Nota 17)	(4.088)	(2.531)	(4.088)	(2.531)
Perdas de crédito esperadas	(3.958)	(3.614)	(3.964)	(3.646)
Total	190.603	155.806	174.234	157.400

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia não possuía duplicatas dadas em garantia dos empréstimos e financiamentos contratados junto à instituição financeira, ou qualquer outra forma de garantia.

O saldo de contas a receber de clientes tem a seguinte composição por idade de vencimento:

	Controladora 2023	2022	Consolidado 2023	2022
A vencer	183.142	153.291	166.523	154.589
Vencidos até 30 dias	4.674	1.523	4.927	1.802
Vencidos de 31 até 60 dias	1.720	526	1.720	545
Vencidos de 61 até 90 dias	381	63	381	64
Vencidos acima de 91 dias	4.644	4.017	4.647	4.046
Total	194.561	159.420	178.198	161.046

Com relação à carteira de clientes, a Companhia possui informações externas que possibilitam avaliar o cliente no mercado, tais como, volume de compra, restrições negativas e a partir dessas informações possui parâmetros para estabelecer o crédito e definir garantias necessárias. O prazo médio das contas a receber é de 45 dias (45 dias em 2022). Movimentação do saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.630	3.688
Adições (reversões)	37	11
Baixas	(53)	(53)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.614	3.646
Adições (reversões)	363	337
Baixas	(19)	(19)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.958	3.964

7. Estoques

	Controladora 2023	2022	Consolidado 2023	2022
Produtos acabados	206.867	202.960	210.860	211.905
Matérias-primas	68.601	161.096	68.601	163.512
Material de embalagens	80.173	74.595	80.173	74.830
Importações em andamento	22.415	53.430	22.415	53.430
Provisão perda de estoque	(188)	(1.096)	(188)	(1.096)
	377.868	490.985	381.861	502.581

A movimentação da provisão para perda de estoque está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	865
Adições	231
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.096
Adições	7.340
Baixas	(8.248)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	188

8. Impostos a recuperar

	Controladora 2023	2022	Consolidado 2023	2022
ICMS a recuperar (iii)	12.421	2.472	12.421	3.399
IRPJ e CSLL a recuperar (ii)	20.067	17.920	20.067	17.924
PIS e COFINS a recuperar (i)	22.019	71.786	22.019	72.914
IPI a recuperar	8	5	8	5
INSS a recuperar	2.680	2.467	2.680	2.467
Outros	(253)	45	3.117	10.913
	56.942	94.695	60.312	107.622
Circulante	46.972	53.342	50.342	66.269
Não circulante	9.970	41.353	9.970	41.353

(i) A Companhia possui 2 processos que versa sobre a exclusão do ICMS sobre a base do PIS e COFINS que abrangem os anos de 2002 a 2021 ambos os processos transitados em julgado e, com decisões consistentes com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o referido tema. A base de cálculo para a exclusão foi determinada sobre o valor do ICMS destacado nos documentos fiscais de venda deduzindo-se as devoluções de vendas. O primeiro processo transitado em julgado e reconhecido no ano de 2019 no montante R$86.110, sendo reconhecido o valor de R$45.540 correspondente ao principal de PIS e COFINS sob a rubrica de outras receitas operacionais e o valor de R$40.570 correspondente a correção monetária classificada como receita financeira. O segundo processo transitado em julgado e reconhecido no ano de 2021, no montante de R$61.015, sendo reconhecido o valor de R$49.727 correspondente ao principal de PIS e COFINS sob a rubrica de outras receitas operacionais e o valor de R$11.288 correspondente a correção monetária classificada como receita financeira. Ambos os processos tiveram sua habilitação de crédito tributário diferida e a Companhia realiza as compensações com débitos de tributos federais, como: IPI, PIS e COFINS. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo remanescente do crédito tributário de ambos os processos é de R$22.019 (R$71.786 em 2022), cuja expectativa de realização total é para o primeiro semestre de 2024. (ii) Em 2022 ocorreram dois fatos novos relativos à ação judicial referente a inexigibilidade do IRPJ e da CSLL sobre as quantias recebidas a título de correção monetária e juros moratórios em restituições de tributos declarados indevidos ou pagos a maior, seja judicial ou administrativamente, através da aplicação da taxa referencial Selic, sendo eles: (i) sentença da ação movida pela Companhia foi julgada procedente; e, (ii) conclusão do STF referente a análise dos embargos de declaração. Diante das decisões favoráveis, a Companhia efetuou o lançamento dos valores apurados e atualizados na referida ação, no montante de R$16.484, correspondente ao período de 2014 a 2021 e contemplando a correção monetária contemplando até a data do reconhecimento inicial em abril de 2022, sendo reconhecido o valor de R$14.772 correspondente ao principal de IRPJ e CSLL sob a rubrica de Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e o valor de R$1.712 correspondente a correção monetária classificada como receita financeira, incluindo a atualização dos valores até o reconhecimento inicial em abril de 2022. A Companhia transitou em julgado em novembro de 2023 e em dezembro houve o pedido de habilitação do crédito, cuja expectativa de realização total é até dezembro de 2024. (iii) Em 2023 transitou em julgado a ação judicial que versa sobre o direito a recolher o ICMS incidente sobre a energia elétrica e serviços de telecomunicação considerando a alíquota geral, sob o prisma da essencialidade destes dois itens. O montante de indébito tributário apurado no período abrangente da ação foi de R$9.970, sendo reconhecido no resultado o valor de R$6.839 correspondente ao principal de ICMS sob a rubrica de créditos tributários e o valor de R$3.131 correspondente a correção monetária classificada como receita financeira.

9. Transações com partes relacionadas • As transações com partes relacionadas na controladora são compostas da seguinte forma:

2023 – Controladora

	Saldos contábeis: Contas a receber	Fornecedores	Transações realizadas: Vendas de produtos	Compras de bens
GDC Argentina S.A.	21.220	-	45.378	-
BFP Bioprodutos de Pescados Ltda.	-	-	219	-
Punta Galera	-	-	-	14.728
Calvo Conservas El Salvador	870	598	881	6.335
Total	22.090	598	46.478	21.063

2022 – Controladora

	Saldos contábeis: Contas a receber	Fornecedores	Transações realizadas: Vendas de produtos	Compras de bens
GDC Argentina S.A.	7.612	-	39.404	-
BFP Bioprodutos de Pescados Ltda.	399	-	3.780	-
Punta Galera	-	359	-	6.503
Calvo Conservas El Salvador	-	1.983	-	10.337
Total	8.011	2.342	43.184	16.840

As transações com partes relacionadas no consolidado são compostas da seguinte forma:

2023 – Consolidado

	Saldos contábeis: Contas a receber	Fornecedores	Transações realizadas: Vendas de produtos	Compras de bens
Punta Galera	-	-	-	14.728
Calvo Conservas El Salvador	870	598	881	6.335
Outros	-	109	-	-
Total	870	707	881	21.063

2022 – Consolidado

	Saldos contábeis: Contas a receber	Fornecedores	Transações realizadas: Vendas de produtos	Compras de bens
Punta Galera	-	359	-	6.503
Calvo Conservas El Salvador	-	1.983	-	10.337
Outros	-	828	-	828
Total	-	3.170	-	17.668

As operações com partes relacionadas seguem políticas de preços e prazos de pagamento e recebimento definido entre as partes.

10. Remuneração pessoal-chave da administração • As despesas com remuneração da Administração, incluindo encargos, totalizaram R$1.614 em 2023 (R$2.292 em 2022). Adicionalmente, para os Administradores da Companhia são concedidos os seguintes benefícios: seguro de vida, seguro saúde, veículo e participação nos resultados do exercício. Não há benefícios pós-emprego ou qualquer outro benefício não mencionado anteriormente.

11. Depósitos Judiciais

Controladora	2021	Adições	Reversões	2022
Depósitos judiciais	10.708	23	-	10.731
Depósitos em caução	27	70	-	97
Total	10.735	93	-	10.828

Controladora	2022	Adições	Reversões	2023
Depósitos judiciais	10.731	2.246	-	12.977
Depósitos em caução	97	-	(85)	12
Total	10.828	2.246	(85)	12.989

Consolidado	2021	Adições	Reversões	2022
Depósitos judiciais	10.711	23	(2)	10.732
Depósitos em caução	27	70	-	97
Total	10.738	93	(2)	10.829

Consolidado	2022	Adições	Reversões	2023
Depósitos judiciais	10.732	2.245	-	12.977
Depósitos em caução	97	-	(85)	12
Total	10.829	2.245	(85)	12.989

Em 31 de dezembro de 2023, a conta depósitos judiciais apresenta saldo de R$12.989 (R$10.829 em 2022), dos quais: (i) R$10.571 refere-se a depósito judicial para garantia de execução fiscal proposta pela Fazenda Nacional quanto a cobrança de débitos supostamente devidos a título de contribuição previdenciária de empresas dos antigos administradores da Companhia (vide Nota 20); (ii) R$ 2.079 refere-se a depósitos judiciais vinculados a processo judicial de autuação fiscal decorrente da interpretação da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina quanto à inaplicabilidade do crédito presumido previsto no regulamento do ICMS em determinados produtos (vide Nota 20); (iii) R$327, relativos a outros depósitos judiciais de natureza tributária e cível; e, (iv) R$12 refere-se a depósitos em caução dado em garantia de aluguéis.

12. Arrendamentos • Saldos reconhecidos no balanço patrimonial • O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos: (a) Saldos reconhecidos no ativo

	Controladora 31/12/2023	31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
Ativos de direito de uso:				
Edificações	8.573	15.345	8.573	18.313
Máquinas e equipamentos	20.308	16.258	20.308	16.258
(-) Amortização acumulada	(6.434)	(20.698)	(6.434)	(22.296)
Total	22.447	10.905	22.447	12.275

GDC ALIMENTOS S.A.



CNPJ 02.279.324/0001-36

A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

Custo	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	10.184	11.411
Adições	11.194	12.323
Depreciação	(8.778)	(9.764)
Baixas	(1.695)	(1.695)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	10.905	12.275
Adições	22.872	22.872
Depreciação	(10.316)	(10.430)
Baixa por alienação de controlada	-	(1.256)
Baixas	(1.014)	(1.014)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	22.447	22.447

(b) Saldos reconhecidos no passivo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivos de arrendamentos				
Circulante	9.275	7.377	9.275	8.807
Não circulante	14.523	3.935	14.523	3.935
Total	23.798	11.312	23.798	12.742

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

Passivos de arrendamentos	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	10.584	11.856
Adições	11.194	12.323
Juros	596	708
Baixa	(1.735)	(1.735)
Pagamento principal	(8.731)	(9.702)
Pagamentos de juros	(596)	(708)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	11.312	12.742
Adições	22.872	22.872
Juros	2.308	2.316
Baixa	(1.014)	(1.014)
Pagamentos principal	(9.372)	(9.487)
Pagamento de juros	(2.308)	(2.316)
Baixa por alienação de controlada	-	(1.315)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	23.798	23.798

(c) Saldos reconhecidos na demonstração do resultado • A demonstração do resultado inclui os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Encargo de amortização dos ativos de direito de uso:				
Edificações	(3.152)	(3.717)	(3.266)	(4.703)
Máquinas e equipamentos	(7.164)	(5.061)	(7.164)	(5.061)
Total	(10.316)	(8.778)	(10.430)	(9.764)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com encargos financ. sobre arrendamentos:				
Juros s/ arrendamentos	(2.308)	(596)	(2.316)	(708)

Os contratos classificados como arrendamento mercantil são representados por locação de imóveis de plantas da Companhia e de locação de equipamentos que são utilizadas nas atividades operacionais da Companhia. A taxa média incremental utilizada pela Companhia foi de 14,35% a.a., aplicados a seus passivos de arrendamento.

13. Intangível

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Software	1.271	1.771
Marcas e patentes	597	597
Ágio na aquisição da Companhia (a)	15.897	15.897
	17.765	18.265

A movimentação do intangível, segregada entre custo e amortização acumulada, está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	Softwares	Marcas e patentes	Ágio incorporado (a)	Total
Custo				
Saldo em 31 de dezembro de 2021	9.180	597	95.381	105.158
Adições	709	-	-	709
Baixas	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.889	597	95.381	105.867
Adições	78	-	-	78
Baixas	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	9.967	597	95.381	105.945

	Controladora e Consolidado		
	Softwares	Ágio incorporado (a)	Total
Amortização acumulada			
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.583	79.484	87.067
Amortização	535	-	535
Saldo em 31 de dezembro de 2022	8.118	79.484	87.602
Amortização	578	-	578
Saldo em 31 de dezembro de 2023	8.696	79.484	88.180

(a) Em 2004, a Companhia passou a ser controlada pela Luis Calvo Sanz S.A., empresa espanhola, que adquiriu 80% das ações dos ex-controladores. Em 26 de novembro de 2004, a Companhia incorporou a sua controladora no Brasil pelo valor contábil na data base de 31 de outubro de 2004, e amortizou o ágio da compra até 31 de dezembro de 2008.

A partir do ano de 2009 o saldo do ágio deixou de ser amortizado para fins contábeis devido às alterações das práticas contábeis introduzidas pela Lei 11.638/2007, sendo assim, sujeito à análise de recuperabilidade ("*impairment*"), no mínimo em bases anuais. No exercício de 2023, a Companhia efetuou a análise da recuperabilidade através da projeção dos fluxos de caixa futuros e concluiu que o ágio é recuperável, utilizando o orçamento anual projetado para 2024, bem como estimativa para os próximos 10 anos com base na expectativa de crescimento da Companhia para atingimento do patamar dos últimos anos. A taxa de desconto (WACC) foi estimada pelo Grupo Calvo em 6,59% para o ano de 2023.
Para os softwares a Companhia possui contrato de licença de uso para 5 anos de vigência, assim para cálculo da amortização é utilizada a taxa anual de 20%.

14. Imobilizado • O imobilizado é composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Terrenos	2.276	2.276	2.276	2.276
Edifícios	42.993	36.233	42.993	36.947
Máquinas e equipamentos	82.097	56.759	82.097	64.280
Móveis e utensílios	4.339	4.093	4.373	4.568
Veículos	-	-	157	355
Equipamentos de processamento de dados	4.946	3.876	4.977	4.086
Imobilizado em andamento	52.568	42.871	52.568	44.343
	189.219	146.108	189.441	156.855

A movimentação do imobilizado, segregada entre custo e depreciação acumulada, está demonstrada a seguir:

	Controladora							
	Terrenos	Edifícios	Máquinas	Móveis e utensílios	Veículos	Equip. processamento de dados	Imobilizado em andamento	Total
Custo								
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.276	75.203	174.220	11.826	391	9.664	16.383	289.963
Adições	-	-	2.427	-	-	-	42.322	44.749
Baixas	-	(845)	(347)	(204)	(391)	(161)	-	(1.948)
Transferências	-	3.288	9.823	670	-	2.053	(15.834)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.276	77.646	186.123	12.292	-	11.556	42.871	332.764
Adições	-	-	-	-	-	-	60.161	60.161
Baixas	-	(25)	(525)	(62)	-	(469)	(62)	(1.143)
Transferências	-	9.979	36.708	1.153	-	2.562	(50.402)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.276	87.600	222.306	13.383	-	13.649	52.568	391.782

	Controladora					
	Edifícios	Máquinas	Móveis e utensílios	Veículos	Equip. Processamento de dados	Total
Depreciação acumulada						
Saldo em 31 de dezembro de 2021	39.225	120.645	7.549	299	6.670	174.388
Adições	2.962	8.719	817	24	1.155	13.677
Baixas	(774)	-	(167)	(323)	(145)	(1.409)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	41.413	129.364	8.199	-	7.680	186.656
Adições	3.207	11.370	903	-	1.488	16.968
Baixas	(13)	(525)	(58)	-	(465)	(1.061)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	44.607	140.209	9.044	-	8.703	202.563

	Consolidado							
	Terrenos	Edifícios	Máquinas	Móveis e utensílios	Veículos	Equip. processamento de dados	Imobilizado em andamento	Total
Custo								
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.276	80.982	185.503	12.701	981	10.574	16.602	309.619
Adições	-	-	2.427	4	305	63	44.817	47.616
Baixas	-	(900)	(410)	(214)	(391)	(388)	-	(2.303)
Transferências	-	3.288	10.990	687	-	2.111	(17.076)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.276	83.370	198.510	13.178	895	12.360	44.343	354.932
Adições	-	-	-	-	84	13	60.591	60.688
Baixas	-	(25)	(525)	(129)	(390)	(761)	(62)	(1.892)
Transferências	-	9.979	37.175	1.249	-	2.565	(50.968)	-
Baixa por alienação de controlada	-	(5.721)	(12.856)	(793)	-	(384)	(1.335)	(21.089)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.276	87.603	222.304	13.505	589	13.793	52.569	392.639

	Consolidado					
	Edifícios	Máquinas	Móveis e utensílios	Veículos	Equip. processamento de dados	Total
Depreciação acumulada						
Saldo em 31 de dezembro de 2021	44.081	124.371	7.885	830	7.386	184.553
Adições	3.171	9.893	892	33	1.289	15.278
Baixas	(829)	(34)	(167)	(323)	(401)	(1.754)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	46.423	134.230	8.610	540	8.274	198.077
Adições	3.224	11.478	910	-	1.492	17.104
Baixas	(13)	(525)	(97)	(107)	(705)	(1.447)
Baixa por alienação de controlada	(5.025)	(4.976)	(289)	-	(246)	(10.536)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	44.609	140.207	9.134	433	8.815	203.198

Do montante de R$17.104 (R$15.278 em 2022) referente à despesa de depreciação reconhecido no resultado, sendo em "Custo das vendas" R$16.057 (R$14.206 em 2022) e em "Despesas administrativas" R$1.047 (R$1.072 em 2022). A Companhia procedeu a reavaliação espontânea do seu imobilizado em dezembro de 2002, com o objetivo de adequar o seu ativo imobilizado ao valor realizável, cujo registro contábil está suportado por laudo emitido por empresa especializada. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo do imobilizado líquido é de R$1.588 referentes a esta reavaliação (R$1.753 em 2022). A reavaliação foi acrescida aos saldos do imobilizado, tendo como contrapartida conta específica do patrimônio líquido. O custo reavaliado dos ativos imobilizados passou a ser depreciado com base na vida útil remanescente dos bens determinada em função do laudo, a partir de janeiro de 2003. Em 1º de janeiro de 2008, a Companhia optou por manter a reserva de reavaliação até sua efetiva realização tendo nesta data considerado o valor do ativo imobilizado reavaliado o novo valor de custo. A realização da referida reserva continua sendo realizada a crédito da conta de Patrimônio Líquido, na mesma base que vinha sendo efetuada antes da promulgação da Lei nº 11.638/07. A vida útil dos itens utilizada no cálculo da depreciação é como segue:

	Anos
Edifícios	25
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Equipamentos de processamento de dados	5

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

15. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Terceiros:				
Nacionais	64.062	83.122	64.382	86.593
Estrangeiros	20.750	42.695	21.190	42.695
	84.812	125.817	85.572	129.288
Partes relacionadas:				
Estrangeiros e outros	598	2.342	707	3.170

O prazo médio de pagamento de fornecedores é de 42 dias (35 dias em 2022).

16. Empréstimos e Financiamentos

	Controladora			Consolidado		
Moeda nacional	Encargos (a.a.)	2023	2022	Encargos (a.a.)	2023	2022
Capital de giro	13%	281.609	244.637	13%	281.652	244.819
Circulante		216.057	244.637		216.100	244.819
Não circulante		65.552	-		65.552	-

Ano do vencimento	Capital de giro
2025	65.552

A taxa de juros divulgada foi calculada com base na taxa média ponderada dos empréstimos vigentes. O montante (consolidado) de R$281.609, está segregado em R$237.531 em moeda nacional e R$44.078 em Dólar. Os contratos de empréstimos e financiamentos não possuem cláusulas restritivas relacionadas com indicadores financeiros. O montante (consolidado) de R$249.037 (R$150.618 em 2022) possui correção vinculada ao CDI, e o montante de R$32.615 (R$94.201 em 2022) possui correção vinculada a taxas pré-fixadas em 11%. A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Controladora	2021	Adições	Juros e variação cambial	Baixas de principal e juros	2022
Empréstimos e Financiamentos	108.562	288.000	18.284	(170.209)	244.637

Controladora	2022	Adições	Juros e variação cambial	Baixas de principal e juros	2023
Empréstimos e Financiamentos	244.637	267.685	35.443	(266.156)	281.609

Consolidado	2021	Adições	Juros e variação cambial	Baixas de principal e juros	2022
Empréstimos e Financiamentos	108.562	288.626	18.465	(170.834)	244.819

Consolidado	2022	Adições	Juros e variação cambial	Baixas de principal e juros	2023
Empréstimos e Financiamentos	244.819	268.013	35.558	(266.738)	281.652

17. Verbas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Verbas a pagar clientes	26.506	21.833	26.506	21.833

A Companhia em operações com seus clientes, possui contratos onde concede verbas comerciais aos clientes e possui acordos relacionados a ações comerciais/promocionais, sendo que esses contratos e acordos geram uma contraprestação a pagar aos seus clientes. Essas contraprestações são classificadas nas demonstrações financeiras como redutora do preço de venda na demonstração do resultado do exercício, enquanto, no que tange a contabilização da contrapartida do resultado, a Companhia possui duas situações: i) Contraprestação a clientes que serão compensadas com os próprios títulos que deram origem a verba contratual e/ou contraprestação para a qual já foi definido o título com o qual o cliente irá compensar o montante devido pela Companhia, esses montantes são contabilizados como redutoras do contas a receber. ii) Contraprestação a clientes que serão liquidadas através de pagamento (desembolso de caixa) ou para os quais ainda não há uma definição de como irá ocorrer a compensação após o atendimento dos requisitos contratuais e dos acordos, lançadas no passivo circulante, que são objeto de liquidações futuras.

18. Risco sacado fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Risco sacado fornecedores	12.153	7.480	12.153	7.480

A Companhia possui junto a instituição financeira operações do produto chamado de "Risco Sacado", que consiste na antecipação por parte dos fornecedores de títulos em aberto, onde o banco antecipa o valor para o fornecedor na data de solicitação e recebe posteriormente na data de vencimento o valor devido pela Companhia. Os custos dessa operação são integralmente cobrados do fornecedor pelo banco, para a Companhia não há incidência de juros ou qualquer outro custo, nem alteração das características da operação original junto ao fornecedor. O limite de crédito para essa operação é aprovado junto à instituição e controlado por ela. A decisão de efetuar essa operação é única e exclusivamente do fornecedor, que arca exclusivamente com todos os encargos financeiros da operação. Não ocorreram mudanças na transação em relação ao exercício anterior, sendo que a transação possui as mesmas características, incluindo o prazo de pagamento concedido aos fornecedores.

19. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Provisões fornecedores	21.856	32.269	21.882	32.628
Contas a pagar – parcelamento	-	9.420	-	9.420
Outras contas a pagar	1.658	405	1.670	430
	23.514	42.094	23.552	42.478

A provisão de fornecedores representa em grande maioria as prestações de serviço incorridos de fornecedores, tomada pela Companhia no decorrer de suas operações, incluem serviços de transporte, consultoria, marketing, importação, advocacia, entre outros. O contas a pagar parcelamento é decorrente da adesão a programa para quitação de débitos federais de ações judiciais originariamente devidos por empresa de propriedade dos antigos administradores da Companhia, em razão de alegada responsabilidade por sucessão empresarial. Em 2022 houve a adesão ao programa sendo o valor quitado em 2023.

20. Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas, e depósitos judiciais • Abaixo estão demonstradas as provisões constituídas, bem como as movimentações ocorridas nos anos de 2022 e 2023, decorrentes de processos judiciais e/ou administrativos cujos riscos de perda foram considerados prováveis pela avaliação da Administração em conjunto aos seus assessores jurídicos.

Controladora	2021	Adições	(Depósitos)/ Pagamentos	Reversões	2022
Ações judiciais (a)	27.130	1.128	(155)	(23.168)	4.935
Ações trabalhistas (b)	4.609	2.776	(1.357)	(1.080)	4.948
Subtotal	31.739	3.904	(1.512)	(24.248)	9.883
(-) Depósitos judiciais	(3.282)	(889)	-	1.122	(3.049)
Total	28.457	3.015	(1.512)	(23.126)	6.834

Controladora	2022	Adições	(Depósitos)/ Pagamentos	Reversões	2023
Ações judiciais (a)	4.935	729	(349)	-	5.315
Ações trabalhistas (b)	4.948	1.620	(1.881)	(849)	3.838
Subtotal	9.883	2.349	(2.230)	(849)	9.153
(-) Depósitos judiciais	(3.049)	(821)	-	2.320	(1.550)
Total	6.834	1.528	(2.230)	1.471	7.603

Consolidado	2021	Adições	(Depósitos)/ Pagamentos	Reversões	2022
Ações judiciais (a)	27.530	1.128	(155)	(23.168)	5.335
Ações trabalhistas (b)	4.609	2.803	(1.384)	(1.080)	4.948
Subtotal	32.139	3.931	(1.539)	(24.248)	10.283
(-) Depósitos judiciais	(3.282)	(889)	-	1.122	(3.049)
Total	28.857	3.042	(1.539)	(23.126)	7.234

Consolidado	2022	Adições	(Depósitos)/ Pagamentos	Reversões	2023
Ações judiciais (a)	5.335	729	(349)	(400)	5.315
Ações trabalhistas (b)	4.948	1.629	(1.881)	(857)	3.839
Subtotal	10.283	2.358	(2.230)	(1.257)	9.154
(-) Depósitos judiciais	(3.049)	(822)	-	2.320	(1.551)
Total	7.234	1.536	(2.230)	1.063	7.603

As provisões foram apresentadas pelo saldo da provisão constituída para os processos cujo risco de perda foi classificado como provável deduzido dos depósitos judiciais vinculados a estes processos. Os detalhes referentes às principais ações judiciais e trabalhistas estão a seguir relacionados: (a) Ações judiciais: As ações judiciais são decorrentes de processos de natureza cível e fiscal, referente principalmente a débitos federais originariamente devidos por empresa de propriedade dos antigos administradores da Companhia, em razão de alegada responsabilidade por sucessão empresarial. Em 2022 houve a adesão pela empresa de propriedade dos antigos administradores da Companhia, ao parcelamento para quitação dos débitos federais, motivo da redução nos saldos das provisões das ações judiciais. Há ainda outros processos referente a desacordos comerciais com prestadores de serviços e auto de infração de órgãos governamentais. (b) Ações trabalhistas: Os processos trabalhistas relacionam-se, entre outras questões, a reclamações formalizadas por ex-funcionários pleiteando eventuais desacordos na aplicação da legislação trabalhista e ex-funcionários de empresas que prestaram serviços a Companhia. Riscos de natureza possível: • Para os valores das contingências judiciais consideradas como perda possível pelos assessores jurídicos da Companhia, não foram constituídas provisões, como estabelecido pelas normas contábeis. Estas contingências estão distribuídas nas áreas tributária R$120.729 (R$71.440 em 2022), cível R$8.445 (R$7.488 em 2022) e trabalhista R$3.769 (R$4.216 em 2022), totalizando R$132.943 (R$88.358 em 2022). A Companhia também possui contingências tributárias em discussão na esfera administrativa que montam R$29.059 (R$19.122 em 2022), classificadas pelos assessores jurídicos com possibilidade de perda possível. Os detalhes referentes às principais ações judiciais de risco de natureza possível estão a seguir relacionados: (i) Ações tributárias: possuem a seguinte composição: (i) a Companhia está sendo demandada pela Fazenda Nacional e Estadual, que visa o recebimento de tributos no montante atualizado de R$41.524 (R$621 em 2022), originariamente devidos por empresa de propriedade dos antigos administradores da Companhia, em razão de alegada responsabilidade por sucessão empresarial, o aumento se deve principalmente a citação da Companhia no ano de 2023 relativo a débito de ICMS do estado do Rio de Janeiro. Os processos são referentes a débitos de contribuições e ICMS; (ii) outra demanda refere-se a questionamentos da Secretaria do Estado de Santa Catarina em relação ao pagamento antecipado de contrato de financiamento - PRODEC, no montante de R$49.633 (R$47.420 em 2022); (iii) outra demanda refere-se a débito por autuação fiscal decorrente da interpretação da Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina quanto à inaplicabilidade do crédito presumido previsto no regulamento do ICMS em determinados produtos no valor atualizado de R$22.585 (R$21.331 em 2022); e (iv) demais contingências tributárias possíveis, a Companhia possui outras cobranças que somam R$6.987 (R$2.068 em 2022). (ii) Ações cíveis: no que tange às contingências cíveis possíveis, estas somam R$8.445 (R$7.488 em 2022). Deste montante se destaca ação no valor de R$4.272 (R$3.856 em 2022) movida por um fornecedor que não presta mais serviço a Companhia e pleiteia cobrança de determina rubrica já julgada improcedente em sentença atual. (iii) Ações trabalhistas: as contingências trabalhistas totalizam R$3.769(R$4.216 em 2022), ressaltando-se ações movidas por prestadores de serviços a Companhia, estas somam R$1.104 (R$3.666 em 2022).

21. Capital social e reservas • Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o capital social da Companhia é de R$60.423, representado por 45.081.094 ações ordinárias, todas nominativas sem valor nominal. A composição acionária em 31 de dezembro de 2023 está representada como segue:

	Número de ações
Luis Calvo Sanz S.A.	45.081.093
Acionistas pessoas físicas	1
	45.081.094

As empresas brasileiras com capital estrangeiro devem efetuar o registro deste capital junto ao Banco Central do Brasil - BACEN, para que possam remeter dividendos sobre o capital estrangeiro ou repatriá-lo. (a) Reserva de ágio • A reserva de ágio é composta pelos seguintes eventos: (i) Em 26 de novembro de 2004, a Companhia incorporou a sua controlada no Brasil pelo valor contábil na data base de 31 de outubro de 2004, sendo o ágio incorporado, no montante de R$78.245, registrado como reserva de ágio. (ii) Em 17 de dezembro de 2004, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento do capital social, em dinheiro, no valor total de R$27.081 relativo à emissão de 100.000 novas ações ordinárias nominativas, sendo que R$358 foi como aumento de capital social e R$26.723 como ágio, registrado na rubrica de reserva de ágio. (b) Reserva de lucros • A reserva de lucros é composta por: (i) Reserva legal é constituída com base em 5% do lucro de cada exercício, e não deve exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integralidade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumento do capital social. (ii) Reserva de lucros a distribuir é formada pelo saldo remanescente das movimentações patrimoniais, será deliberada em assembleia geral ordinária as suas futuras destinações. De acordo com o artigo 199 da Lei 6.404/76 (alterada pela Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007), o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização do capital social ou na distribuição de dividendos. Conforme Estatuto Social, os acionistas terão o direito a receber um dividendo mínimos obrigatórios de 33% do lucro líquido do exercício, o qual poderá ser reduzido ou retido em sua totalidade, caso seja deliberado em Assembleia Geral, com o consentimento da totalidade dos acionistas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a proposta da Administração que foi deliberada em assembleia geral pelos acionistas, para destinação dos lucros do exercício foi a retenção da totalidade do lucro auferido no exercício, não sendo assim constituída reserva de lucros. Em 2023, a Companhia auferiu um lucro líquido com a alienação da controlada BFP no montante R$29.469, aprovando dividendos conforme descrito na nota de distribuição de dividendos (Item "c") abaixo. As demonstrações financeiras estão refletindo a destinação dos lucros conforme proposta da Administração, no pressuposto de sua aprovação pela Assembleia Geral. (c) Distribuição de dividendos • A Companhia aprovou a distribuição de dividendos intercalares no montante de R$8.000 proveniente da alienação da controlada BFP com base nos valores já recebidos e submetidos a tributação do Imposto de Renda e Contribuição Social, para pagamento no mês de janeiro de 2024 conforme Assembleia em 21 de dezembro de 2023. (d) Reserva de reavaliação • A reserva de reavaliação é formada pelo saldo da reavaliação espontânea do seu imobilizado ocorrida em dezembro de 2002 conforme detalhamento na Nota 14, e sua realização ocorre pela depreciação do bem reavaliado ou sua efetiva baixa, em 2023 a realização foi de R$108 (R$110 em 2022). (e) Reserva de incentivos fiscais • A reserva de incentivos fiscais é constituída com base em subvenções para investimento concedidos pelos Estados, em 2023 não houve constituição de reserva de incentivos fiscais, houve uma reversão no montante de R$24.060, o saldo da reserva soma R$354.552 (R$378.612 em 2022).

22. Imposto de renda e contribuição social • (a) Saldos dos impostos diferidos • O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos sobre o prejuízo fiscal e a totalidade das diferenças temporárias entre os livros fiscais e societários. A tabela a seguir corresponde à análise dos impostos diferidos ativos e passivos apresentados nos balanços patrimoniais:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativo				
Efeito fiscal sobre:				
Prejuízo fiscal	4.685	6.047	4.685	6.047
Provisão para contingências	3.112	3.360	3.112	3.360
Provisão para perda de estoque	64	373	64	373
Provisão para ações promocionais	3.986	3.895	3.986	3.895
Provisão para participação nos resultados	3.560	2.641	3.560	2.641
Provisão fornecedores	3.580	7.788	3.580	7.788
Provisão cut-off	2.237	1.144	2.237	1.144
Outros	2.217	-	2.534	1.565
	23.441	25.248	23.758	26.813

GDC ALIMENTOS S.A.

NAUTERRA | Gomes da Costa | 88

CNPJ 02.279.324/0001-36

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Passivo				
Efeito fiscal sobre:				
Reserva de reavaliação	540	596	540	596
Amortização fiscal do ágio	5.405	5.405	5.405	5.405
Alienação de controlada	14.198	-	14.198	-
	20.143	6.001	20.143	6.001
Efeito Líquido:				
Ativo	3.298	19.247	3.615	20.812

Anualmente a Administração reavalia o resultado efetivo desse plano de negócio na geração de lucros tributáveis e, consequentemente, reavalia a expectativa de realização desses créditos tributáveis registrados. Abaixo quadro com estimativa de realização dos créditos tributários diferidos:

Ano de realização	Controladora Ativo	Consolidado Ativo
2024	23.441	23.758
Total	23.441	23.758

(b) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro antes dos impostos	26.809	38.178	26.801	40.144
Alíquotas vigentes	34%	34%	34%	34%
Despesa à alíquota vigente	(9.115)	(12.981)	(9.112)	(13.649)
Ajustes para apuração do imposto de renda e contribuição social efetivos (efeito de imposto sobre)				
Equivalência patrimonial	(3.168)	(599)	-	-
Exclusão reserva de incentivos fiscais	-	21.856	-	21.856
Reversão exclusão reserva incentivos fiscais	(8.180)	-	(8.180)	-
Ação exclusão Selic - Principal (período 2014 a 2021), reconhecido na rubrica de imposto de renda e contribuição social	-	14.772	-	14.772
Exclusão Selic indébitos tributários	3.219	3.400	3.219	3.400
Outras (adições) exclusões	(4.264)	(453)	(7.435)	(1.295)
	(12.393)	38.976	(12.396)	38.733
Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado	(21.508)	25.995	(21.508)	25.084
Corrente	(5.559)	10.207	(5.559)	9.296
Diferido	(15.949)	15.788	(15.949)	15.788

A alíquota utilizada nas conciliações de 2023 e 2022 apresentadas anteriormente é a alíquota de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no Brasil sobre os lucros tributáveis, conforme previsto pela legislação tributária dessa jurisdição.

23. Receitas • A seguir, a composição da receita operacional bruta:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Mercado interno				
Venda de produtos	1.439.373	1.401.817	1.440.522	1.408.130
Revenda de mercadorias	61.627	60.029	61.627	60.029
	1.501.000	1.461.846	1.502.149	1.468.159
Mercado externo				
Venda de produtos	75.214	66.522	92.568	120.203
Revenda de produtos	1.735	-	1.735	-
	76.949	66.522	94.303	120.203
	1.577.949	1.528.368	1.596.452	1.588.362

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita operacional bruta	1.577.949	1.528.368	1.596.452	1.588.362
Deduções - Impostos e devoluções:				
Descontos incondicionais	(2.135)	(3.140)	(6.601)	(10.123)
Devoluções	(36.585)	(39.904)	(36.730)	(41.092)
Impostos sobre vendas	(137.972)	(134.290)	(138.132)	(135.721)
Ações promocionais	(85.805)	(67.470)	(85.805)	(67.470)
Verbas contratuais	(49.716)	(38.604)	(51.643)	(41.655)
Receita operacional líquida	1.265.736	1.244.960	1.277.541	1.292.301

24. Informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado • A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Matérias-primas	(755.713)	(746.481)	(742.298)	(751.707)
Despesa com pessoal	(241.301)	(209.690)	(243.474)	(216.589)
Fretes	(52.259)	(43.499)	(53.889)	(47.018)
Promoções/propaganda e publicidade	(40.579)	(38.279)	(40.632)	(38.346)
Armazenagem	(33.973)	(29.063)	(34.308)	(29.344)
Depreciação e amortização	(27.862)	(22.990)	(28.112)	(25.577)
Manutenção	(23.191)	(21.099)	(23.410)	(22.540)
Combustível/Gás	(18.243)	(17.333)	(18.244)	(17.373)
Água e energia elétrica	(12.787)	(14.220)	(13.103)	(16.898)
Consultoria, advocacia e auditoria	(9.312)	(11.079)	(9.409)	(11.436)
Material auxiliar de embalagem e produção	(3.995)	(3.921)	(3.995)	(3.933)
Viagens, representações e refeição externa	(3.336)	(2.662)	(3.515)	(2.969)
Seguros	(3.313)	(2.901)	(3.404)	(3.051)
Gastos com veículos	(2.836)	(2.203)	(2.915)	(2.324)
Aluguéis	(1.937)	(2.311)	(2.098)	(2.904)
Materiais de limpeza	(1.899)	(1.746)	(1.901)	(1.823)
Segurança e vigilância	(1.751)	(2.055)	(1.764)	(2.199)
Análise de produtos	(922)	(857)	(939)	(1.204)
Comissões sobre vendas	(458)	(412)	(853)	(880)
Outras despesas	(7.244)	(17.360)	(11.729)	(24.201)
Total	(1.242.911)	(1.190.161)	(1.239.992)	(1.222.316)
Custo dos produtos vendidos	(1.037.853)	(1.011.214)	(1.025.721)	(1.029.305)
Despesas com vendas	(139.530)	(122.302)	(143.889)	(128.875)
Despesas gerais e administrativas	(65.528)	(56.645)	(70.382)	(64.136)
	(1.242.911)	(1.190.161)	(1.239.992)	(1.222.316)

25. Outras receitas(despesas) operacionais • A composição dos saldos registrados é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Contingências trabalhistas e judiciais (Nota 20)	(1.500)	20.344	(1.509)	20.317
Impostos sobre outras operações	(4.097)	(5.679)	(4.098)	(5.726)
Lucro em alienação de controlada (Nota 27)	47.605	-	47.605	-
Outras receitas/despesas operacionais (i)	(393)	(12.160)	(313)	(12.040)
	41.615	2.505	41.685	2.551

(i) Em 2022 houve adesão a programa para quitação de débitos federais originariamente devido por empresa de propriedade dos antigos administradores da Companhia, em razão de alegada responsabilidade por sucessão empresarial, o montante de R$8.478 foi reconhecido em 2022 sobre a rubrica de outras despesas operacionais.

26. Receitas e despesas financeiras • A composição dos saldos registrados é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	2.553	1.167	6.175	1.512
Receita derivativos	1.964	4.704	1.964	4.704
Descontos obtidos	74	94	74	95
Correção monetária sobre ICMS excluído base PIS e COFINS, incluindo correção subsequente	4.172	6.315	4.172	6.315
Correção de impostos e depósitos recuperados	5.343	3.719	5.343	3.747
Variação cambial ativa	13.932	27.504	14.156	28.657
Outras receitas	3.285	38	3.285	37
	31.323	43.541	35.169	45.067

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Despesas financeiras				
Juros de empréstimos e financiamentos	(33.126)	(17.782)	(33.126)	(17.782)
Despesas bancárias	(229)	(451)	(1.153)	(933)
Despesas derivativos	(5.173)	(13.500)	(5.173)	(13.514)
IOF	(486)	(304)	(486)	(305)
Encargos financeiros arrend. mercantil	(2.308)	(596)	(2.316)	(708)
Variação cambial passiva	(16.461)	(24.012)	(32.263)	(26.946)
Juros antecipação de recebíveis	(1.340)	(2.462)	(1.340)	(2.462)
Outras despesas financeiras	(513)	(1.799)	(694)	(1.834)
Perda por inflação em investida	-	-	(11.051)	(12.975)
	(59.636)	(60.906)	(87.602)	(77.459)

27. Operações descontinuadas • Em 23 de dezembro de 2022, o Companhia assinou um contrato de compra e venda estabelecendo termos e condições para a alienação das operações da BFP Bioprodutos de Pescados Ltda., controlada que processa o subproduto de pescado gerado pela indústria de conserva. Em 1º de fevereiro de 2023, os termos e condições do contrato foram satisfeitos, data em que houve a assinatura do aditivo para fechamento da transação de alienação, quando o controle da BFP Bioprodutos de Pescados Ltda. foi transferido para a adquirente. Nesta transação a Companhia alienou a totalidade das suas cotas, as quais representavam 75% do capital social da investida. Os ativos líquidos da BFP Bioprodutos de Pescados na data de alienação são:

	1º de fevereiro de 2023
Imobilizado	10.554
Ativos de direito de uso	1.255
Outras contas a receber	124
Despesas antecipadas	58
Impostos a recuperar	2.189
Estoques	3.281
Contas a receber	4.764
Caixa e equivalentes de caixa	2.739
Provisões	(573)
Outras contas a pagar	(197)
Dividendos a pagar	(7.893)
Impostos a pagar	(27)
Salários a pagar	(392)
Passivo arrendamentos	(1.314)
Fornecedores	(2.568)

Os resultados das operações descontinuadas, que foram incluídos no resultado do exercício são:

	BFP Bioprodutos de Pescados Ltda	
	2023	2022
Receitas	2.889	30.657
Despesas	(2.895)	(24.254)
Lucros antes dos impostos	(6)	6.403
Ganho na alienação de operações descontinuadas líquido de AVP	47.605	-
Receita AVP sobre alienação	3.185	-
Despesa variação cambial sobre alienação	(2.685)	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social atribuível	(18.636)	(2.167)
	29.463	4.236

A moeda utilizada como referência da operação de alienação foi o Dólar, as partes acordaram o parcelamento do pagamento da transação de alienação, em dezembro de 2023 o valor em aberto é de R$ 39.553, segregado em circulante R$8.514 e não circulante R$31.039, sendo o vencimento da parcela final no ano de 2028.

28. Cobertura de seguros • A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens do imobilizado e do estoque considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros contra incêndio, danos materiais e lucros cessantes para os bens do ativo imobilizado, responsabilidade civil geral, mercadorias e matéria-prima em estoque era de R$255.521, a cobertura para transporte nacional e internacional era de R$2.552.000. Ainda há um programa global de seguros de propriedade da controladora Luis Calvo Sanz gerando cobertura as empresas do grupo, englobando a GDC Alimentos S.A. **29. Resumo das políticas contábeis materiais** • As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. 29.1. Consolidação • A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na Nota 4 e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O consolidado inclui:

	Percentual de Participação	
	2023	2022
GDC Argentina S.A.	99,93%	99,93%
BFP - Bioprodutos de Pescado Ltda.	-	75,00%

Na consolidação todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. A GDC Argentina S.A. reportou suas demonstrações financeiras em pesos argentinos, as quais foram convertidas em 31 de dezembro de 2023 pela taxa corrente de R$0,005992, adotando a conversão de demonstrações financeiras de economias hiperinflacionárias prevista no CPC 02. Já para as demonstrações financeiras de 2022 a taxa de conversão adotada foi R$0,02955. A conversão foi aplicada para apresentar essas demonstrações financeiras na moeda funcional e de apresentação da Companhia (reais - R$). As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. (a) Controladas • Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. As políticas contábeis da controlada é alterada, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. 29.2. Conversão de Moeda Estrangeira • São convertidos ou atualizados com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas dos balanços e em índices oficiais de atualização monetária. (a) Moeda funcional e moeda de apresentação • Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo. (b) Empresa do Grupo com moeda funcional diferente e sem moeda de economia hiperinflacionária. Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo, na qual não tem moeda de economia hiperinflacionária, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue: (i) Os saldos dos ativos e passivos apresentados em cada balanço patrimonial são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço. (ii) As receitas e despesas apresentadas na demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias, considera-se que essas médias representam razoável proximidade do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações. (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na subconta Ajustes de avaliação patrimonial. (c) Empresa do Grupo com moeda funcional diferente e com moeda de economia hiperinflacionária • Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo, na qual tem moeda de economia hiperinflacionária, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, conforme previsto no CPC 02, que trata da conversão de demonstrações financeiras de economias hiperinflacionárias. 29.3. Caixa e equivalentes de caixa • Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista com prazo de resgate de até 30 dias da data da aplicação e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. 29.4. Ativos Financeiros • 29.4.1. Classificação • O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os derivativos também são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço. 29.4.2. Reconhecimento e Mensuração • Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. 29.5. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de "*hedge*". Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e, subsequentemente, são mensurados novamente ao seu valor justo com as suas devidas variações lançadas contra resultado. Os valores justos dos instrumentos derivativos estão divulgados na Nota 3. O resultado é apurado de acordo com o regime de competência de exercícios. 29.6. Contas a receber de clientes • São registradas pelo valor faturado e não tem incidência de juros por serem de curto prazo e estão deduzidas de provisão para crédito de liquidação duvidosa. A provisão para perda esperada é constituída por meio de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas históricas. A provisão constituída é considerada suficiente pela Administração para cobrir potenciais perdas esperadas na realização das contas a receber de clientes. 29.7. Estoques • Estão apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. A provisão de perdas é realizada quando estoques são identificados como não recuperáveis, seja por deterioração ou outros motivos que inviabilizam sua comercialização. 29.8. Intangível • (a) **Ágio** • O ativo intangível é formado pelo ágio incorporado em novembro de 2004, pago pelo grupo espanhol Luis Calvo Sanz S.A., através de uma holding constituída no Brasil com finalidade de adquirir sua participação na Companhia tendo posteriormente sido incorporado. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e, até o ano de 2008 foi amortizado anualmente à taxa de 20% ao ano. A partir do ano de 2009 o saldo do ágio deixou de ser amortizado para fins contábeis devido às alterações das práticas contábeis introduzidas pela lei 11.638/2007, sendo assim, sujeito à análise de recuperabilidade ("*impairment*"), no mínimo em bases anuais conforme Nota 13. (b) Marcas registradas • As marcas registradas são inicialmente reconhecidas pelo custo histórico na data da aquisição. (c) Softwares • As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada deles, de cinco anos. 29.9. Imobilizado • Terrenos e edificações compreendem, principalmente, as fábricas de embalagens metálicas e de conserva. Todos os bens do ativo imobilizado estão mensurados pelo seu custo histórico, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quanto aplicável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de variação cambial referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. Os terrenos não são depreciados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e imobilizado em andamento). Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. 29.10. "*Impairment*" de ativos não financeiros • Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável. Os ativos que estão sujeitos a amortização são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por "impairment" é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. 29.11. Passivo circulante e não circulante • Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data do balanço. 29.12. Empréstimos e financiamentos • Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. 29.13. Arrendamentos • A partir da adoção do CPC 06 (R2) em 1º de janeiro de 2019, os contratos de aluguéis que passaram a ser registrados como arrendamento contemplam as seguintes características: • Ativo identificável. • Grupo detém substancialmente todos os benefícios econômicos, tem exclusividade e gerência sobre o bem. • Prazos contratuais superiores a 12 meses. • Valores mínimos individuais por item que atendam a norma contábil. Os contratos passaram a ter seu valor total reconhecido no ativo e passivo da Companhia, sofrendo depreciação e reconhecimento de encargos financeiros durante sua vigência, anterior a adoção, as despesas de aluguéis eram registradas contabilmente sob a rubrica de despesas de aluguéis conforme incorriam. 29.14. Provisão • As provisões são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada ("constructive obligation") como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. 29.15. Reconhecimento de receita • A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações ao comprador e outras deduções similares. A receita é reconhecida quando as seguintes condições foram satisfeitas: • Quando as partes do contrato aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações. • Quando a Empresa puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos. • Quando a Empresa puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos.• Quando o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da Empresa se modifiquem como resultado do contrato). • Quando for provável que a Empresa receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. Mais especificamente, a receita de venda de produto é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida. 29.16. Imposto de renda e contribuição social • O resultado com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. (a) Impostos correntes • A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. (b) Impostos diferidos • O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("imposto diferido") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos.**30. Informações Complementares à Demonstração Dos Fluxos De Caixa - Transações Que Não Envolvem Caixa** • Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 06 (R2) houve uma adição na rubrica de direito de uso, nos valores individual e consolidado de R$22.872 (R$11.194 e R$12.323 em 2022), respectivamente. As adições de imobilizado de R$8.049 (R$ 8.070 em 2022) foram adquiridas com prazo de pagamento que ultrapassa o final do exercício de 2023, permanecendo em aberto sobre a rubrica de fornecedores. Houve o pagamento de obrigações tributárias federais com a utilização de ativos tributários, no montante de R$53.938 (R$15.243 em 2022). Na alienação da participação na BFP Bioprodutos de Pescados Ltda houve transações não caixa que englobam todos os saldos descritos na Nota 27, à exceção da totalidade da rubrica "caixa e equivalentes de caixa" e do montante de R$5.920 da rubrica "dividendos a pagar". Os efeitos de variação cambial sobre investimentos no exterior e efeito inflacionário da controlada no exterior não envolvendo caixa estão descritos abaixo:

	Variação Cambial	Efeito inflacionário
Caixa e equivalentes de caixa	(167)	-
Contas a receber	(4.129)	-
Depósitos judiciais	(1)	-
Despesas antecipadas	(43)	-
Estoques	(6.818)	-
Impostos a recuperar	(8.653)	6.772
Outras contas a receber	(144)	-
Imobilizado	(389)	119
Impostos diferidos	(1.248)	-
Empréstimos e financiamentos	145	-
Fornecedores	8.124	-
Impostos a pagar	82	-
Outras contas a pagar	168	(14)
Salários e encargos sociais	366	(53)
	(12.707)	6.824

31. Eventos subsequentes • Publicada em 29 de dezembro de 2023 a Lei nº 14.789, com produção de efeitos a partir de 1º de janeiro de 2024, dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico e revoga alguns dispositivos legais que impactam na tributação das contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), além do imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas(IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Com as alterações promovidas pela legislação em comento, estimasse para os períodos subsequentes uma elevação da carga tributária, incorrendo tributação dos impostos e contribuições enunciados sobre os valores decorrentes de subvenções concedidas pelos Estados. A estimativa de aumento da carga tributária está baseada no orçamento para o próximo exercício, como mitigação para esse impacto a Companhia já impetrou com medida judicial para exclusão das subvenções das bases tributárias acima mencionadas.

Martín Barbaresi Oliver
Diretor Vice Presidente

Suely Morales Zinezi
Diretora Administrativa Financeira

Juliana Régis Martins
Contadora - CRC 1SC 027462/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da GDC Alimentos S.A.

Opinião com ressalva • Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da GDC Alimentos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da GDC Alimentos S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva** • Em 24 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal - STF, no julgamento de mérito do RE nº 1.063.187, fixou a tese do Tema nº 962, em que julgou inconstitucional a incidência do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Segundo a decisão, unânime no mérito e em sede de repercussão geral, tais valores constituem mera indenização e não representam acréscimo patrimonial, que é o fato gerador para a tributação do IRPJ e da CSLL. Visto que a Companhia possui ação ajuizada antes do julgamento do STF em 24 de setembro de 2021, a qual ainda não tinha o seu trânsito em julgado, a Companhia efetuou a avaliação da referida ação, em conjunto com os seus assessores jurídicos, e, considerando a decisão do mérito e o histórico de modulações pelo STF, em casos similares, a conclusão alcançada foi a de que será mais provável que sim do que não, a existência do direito de recuperar o IRPJ e a CSLL recolhidos a maior sobre os efeitos da atualização de indébitos tributários pela Selic para os períodos de 5 anos anteriores ao ajuizamento da sua ação. Como resultado dessa avaliação, a Companhia apurou o montante de tributos pagos a maior contemplando correção monetária até 31 de dezembro de 2021, no período coberto pela ação, no montante de R$14.690 mil (líquido dos honorários advocatícios, no montante de R$1.314 mil), os quais não foram reconhecidos no exercício de 2021, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, previstas no pronunciamento técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro e na interpretação técnica ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro. Porém, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o valor total dos créditos tributários sobre o referido tema foi integralmente reconhecido nos livros contábeis da Companhia, no montante de R$14.690 mil (líquido dos honorários advocatícios), sendo a totalidade dos créditos de competência do exercício de 2021. Como consequência, o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 apresentado para fins comparativo está a maior em R$14.690 mil. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas** • A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas** • Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville, 22 de maio de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" SC

Bernardo Calabria Etcheverry
Contador
CRC nº 1 RS 070250/O-8 "T" SC

Acesse o horóscopo também no nsctotal.com.br/horoscopo



CRUZADAS

Publicado com autorização da Revista Coquetel

www.coquetel.com.br © Revistas COQUETEL

Estereótipo do humano pré-histórico
Espírito da natureza, no Budismo
Princípio jurídico de igualdade perante à lei
Efeito negativo de operações policiais em favelas
Terra dada a vassalos (Hist.)
Oxigênio (símbolo)
Parque urbano do Rio de Janeiro
Permite uso de programa (Inform.)
Isto é, em latim (abrev.)
O menor tipo de pilha
Anão da Disney
Bioma onde vivem os ursos polares
(?) Morales, ex-presidente da Bolívia
Berço de Jesus
Autor do primeiro fratricídio (Bíblia)
Apelido de "Isabela"
Estado indiano
Sentimento do traído
Letra da palma da mão
Parte do corpo usada no beijo
Eugênio (?), economista e ex-ministro
Roberto Frejat, cantor de "Por Você"
Que leva ao aprendizado
Deserto da Ásia Central
Leonardo (?), teólogo
Veículo romano
"Mata", em "caatinga" (tupi)
Órgão que visa a paz entre países
(?)-ninguém-pode, planta
(?) King Cole, pianista de jazz
Perder um pedaço (de dente)
Teste (?): orienta jovens
Alimento do rebanho
Fava da culinária baiana
(?)-seca: babá
Agência espacial
Caprinos e bovinos
Invertebrado usado em tratamento contra gangrena
"Nacional", em INSS
Muito, na gíria gaúcha
Nicolas Cage, ator de "Caça às Bruxas"
(?) Paulo, time treinado por T. Carpini
O chá para amenizar a febre

BANCO 3/caá — iru. 4/deva — gobi. 6/tunfra. 11/código-fonte.

68

SOLUÇÃO





RESUMO DAS NOVELAS

NO RANCHO FUNDO - NSC TV

Segunda-feira, 3/6: Zefa Leonel expulsa Blandina de casa. Blandina exige que Zé Beltino a defenda. Esperança e Fé tentam enganar Tico Leonel. Marcelo aconselha Tico Leonel a consultar advogado.

Terça-feira, 4/6: Zé Beltino diz que vai se casar com Blandina. Quinota apoia o irmão. Ariosto descobre que Tico Leonel saiu de casa. Zefa encontra marca de batom de Deodora em Tico.

Quarta-feira, 5/6: Zefa expulsa Tico do quarto. Deodora prevê vitória sobre Zefa. Vespertino ameaça Marcelo. Tia Salete incentiva Zefa a resgatar Tico. Margaridinha e Benvinda enfrentam Corina Castello.

Quinta-feira, 6/6: Lola e Blanchette despistam Tia Salete. Zefa ameaça Deodora. Vespertino chora com Tico. Artur aconselha Deodora a não prestar queixa contra Zefa. Blandina pede ajuda a Quinota.

Sexta-feira, 7/6: Blandina apresenta Castorina a Quinota. Marcelo declara amor por Quinota. Dracena e Blandina se agridem. Ariosto desconfia de Dona Manuela. Zé Beltino mostra poesia a Quinota.

Sábado, 8/6: Marcelo acusa Artur de traição. Floro Borromeu pede Tia Salete em casamento a Zefa. Zé Beltino se irrita com aprovação ao casamento de Tia Salete.

FAMÍLIA É TUDO - NSC TV

Segunda-feira, 3/6: Electra aceita pedido de casamento de Luca. Brenda faz Vênus suspeitar de Tom. Hans prepara a sabotagem na galeria. Andrômeda e Chicão reatam. Hans aperta o detonador.

Terça-feira, 4/6: Vênus e Lupita se ferem e são levadas ao hospital. Netuno/Léo se desespera ao ver Vênus sendo levada. Hans pede notícias. Chantal informa Tom sobre o acidente.

Quarta-feira, 5/6: Hans se defende. Vênus não fala com Tom. Netuno/Léo se emociona ao falar com Vênus. Cirurgia de Lupita é um sucesso. Vênus e os irmãos veem o estado da galeria.

Quinta-feira, 6/6: Vênus e irmãos sofrem por desistir da missão. Júpiter ajuda Guto a conquistar Lupita. Jéssica finge aceitar casamento de Electra. Catarina entrega laudo dos bombeiros a Vênus. Vênus discute com Hans.

Sexta-feira, 7/6: Vênus rasga documento e convence irmãos a continuar missão. Enéas ajuda Nicole a surpreender Plutão. Tom percebe mentira de Patty. Andrômeda e Electra não convencem Vênus a falar com Tom.

Sábado, 8/6: Nicole questiona Plutão. Júpiter tenta descobrir paradeiro da mãe. Vênus sente saudades de Tom. Netuno/Léo sugere foodtruck para galeria.

RENASCER - NSC TV

Segunda-feira, 3/6: Pastor Lívio cobra José Inocêncio por não abençoar casamento de João Pedro. Tião se despede da família. Eliana paga Damião. Rachid tenta conquistar Dona Patroa.

Terça-feira, 4/6: Inácia comenta com José Inocêncio sobre saudade de Teca. Lu tenta convencer Bento a vender terras. Damião intimida quem se aproxima de Eliana. Dona Patroa aconselha Eliana a deixar o vilarejo.

Quarta-feira, 5/6: Bento hesita em defender Dona Patroa contra Egídio. José Inocêncio expulsa Bento de casa. Zinha, Morena e Deocleciano tocam no Forrobodó. Bento encontra Du, Pitoco e Neno na venda.

Quinta-feira, 6/6: Pastor Lívio leva Du e amigos à fazenda. Inácia desconfia de Du. Pastor Lívio informa Augusto que Bento está na venda de Norberto.

Sexta-feira, 7/6: Tião e Bento pintam escola. Eliana conversa sedutoramente com Egídio. Teca pede a Morena para deixar amigos ficarem na fazenda. Egídio deixa José Inocêncio furioso.

Sábado, 8/6: Eliana confirma que Egídio se ofereceu para assessoria jurídica. Mariana alerta Eliana sobre Egídio. Teca tem visão do Bumba. Mariana tenta convencer José Inocêncio a fazer exame de DNA no filho de Teca.

HORÓSCOPO

POR THAÍS MARIANO
Do Portal EdiCase

De 3 a 9 de junho de 2024

ÁRIES (21/3 a 20/4)
Apesar da necessidade de movimentos sociais, as responsabilidades levarão a desacelerar e lidar com bloqueios. Negociações ficarão lentas, mas mais seguras. Organize sua mente e obtenha mais clareza. Enfrente medos e traumas internos com coragem, buscando equilibrar sua energia.

TOURO (21/4 a 20/5)
Nesta semana, financeiramente poderá ganhar mais, mas surgirão limitações. Lide de forma consciente e organize-se. Direcione sua energia de maneira responsável para alcançar melhores resultados. Mantenha o foco nos seus objetivos e lide com as finanças com maturidade para obter mais estabilidade.

GÊMEOS (21/5 a 20/6)
Sentirá tudo com mais intensidade, gerando oscilações emocionais. A presença de pessoas seguras será muito importante. Enfrente sentimentos de insegurança e autocobrança organizando suas ações de forma madura e consciente. Cuidar das emoções e agir com cautela aumentará chances de sucesso.

CÂNCER (21/6 a 21/7)
Será um período de encerramentos. Sentimentos de desesperança e pessimismo podem surgir. Direcione a energia para reconhecer ciclos a serem finalizados. Encare medos internos e foque no desenvolvimento espiritual. Fortaleça-se para enfrentar desafios, compreendendo que tudo tem seu momento.

LEÃO (22/7 a 22/8)
A semana será movimentada no trabalho, com energia e confiança para lutar por conquistas. A liderança estará em alta, mas medos podem levar a ações impulsivas. Cuide das emoções e enfrente medos antigos para encontrar força interior. Movimentos em grupo ajudarão a equilibrar-se.

VIRGEM (23/8 a 22/9)
Na vida profissional, aproximação com admirados e reconhecimento trarão abundância financeira. Enfrentará insegurança e autocobrança. Analise com maturidade e realismo sua dedicação à carreira e o que pode fazer para alcançar objetivos. Mantenha-se otimista e aproveite oportunidades com consciência.

LIBRA (23/9 a 22/10)
Viverá maior conexão com sonhos e ideais. Aproveite para nutrir crenças e se dedicar aos estudos. Atenção aos excessos e otimismo exagerado que podem causar prejuízos. Situações desagradáveis podem gerar atrasos, mas ajudarão a desenvolver um maior senso de realidade e maturidade.

ESCORPIÃO (23/10 a 21/11)
Entrará em contato com sombras e dores, mas encontrará força para ressignificar traumas e se libertar de padrões nocivos. Enfrentará desafios, mas conseguirá se conectar com a potência necessária para se transformar. Atente-se ao pessimismo e encare situações com maturidade e consciência.

SAGITÁRIO (22/11 a 21/12)
Buscará equilíbrio em relacionamentos, especialmente afetivos. Inseguranças e carências podem levar a ceder demais por medo do abandono. Observe dinâmicas e estabeleça limites necessários. Enfrente medos e feridas do passado para fortalecer autoestima e reconhecer qualidades. Valorize-se.

CAPRICÓRNIO (22/12 a 20/1)
Apesar de uma fase movimentada na rotina, surgirão cobranças e responsabilidades. Foco em resolver desafios de maneira consciente e madura. Acolha emoções e busque segurança emocional. Movimentos novos trarão energia e alegria, além de boas mudanças. Fortaleça-se para lidar com situações.

AQUÁRIO (21/1 a 19/2)
Conecte-se mais com sua essência e brilho pessoal. Enfrente autocobranças e inseguranças que podem fazer duvidar de si. Fortaleça a consciência do potencial verdadeiro. Dedique-se a atividades prazerosas e acolha desconfortos para aprender com eles, identificando raízes.

PEIXES (20/2 a 20/3)
Fase de maior conexão com memórias e relações familiares. Enfrentará cobranças e limitações que causarão desconforto, mas encare de maneira consciente. Estabeleça limites internos e externos. Reconheça a importância de se acolher, fortalecendo-se e alcançando maior equilíbrio emocional.